

ISSN 1676-157X

associação fóruns do campo lacaniano

stylus



revista de psicanálise
nº 15 novembro 2007

Família e inconsciente I

associação fóruns do campo lacaniano

stylus

revista de psicanálise

Stylus	Rio de Janeiro	nº 15	p. 1-156	novembro 2007
--------	----------------	-------	----------	---------------

© 2007, Associação Fóruns do campo Lacaniano (AFCL)

Todos os direitos reservados, nenhuma parte desta revista poderá ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados, sem permissão por escrito.

Stylus

Revista de Psicanálise

é uma publicação semestral da ASSOCIAÇÃO FÓRUNS DO CAMPO LACANIANO
Rua Goethe, 66 - 2º Andar - Botafogo - CEP 22281-020 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
fclrj@fclrio.org.br

COMISSÃO DE GESTÃO DA AFCL

Diretor: *Antonio Quinet*

Secretário: *Rosane Melo*

Tesoureiro: *Elisabeth Rocha Miranda*

COMISSÃO DE PUBLICAÇÃO DE STYLUS

Andréa Hortélio Fernandes

Alba Abreu Lima

Andréa Brunetto (coordenadora)

Daniela Scheinkman-Chatelard

Maria Helena Martinho

ASSESSORIA DE EDIÇÃO

Vera Pollo

INDEXAÇÃO

INDEX Psi Periódicos (BVS-Psi)

www.bvs.psi.org.br

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA

André da S. Cerqueira

IMAGEM CAPA

Composição

FOTOLITOS

Cromoarte Fitolito Digital

IMPRESSÃO

Editora UFMS

CONSELHO EDITORIAL

Ana Laura Prates Pacheco (EPFCL)

Andréa Fernandes (EPFCL/UFBA)

Ângela Diniz Costa (EPFCL)

Ângela Mucida (EPFCL/Newton Paiva)

Angélica Teixeira (EPFCL/UFBA)

Bernard Nominé (EPFCL-França)

Clarice Gatto (EPFCL/Fiocruz)

Christian Ingo Lenz Dunker (EPFCL/USP)

Daniela Scheinkman-Chatelard (EPFCL-UnB)

Edson Saggese (IPUB/UFRJ)

Eliane Z. Schermann (EPFCL)

Elisabete Thamer (Doutoranda da Sorbonne-Paris)

Eugênia Correia Krutzen (Psicanalista/Natal-RN)

Gabriel Lombardi (EPFCL/U. Buenos Aires)

Graça Pamplona (EPFCL)

Helena Bicalho (EPFCL/USP)

Henry Krutzen (Psicanalista/Natal-RN)

Kátia Botelho (EPFCL/PUC-Minas)

Luiz Andrade (AFCL/UFPB)

Marie-Jean Sauret (U. Toulouse le Mirail)

Nina Araújo Leite (UNICAMP)

Raul Albino Pacheco Filho (PUC-SP)

Sônia Alberti (EPFCL-UERJ)

Vera Pollo (EPFCL-PUC/RJ, UVA)

FICHA CATALOGRÁFICA

STYLUS : revista de psicanálise, n. 15, novembro de 2007
Rio de Janeiro: Associação Fóruns do Campo Lacaniano.
17 x 24 cm.

Resumos em português e em inglês em todos os artigos.
Periodicidade semestral.
ISSN 1676-157X

1. Psicanálise. 2. Psicanalistas - Formação. 3. Psiquiatria social. 4. Psicanálise lacaniana.
Psicanálise e arte. Psicanálise e literatura. Psicanálise e política.

CDD : 50.195

sumário

7 *Editorial: Andréa Brunetto*

ensaios

- 11 Carmem Gallano: *Família e inconsciente*
25 Elza Ferreira Santos: *Lavoura Arcaica: Uma família, um complexo de amor e cinzas*
35 Fabiano Chagas Rabelo: *A transmissão da neurose nas relações familiares em “Cem anos de solidão”*

trabalho crítico com os conceitos

- 45 Bernard Nominé: *O sintoma e a estrutura familiar*
57 Ana Laura Prates Pacheco: *A infância generalizada na sociedade contemporânea: o que pode o dispositivo psicanalítico frente ao dispositivo de infantilidade?*
73 Manuel Baldiz: *Variações do fim da análise e sua incidência na formação dos analistas*

direção do tratamento

- 91 Alba Abreu Lima: *A dimensão trágica da escolha do sujeito*
101 Maria Vitoria Bittencourt: *A criança: marca de que interesse?*
111 Consuelo Pereira de Almeida: *Um sujeito entre o desejo e a devastação*

entrevista

- 121 Ana Laura Prates Pacheco e Silva Franco entrevistam Luis Izcovich: *A relação entre os Fóruns e a Escola.*

resenhas

- 137 Andréa Rodrigues: *Modalidade do gozo*, de José Antônio Pereira (org).
141 Hélio Tavares da Silva Martins: *Comédias familiares: Rei Édipo, Príncipe Hamlet, Irmãos Karamázovi*, de Jairo Gerbase.

contents

7 Editorial: Andréa Brunetto

essays

- 11 Carmem Gallano: *Family and unconscious*
25 Elza Ferreira Santos: *Lavoura arcaica: A family, a complex of love and ashes*
35 Fabiano Chagas Rabelo: *The transmission of neurosis in the family relationships in "A Hundred Years of Solitude"*

critical paper with the concepts

- 45 Bernard Nominé: *Symptom and familiar structure*
57 Ana Laura Prates Pacheco: *The generalized childhood in the contemporaneous society: what can the psychoanalytical device facing the childlike device?*
73 Manuel Baldiz: *Variations of the end of the analysis and its incidence in the analysts formations.*

the direction of the treatment

- 91 Alba Abreu Lima: *The tragical dimension by the subject choice*
101 Maria Vitoria Bittencourt: *The Child: marc of what interest?*
111 Consuelo Pereira de Almeida: *A subject between desire and devastation*

interview

- 121 Ana Laura Prates Pacheco and Silva Franco interview Luis Izcovich: *the relationship between the forums and the School.*

reviews

- 137 Andréa Rodrigues: *Modalidade do gozo*, by José Antônio Pereira ().
141 Hélio Tavares da Silva Martins: *Comédias familiares: Rei Édipo, Príncipe Hamlet, Irmãos Karamázovi*, by Jairo Gerbase.

Editorial

Esta Stylus traz o mesmo tema do VIII Encontro da Escola dos Fóruns do Campo Lacaniano-Brasil, ocorrido no meio deste mês de novembro, em Aracaju. Escutando o infantil de seus pacientes, Freud descobriu o inconsciente, e percebeu que eles só falavam de suas famílias.

Freud acreditava ser a civilização o resultado de uma oposição necessária entre as gerações; assim, em “Romances Familiares”, artigo escrito em 1908, definiu o neurótico como aquele que não conseguiu libertar-se da autoridade dos pais. Trinta anos depois, Lacan, em “Os complexos familiares”, reconhece a família como transmissora da neurose. Não só isso, ela transmite os significantes que tecem o destino de um sujeito. A psicanálise mostra o laço entre o inconsciente, as histórias familiares e o sintoma. A importância dessa relação justificou o encontro de Aracaju, e acreditamos ter motivado, também, a quantidade de artigos recebidos e aprovados sobre a temática. Por isso esse número e o próximo tratarão da família e do inconsciente.

Inicia-se este número com a conferência de abertura do referido encontro, proferida pela psicanalista espanhola Carmem Gallano. Ela abre seu discurso sustentando que não há homologia entre família e parentesco, e que o laço entre família e inconsciente faz-se pela transmissão do mal-entendido do verbo. Também o afirma Bernard Nominé: a família a que nos referimos na psicanálise não é uma realidade social, e sim psíquica. Em “O sintoma e a estrutura familiar” o autor discorre sobre uma suposta ‘queda da imago paterna’ e seus efeitos na família e na cultura.

As tramas familiares são mostradas em duas obras da literatura. A partir da decifração de uma escritura que perpassa várias gerações dos Buendia, Fabiano Chagas Rabelo mostra a teorização freudiana da transmissão da neurose nas relações familiares, no romance “Cem anos de solidão”. Elza Ferreira Santos, em “Lavoura Arcaica: uma família, um complexo de amor e cinzas”, mostra como na novela escrita por Raduan Nassar, o amor incestuoso entre André e Ana reflete a família e nela se reflete.

Ana Laura Prates Pacheco começa seu artigo analisando o episódio em que jovens de classe média alta do Rio de Janeiro

espancaram uma empregada doméstica em um ponto de ônibus, pensando tratar-se de uma prostituta. A partir desse fato e da apresentação do livro “Criancinhas”, que deu origem ao premiado filme “Pecados Íntimos”, teoriza sobre a infantilidade e se pergunta o que a psicanálise pode diante dela.

Em seu trabalho, o psicanalista espanhol Manuel Baldiz versa sobre a formação do analista. Com humor e ironia, estabelece a classe dos AA, AN, NA e NN. Sua discussão sobre o final de análise reflete os estudos que o Campo Lacaniano tem feito nesses seus quase dez anos de existência.

Aliás, esse marco norteia, ainda, a entrevista que Ana Laura Prates e Silvia Franco fizeram com Luis Izcovich, em agosto passado, quando estava em São Paulo como convidado para um ciclo de conferências.

Três autoras mostram, na clínica, os sujeitos às voltas com a dimensão trágica da tessitura familiar. Alba Abreu Lima relaciona a tragédia com a escolha dos sujeitos neuróticos e contrapõe a essa escolha o fatalismo da certeza em um sujeito psicótico. Maria Vitória Bittencourt em “A criança: marca de que interesse?” pergunta como o analista pode intervir diante do par mãe-criança, quando se apresentam de forma tão colada na clínica. A partir da experiência clínica formula sua questão e com ela, busca a resposta, mostrando três exemplos de crianças em análise. Consuelo Pereira de Almeida, a partir do que vou chamar O Caso Laura, mostra muito como toda criança tem de encontrar um lugar, ainda que sintomático, na estrutura familiar. Nesse sentido podemos dizer que toda criança é “adotada”. Isso lhe permite existir em uma família e ter um desejo que não seja anônimo.

A seção de resenhas mostra a produção teórica de dois autores baianos. O jornalista Hélio Tavares da Silva Martins apresenta o livro de Jairo Gerbase “Comédias familiares: Rei Édipo, Príncipe Hamlet, Irmãos Karamázovi”. E Andréa Rodrigues resenha o livro “Modalidades de gozo”, organizado por José Antônio Pereira.

Se Freud e Lacan sustentam que os pacientes só falam de suas famílias, Stylus, por dois números, vai seguir essa lógica. Convidamos os leitores a continuarem nos estudos sobre a família e o inconsciente, aguardando o próximo número de nossa revista.

ANDRÉA BRUNETTO

ensaios



Família e inconsciente¹

CARMEN GALLANO

No princípio da Psicanálise, família e inconsciente se revelaram intimamente ligados. Quando Freud se entregou à decifração do inconsciente, os neuróticos descobriram que “levavam suas famílias” em seus inconscientes e o saber do inconsciente trazia à luz “secretas histórias de família”, discordantes dos ideais sociais representados por elas.

O drama da neurose, cujos sintomas Freud descobria cifrados no inconsciente, aparecia como um drama familiar a que esses sintomas estavam presos. Recordemos, por exemplo, que família traziam em seu inconsciente Dora e o Homem dos Ratos: as queixas de Dora em relação a seu pai, os temores do Homem dos Ratos da morte do seu pai, mostrarão, no saber do inconsciente que, em suas famílias, matrimônio e desejo se dissociavam. O pai de Dora deseja a Sra. K, e o marido dessa senhora deseja Dora, filha de um grande amigo. O pai do Homem dos Ratos casou-se por dinheiro, abandonando a mulher pobre e desejada, além de ter feito trambiques com o dinheiro do regimento. Pois bem, são essas as histórias familiares descobertas por Freud nas determinações dos sintomas histéricos de Dora e nas idéias e dúvidas obsessivas do Homem dos Ratos.

Ao longo de um século de história da Psicanálise e de sua clínica, mostra-se incessantemente o laço entre sintoma, inconsciente e história familiar. Ao se queixar de seus sintomas, o neurótico começava a queixar-se de seus pais e a desvendar o que não funcionava no casamento deles. De fato, ainda hoje, quando um sujeito apresenta ao analista seu mal-estar, seus sintomas, porém não os relaciona com sua história familiar, quando diz entender-se bem com seus pais e não afetá-lo o que acontece entre eles, o analista tende a ver pouca oportunidade para uma análise, seja porque o gozo do sintoma não se conectaria ao saber do inconsciente, seja porque o sujeito mascara com ideais a falta no Outro parental.

Os analistas pensam que esses sujeitos não querem saber nada do seu inconsciente, baseando-se no fato de os pacientes

¹ Conferência de abertura do VIII Encontro da EPFCL – Brasil, em 15 de novembro de 2007, Aracaju

não verem a relação entre seus sintomas e o que falha na estrutura familiar, no par conjugal dos pais. Têm razão apenas em parte, pois na clínica atual do sujeito contemporâneo é cada vez menos freqüente os neuróticos queixarem-se de um gozo sofredor e, automaticamente, de seus pais. Nem por isto seus sintomas deixam de estar ligados a um inconsciente. Lembro-me de uma menina de oito anos que me dizia: “A psicóloga de antes só sabia me perguntar por meus pais, como se eles tivessem a ver com meus medos, meus pesadelos e dores de barriga, motivo pelo qual falto ao colégio. Não é, disse-me, eu estou mal desde que vi na TV o Dutroux.”² Dutroux, em sua língua, o francês, soa exatamente igual a “*du trou*”, que significa “do buraco”. Logo começou a falar de seus pais, porém não de uma falha no vínculo de amor na relação entre eles, e sim do buraco negro que encarnava a tristeza de sua mãe por estar longe de sua própria mãe, residente longe da Espanha.

O certo é que, seja o neurótico clássico ou o contemporâneo, nós, analistas, iremos ouvi-lo falar o tempo todo de seus pais e da parentela próxima. Retorna sempre a eles na elaboração de seu inconsciente.

Em 1975, na Universidade de Yale, Lacan dizia aos americanos: “O analisante fala de um modo cada vez mais centrado, centrado em algo que desde sempre se opõe a *pólis*, a saber, sobre sua família particular. A inércia que faz com que um sujeito não fale senão do papai e mamãe é um assunto curioso”³

Esse “assunto curioso” chocou a Rodney Needhaw, antropólogo, e levou-o a questionar a concepção de parentesco de Levi-Strauss e alunos. Em seu livro “O parentesco em questão”⁴, Needhaw afirma não haver universal que defina nem o parentesco nem as alianças matrimoniais, nem o incesto. Não tenho tempo de citar aqui as teses bem interessantes de Needhaw; direi, em resumo, ser o defensor de que a única coisa em comum na diversidade de casos particulares de filiação e alianças é o fato de a humanidade, para organizar as variedades de famílias, dispor do recurso de explorar as possibilidades da lógica significativa.

Para Needhaw, o parentesco não existe, é somente uma hipótese deduzida a partir do que está aí: é a transmissão dos direitos de uma geração a outra. Parentesco e universal da família, segundo Needhaw, resultam, dito em termos de Lacan, do princi-

² Marc Dutroux, assassino belga, que nos anos 90 do século XX estuprava e assassinava crianças e depois as enterrava em seu jardim.

³ Lacan. Conférences Américaines (1976, p.44).

⁴ Needhaw. *La parenté en question, onze contributions à la théorie anthropologique* (1977).

pio do simbólico. E Needhaw supõe não haver nenhuma unidade para formalizar as múltiplas articulações de saber.

Lacan se interessou pela posição de Needhaw⁵ justamente pelo que, na lógica, surpreende a Needhaw: os analisantes não param de falar de seu parentesco próximo, por causa do relativismo cultural das formas de aliança e parentesco recolhidas pelas pesquisas etnográficas. Então, há uma constante na experiência do inconsciente dos analisantes: a única família demonstrável em sua existência é uma família particular, o lugar de inscrição das origens de sua vida em uma história, e de sua existência subjetiva presa a um Outro falante que o antecede.

Um primeiro ponto a sublinhar é não haver homologia entre inconsciente e parentesco; não há homologia entre a família na qual um sujeito se inventa um destino e o saber do seu inconsciente. A família definida na ordem social varia na história e nas culturas.

A única família que conta para um sujeito é aquela em que ele, como sujeito, contou. “Se conta” no duplo sentido em espanhol: de se incluir em um cálculo e de se narrar. Do Outro familiar em que o sujeito se conta, ou interroga como conta, é que se lamentará de “não contar para esse Outro”, de ser tido como “menos”, conta-se como faltante nos significantes do Outro. Propriamente, como sujeito “não identificado”. Ou, então, se abaterá de “contar tanto” nos ditos do Outro familiar que sempre se verá anulado neles e na solicitação do Outro. Ou se sentirá ignorado pelo dizer do Outro, reduzido a objeto de indiferença, recusa ou apropriação.

A família configura a filiação e a inscrição social de um sujeito na cadeia das gerações, mas pode ser ou não conforme as normas que identificam, no social, o ser “normal” da criança em uma dada coletividade. Porém as rupturas subjetivas, alojadas no inconsciente de cada um, são alheias a essas formas sociais da família, como já o vimos com Dora e o Homem dos Ratos. Assim, a “anomalia” da estrutura familiar inscreve-se no inconsciente, e dá-se tanto nas famílias que respondem aos ideais sociais, como nas consideradas “atípicas” ou “marginais”. Aqui, interessa-nos o problema exposto nas teses de Lacan em “Complexos Familiares”. Ele faz depender “a grande neurose contemporânea” da condição da família e do declínio da “imago social” do pai.⁶

⁵Lacan. O seminário, livro 24, *L'insu que sait de l'une-bévue s'áile à mourre*, aula de 19/04/197.

⁶Lacan. Os Complexos familiares (1938/2003, p. 89).

Essa coalescência, vista por Lacan em 1938 entre “a imago social” do pai e a função do Pai no Complexo de Édipo Freudiano, levou-o a dizer que o Édipo é relativo apenas à “família paternalista” e a teoria da família de Freud mantém-se só na figura do Pai como lei interditora do incesto, para situar uma genealogia do desejo no complexo de castração.

Muitos anos depois, em “O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise”, Lacan resolverá esse impasse. Volta a ocupar-se do Édipo, para extrair do mito sua estrutura.⁷ Verá o complexo de Édipo como “estritamente inutilizável na interpretação psicanalítica, salvo esse grosseiro lembrete do valor de obstáculo que a mãe tem para todo investimento de um objeto como causa do desejo.”⁸

No capítulo seguinte do mesmo seminário, Lacan especificará que não é que o Édipo não sirva para nada, mas dele interessa extrair a função do falo, esse “falo em potência” que impede “a boca de crocodilo do desejo da mãe de se fechar perigosamente sobre a criança.”⁹ Lacan reduz toda a elaboração anterior do Édipo a isso: metáfora paterna. Não é o “falo” da autoridade que manda e proíbe, é a simbolização do sexo em um significante fora do corpo da criança. Assim, a função do pai, que Lacan, já psicanalista dos anos 50-60, havia extraído do Édipo, desfazia a confusão entre a função social do pai e a função de transmissão do falo de pai para filho, resguardando o sujeito da obscura incógnita do desejo materno.

Na família moderna do início do século XX, reduzida à família conjugal, o pai de família já não era um mestre, como o pai de família da *polis* grega, mas um trabalhador a serviço da família, fosse burguês ou proletário.

E no saber inconsciente dos neuróticos, a função do pai limita-se ao que Lacan definiu em “Uma questão preliminar...”¹⁰ como “o significante que situa o lugar da lei no Outro do significante”. Uma lei que barra, cobre o enigma do desejo da mãe, para fazer vir, no lugar da falta do Outro, a significação do falo. Então o Nome-do-Pai como significante é a lei da castração significada no imaginário do sujeito.

Agora sim, esse Nome-do-Pai, significante da lei no Outro, é correlativo do desdobramento do inconsciente do neurótico como “discurso do Outro”, discurso do inconsciente como cadeia

⁷ Lacan. O seminário, livro 17, El reverso del psicoanálisis (1970/1992).

⁸ *Ibid.*, p.113.

⁹ *Ibid.*, p.129.

¹⁰ Lacan. Una cuestión preliminar a todo tratamiento posible de las psicosis (1955-56/1971).

significante articulada: S1→S2. Desse modo, o simbólico da linguagem, em seus efeitos de inconsciente, faz do vivente da espécie humana um sujeito do significante. Trata-se de um inconsciente-saber que não é a-histórico - o que testemunha a histórica - pois tramado nas pegadas dos ditos do Outro Familiar, por onde, em um dado momento do discurso, não alheio a uma situação social, afetou a criança de diversas maneiras.

Porém o inconsciente não é somente o saber, com efeito de significação: é verdade que fala - eminente portadora disso é também a histórica - nas falhas e nas discordâncias do saber. Fala como a esfinge, em um meio-dizer enigmático. O inconsciente-verdade se faz valer nos sintomas, os quais impedem o sujeito de ser um mestre, de fazer-se idêntico a um significante. E se a família presente no inconsciente do neurótico é uma "família falida", não nos indica que o inconsciente introduz a discórdia na família? Inclusive Lacan dirá em "Televisão":

"Mesmo que as recordações da repressão familiar não fossem verdadeiras, haveria que inventá-las e não se deixa de fazê-lo. O mito é essa tentativa de dar forma épica ao que se opera da estrutura. O impasse sexual secreta as ficções que racionalizam o impossível de onde ele provém. Não digo que essas ficções são imaginadas, leio nelas, como Freud, o convite ao real que responde por isso. A ordem familiar não faz senão traduzir que o pai não é o genitor e que a mãe permanece contaminando a mulher para o filhote do homem."¹¹

¹¹ Lacan. Televisão. (1974/1993, p.57).

Assim, a família que o neurótico carrega em seu inconsciente é uma "família- ficção" - mito individual inventado entre o simbólico e o imaginário como trama de um fantasma. E o fantasma é o suporte e tela para esse real indizível, que faz buraco no saber, a "maldição sobre o sexo" inerente à sexualidade humana. Porém o sintoma, enquanto resiste a seu deciframento no saber do inconsciente, traça a via do seu próprio laço com o inconsciente como realidade sexual e não como discurso de Outro. É esse o conceito de inconsciente elaborado por Lacan no Seminário XI, em 1964.

¹² Lacan. O Seminário, livro 11, los cuatro conceptos fundamentales del psicoanálisis (1969/1973, p.147).

O indizível no inconsciente, fale ou não o neurótico de seus pais, é sua realidade sexual, libidinosa, que faz do desejo o “resíduo último do efeito do significante em um sujeito”.¹² O desejo é certamente presença de algo vivo no humano, inacessível no significante e, no imaginário, não expressa nenhuma significação.

O desejo, inerente à realidade sexual do inconsciente, é “a vida secreta das palavras” – tomo essa expressão do filme de Isabel Coixet – e é feita de íntimos silêncios e sussurros, no blablablá mundano que nos ensurdece. Desde o Seminário XI, Lacan situa o inconsciente como uma hiância, entre o real e o simbólico, entre o que do vivo é inapreensível pela palavra e o que do sujeito se funde no Outro do Significante.

A vida secreta das palavras tem assim sua raiz no bater da pulsão esburacando o corpo. É, por exemplo, o que a bulimia de histeria faz subir sobre a cena sem palavras, só engolindo e vomitando, porém, às vezes, como *acting-out* para chamar as palavras faltantes do Outro, do pai, da mãe, palavras que no final transmitem um desejo não reduzido a uma ânsia de objetos.

Porém, como nomear um desejo presente nos significantes mas indizível? Como humanizar um desejo em um corpo marcado pela experiência do gozo das pulsões parciais que transpassam o sujeito? Essa questão é determinante para o corpo de uma criança não se reduzir ao a-humano de um objeto de gozo. Lacan oferece uma resposta a tal pergunta quando propõe uma função do Nome-do-Pai ligada ao desejo, pois a significação do falo, na metáfora paterna, transfere o valor do gozo do que falta no desejo materno a esse falo que a criança não é e não tem. Justamente por não o ser, o neurótico imagina-se como a eterna criança para o Outro. O desejo fálico, significado na mãe pelo Nome-do-Pai, efetivamente humaniza a mãe e libera dela a criança, para que possa ir desejar em outro lugar.

Lacan, com a “Nota sobre a criança”, não reduz a função do Nome-do-Pai apenas à imagética fálica do fantasma de desejo, não a reduz a um objeto imaginário no campo do Outro. Na Nota dirá que, na família conjugal, as funções do pai e da mãe julgam-se de acordo com uma lógica: a do irreduzível de uma transmissão – ordem bem diferente que a da vida segundo as satisfações das necessidades vitais – de uma constituição subjetiva que implica a relação com um desejo que não seja anônimo.

O que é um desejo anônimo? É um desejo indeterminado, errante na metonímia das derivas significantes, um desejo que não se sabe de quem, não encarnado em um vivente particular, um desejo pelo qual nada nem ninguém responde. Por exemplo, no esquizofrênico nada veio nomear o desejo do qual a criança surgiu. Gosto do termo “maternidade incógnita”, de Pierre Bruno, para se referir à “indiferença do desejo materno” no esquizofrênico.

Um dos meus pacientes esquizofrênicos se perde em elucubrações sem fim derivadas do seu fazer com a língua, porém, além disso, tenta encontrar algum laço entre o que chama seus “múltiplos Édipos”. Não é o homem do Anti-Édipo, mas dos “Mil Édipos”. Cito alguns: com sua mãe morta, que perdeu aos três anos e de quem nada se lembra; com a mãe gritona, esposa do pai e irmã de sua mãe; com a comida; com os personagens de Tolkien; com a “virgem da sua imaginação” que o acompanha com suas vozes, a quem só pode comparar com a virgem do povoado do seu pai, de quem o pai é muito devoto. Porém também teve “Édipos” com as meninas da universidade. Seus enamoramentos por essas mocinhas o enlouqueciam, diz ele, pois não sabia se não lhe davam a mínima porque só procurava ser brilhante em informática.

Fica perdido na deriva de seus “Édipos”, os quais nomeiam suas múltiplas tentativas de cifrar um gozo, mas não lhe indicam como engajar-se no mundo, “ter um emprego”; não lhe dão certeza se deve se tornar padre ou não, se cozinha para a mãe ou passeia na rua, olhando o que fazem as outras pessoas. As palavras com as quais joga ao infinito, e às vezes muito ironicamente, não têm segredos para ele, não encontra nelas o segredo da sua vida, o segredo de como desejar algo, de como ser em um desejo determinado.

Sua última ocorrência é renunciar a decifrar o segredo que encerra “O Senhor dos Anéis”, pois não o consegue e isso o angustia sobremaneira. Pensa que deveria escrever uma versão sua na qual os bons e os maus fossem as duas faces de um mesmo personagem. Porém o palavrório que se acelera na cabeça, ele não consegue colocá-lo em uma folha em branco. Não pode escrever, só me falar atropeladamente em sessão.

Esse jovem sofre de um desejo anônimo, sem destino. Ao contrário, o que seria um desejo não anônimo? Diria ser um desejo com assinatura, um desejo ancorado entre a vida do corpo

e o significado das palavras de alguém determinado. Em “Nota sobre a criança”, Lacan tira a consistência da família que, no saber inconsciente do neurótico, é significação de uma história familiar, para situar o Nome-do-Pai como função de mediação entre duas vertentes separadas pelo inconsciente:

- uma vertente é a identificação com o ideal do eu, identificações determinadas no desejo do Outro: significantes com incidência no imaginário do eu ideal. Em resumo, o que o Outro parental espera de seus filhos.

- a outra vertente é a “parte que a criança pega no desejo da mãe”¹³, quer dizer, naquela em que seu ser se faz objeto do fantasma, versão de um objeto pulsional oferecido para saturar a falta materna.

Essa função de mediação “da qual normalmente se ocupa o pai”, certifica uma constituição subjetiva. Se há um homem, o Nome-do-Pai é vetor de uma encarnação da lei no desejo, porém em relação à função da mãe, à medida que seus cuidados levam a marca de um interesse particular, ainda que seja pela via da suas próprias faltas.

Vemos aqui, nessa Nota, Lacan situar que uma constituição subjetiva não se mantém se não foi transmitida em um nó entre pulsão e castração, numa mediação possível sem que o pai se ocupe disso.

Que transmissão está em jogo no que propõe Lacan? Por um lado, em relação ao não anônimo de um interesse dos cuidados maternos, interesse com assinatura, cuja função é recortar o corpo pulsional da criança, marcar o que essa criança é, em particular, no interesse da mãe. Por outro lado, não é transmissão de uma lei no simbólico do Outro, mas de uma lei transformada em “carne”, em um desejo. Transformar-se em “carne” é transformar-se em “causa” libidínica e também presença no coração do ser, nesse oco íntimo em que habita um sujeito.

O Nome-do-Pai como “encarnação no desejo” difere de uma lei prescrita no saber, ou de uma lei proibitiva, um poder. O “cuidado paterno” esse dizer que liga a lei a um desejo, não é a imposição enfatuada do pai pedagogo ou a da mãe que pretende saber como tem que ser seu filho; não é a feroz imposição de quem se pretenda legislador. Direi ser “uma postura no dizer”, a postura que, no lugar do Outro, seja ou não o pai da criança, abre uma via

¹³ Jacques Lacan. *Nota sobre el niño* (1969/1987).

ao desejo infantil no campo do simbólico, transmissora de um destino ao desejo numa história de seus objetos, que ancore os objetos do desejo no campo do Outro e no vínculo social.

O “cuidado materno” é o que do grito do gozo pulsional faz apelo, interpretando a demanda da criança. Não o que se desentende da vida da criança para somente se dirigir a ela, segundo uma exigência de que a imagem se encaixe com o narcisismo materno.

Uma analisante histérica, afetada por um *trismus* e cefaléias, cura-se desses sintomas quando deixa de conter sua braveza e violência frente àqueles que estão em falta em relação ao esperado por ela: “fico feito uma fera, grito, enraiveço, tudo, desde que não perca, não pague por nada, desde que não passe pelas vias normais”. As vias normais? Interrogo. E ela me diz: “sim, as das palavras, pois para falar aos outros é preciso suportar dizer que alguma coisa nos falta, e que os outros não têm como saber que sentimos falta deles.” Em menina, a única coisa que fazia quando a mãe voltava para casa era vomitar; e em adolescente, roubar os certificados do pai e seus êxitos universitários, guardados por ele em uma gaveta. Quanto ao seu ofício de médica, descobrirá que, sob sua aparência de altruísmo, esconde-se o desejo de “ser intrusivamente a ladra dos segredos dos pacientes”. Acrescenta: “sou um touro disfarçado de mosca morta”. Descobre que sua posição a impediu de ser mãe e aceitar um homem em sua vida. Só poderia ter um companheiro que se submetesse ao poder dela, com quem pudesse gritar a toda hora.

Este segundo momento do ensino de Lacan desfaz o laço família-inconsciente para introduzir numa transmissão o não anônimo de um desejo em um laço triplo: entre o sintoma como verdade, a realidade sexual do inconsciente reportada pela pulsão - e o Nome-do-Pai como portador da lei da castração, em um desejo nomeado através dos objetos que se alojam no campo do Outro; objetos cujo lampejo aparece entre linhas do dizer de uma história.

Vejo que, para Lacan, cada teorização do Nome-do-Pai é correlativa a uma concepção do inconsciente: inconsciente-saber, inconsciente-verdade, inconsciente-realidade sexual.

1°. O saber do inconsciente é um saber inventado para sobreviver. Na *Nota Italiana*, Lacan diz: “O saber do inconsciente

designado por Freud é o que o *húmus* humano inventa para sua perenidade de uma geração à outra, e, agora que foi inventariado, sabemos que isso dá provas de uma imaginação louca.”¹⁴

2º. Inconsciente-verdade, indizível ser de um sujeito no desejo, falha da repetição do que se demanda nela;

3º. Inconsciente portador da maldição do sexo, da irreduzível separação entre o desejo e o gozo, mas humanizador de um corpo vivo, como sujeito particular, diferente de outros, sem comunidade que o iguale a todos os falantes. É esse inconsciente torna irreduzivelmente singular a vida de cada um; faz com que ninguém possa viver a vida do outro; faz a solidão e, ao mesmo tempo, o valor único daquilo que tecemos com nossos desejos no encontro com os outros.

Muito bem, Lacan radicaliza quando propõe que a “produção de um novo corpo falante é efeito da transmissão de um mal-entendido, que o corpo não faz sua aparição no real mais que mal-entendido”.¹⁵ Contra a idéia de Rank do trauma do nascimento, Lacan determina: “Não digo que o verbo é criador, digo que o verbo é inconsciente, ou seja, mal-entendido”. E continua: “A proeza da psicanálise é explorar o mal-entendido com uma revelação que é de fantasma.”¹⁶ Fazer-se humano, então é nascer “mal-entendido”. E ainda: “Sejamos aqui radicais: vosso corpo é o fruto de uma descendência de vossa desdita, resulta disso: que ela nadava ao máximo no mal-entendido. Nadava, pela simples razão de que o ser falante se obstina nisso. É isso que ela vos transmitiu, dando-vos a vida, como se costuma dizer. Herdais isso.”¹⁷

Então, que laço família-inconsciente? Concluamos: só o da transmissão do mal-entendido do verbo, falando em um meio-dizer e sem saber o que diz. O corpo novo do falante será portador da dignidade que humaniza um corpo, na existência do real do inconsciente que é “o mistério do corpo falante”.¹⁸

O inconsciente-mal-entendido é um saber fazer na língua, dá existência a um sujeito que não é espírito puro, mas “impureza” de um gozo que amarra ao inconsciente esse corpo que fala a língua. Esse inconsciente se aloja no nó entre o simbólico da falação, o imaginário do corpo e o real do gozo da vida.

O inconsciente é uma trama que do acaso faz destino, porém sempre morde no corpo. Prova disso são os sintomas, a dimensão real propriamente humana de alguém. Assim, o in-

¹⁴ Lacan. Note Italienne.

¹⁵ Jacques Lacan. *Le malentendu* (10/06/80).

¹⁶ *Ibid.*, p. 08

¹⁷ *Ibid.*, p. 08

¹⁸ *Ibid.*

consciente é “sem família” pois não existe tal papai e mamãe que produzem um corpo novo de falante; o inconsciente ignora os genes que produzem biologicamente um vivo. Porém o inconsciente não é sem falante-ser (*parlêtre*), ele está repartido “em dois falantes, que não falam a mesma língua, dois que não se ouvem falar; dois que não se entendem, mais nada. Dois que se conjuram para a reprodução. Porém de um mal-entendido realizado que o corpo de vocês transportará com a chamada reprodução”.¹⁹

¹⁹ *Ibid.*

Conjurar-se é unir-se em um acordo para atuar juntos contra algo. Não a favor de algo. Contra o quê se conjuram dois ao fazer nascer uma criança? Direi que contra o real, esse real no qual o amor se põe à prova, o real da falta de proporção sexual, que faz irreduzível a capacidade de um ser o outro no sexo. Fazer nascer uma criança não é exorcizar o impossível da relação entre os gozos?

O discurso comum diz que uma criança une um casal, porém seria melhor dizer que a criança nascida habita o lugar da desunião do casal, habita a hiância irreduzível do diálogo impossível entre dois, entre dois sexos.

Mas o amor que une um casal em seu vínculo conjugal não é entendimento? Não, não o é. É somente a mediação do imaginário, cuidador dos meio-dizeres, que não se recobrem. Não há entendimento porque não há enunciação a dois. Há o mal-entendido e ele faz com que ambos continuem falando um ao outro, juntos, porém separados em seu dizer.

O amor faz isso suportável. Porém não é o amor - como dizem a religião ou as novas religiões *new wave* das “políticas da amizade” - o que produz um corpo novo de falante sustentado em um inconsciente. A causa é essa “descendência” do simbólico da língua ao real que morde no corpo, e isso o amor ignora.

Concluirei. O inconsciente é o simbólico que perfura o real, e esse traço de real esburacado pelo inconsciente escapa à forma do corpo, ao ídolo da imagem. Direi que o inconsciente é “mal-dicção do mal-entendido das palavras” habitando a maldição da sexualidade.

Lacan definirá o Nome-do-Pai como pai-função de sintoma, a função de amarrar a falação da língua ao corpo e ao gozo. Esse Nome-do-Pai-sintoma é o nó sustentador do sujeito nesse inconsciente falatório ligado a uma sexualidade que não sabe de dois sexos.

Assim, entre sintomas e angústias, experimentamos que nosso ser é inassimilável ao desejo do Outro pelo qual fomos falado e nosso ser íntimo se joga em um desejo confrontando-nos à insondável condição de ser outro do Outro. Desde Freud, a função do Nome-do-Pai é inerente à hipótese do inconsciente, diz Lacan. E não deixa fazer do Pai um Deus, princípio do simbólico, pois seu fim é bem real: o de manter esse buraco nomeado por Freud como trauma, ao redor do qual damos voltas como sujeitos sustentados por um desejo.

Tradução: Claudia Maria Reina Sanches dos Santos

referências bibliográficas

- LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 11, los cuatro conceptos fundamentales del psicoanálisis* (1964). Barcelona: Paidós, 1973.
- LACAN, Jacques. *O seminário, livro 24, L'insu que sait de l'une-bévue s'aile à mourre*, aula de 19/04/197.
- LACAN, Jacques. Os complexos familiares. In: *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- LACAN, Jacques. Nota sobre el niño (1969). In: *El Analíticon*. Barcelona: Ed. Correo Paradiso, 1987.
- LACAN, Jacques. Note Italienne. In: *Ornicar?* n. 25. Paris: Seuil.
- LACAN, Jacques. Le malentendu (10/06/80). *Séminaire Dissolution*. In: *Ornicar?* 22/23. Paris: Navarin, 1981.
- LACAN, Jacques. *O seminário, livro 17, El reverso del psicoanálisis* (1969). Barcelona: Paidós, 1992.
- LACAN, Jacques. Una cuestión preliminar a todo tratamiento posible de las psicosis. In: *Escritos*. Madrid: siglo Veintiuno Editores, 1966.
- LACAN, Jacques. *Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- LACAN, Jacques Yale University. *Conférences Américaines*. In: *Scilicet* 6/7. Paris: Éditions du Seuil, 1976.
- NEEDHAW, Rodney. *La parenté en question, onze contributions à la theorie anthropologique*. Paris: Éditions du Seuil, 1977.

resumo

A partir do Caso Dora e do Homem dos Ratos, evidencia-se que, desde o início da psicanálise, matrimônio e desejo se dissociavam. A partir de exemplos da clínica de Freud e própria, a autora mostra que o laço inconsciente-família faz-se pela transmissão do mal-entendido do verbo.

palavras-chaves

inconsciente, família, sintoma, Édipo e mal-entendido

abstract

Starting from the Case Dora and of the Mice's Man, it is evidenced that from the beginning of the psychoanalysis, marriage and desire dissociate themselves. Starting from examples of Freud's clinic and her own, the author shows that the knot unconscious-family is made by the transmission of the misunderstanding of the verb.

key words

unconscious, family, symptom, Oedipus and misunderstanding

recebido

20/11/2007

aprovado

28/11/2007

Lavoura arcaica: uma família, um complexo de amor e cinzas

ELZA FERREIRA SANTOS

introdução

A literatura tem uma forma especial de explicar o mundo, de compreender os dramas do ser humano. Partindo desse pressuposto, optamos por utilizar como objeto de nossa pesquisa o enredo de *Lavoura Arcaica*, de Raduan Nassar. Este trabalho assinala o início da nossa pesquisa acerca das relações incestuosas entre irmãos. Aqui no congresso Família e Inconsciente, julgamos oportuno tratar desse assunto, pois uma relação incestuosa não se limita aos praticantes: ela invade todas as relações familiares, ela inquieta os membros e, não raro, os atormenta e envergonha. No romance, o incesto é um sintoma e aponta o emaranhado, a confusão que se passa no âmbito familiar: “tinha corredores confusos a nossa casa”.¹

¹ Nassar. *Lavoura arcaica* (2002, p.44).

a trama

O paulistano Raduan Nassar publicou em 1975 o seu primeiro livro. Sua obra invoca a dimensão do humano, do existencial, do amor e da dor. Sua obra mexe com o “estranho”, mexe com aquilo com que cada um de nós já teve um dia de se deparar: o amor pelo proibido. Escrito em prosa poética, numa linguagem densamente metafórica, André, o narrador, tece seu drama entremeadado ao drama da família.

André, concebido em uma família tradicional, patriarcal, rural, religiosa, resolve fugir de casa. Pedro, seu irmão mais velho, imbuído da ordem e do desejo dos outros membros da família, foi buscá-lo. Encontrou o irmão em um quarto escuro, sujo, asqueroso, porém não muito diferente da alma, do estado de André. Este, assustado, não só porque viu o irmão, mas também porque Pedro o repreendeu diante do ato masturbatório em que se encontrava, resolveu, passado o susto, revelar as razões que o fizeram sair de casa.

Em uma fala, por vezes delirante, convoca o irmão e também o leitor a conhecer o seu lar, pois André conhecia mais que todos o corpo da família inteira. Ele havia incursionado através dos “corredores”, dos “cestos de roupa suja”, havia escutado das “portas” os gemidos, as pulsações e a volúpia; afinal, diz o protagonista, ninguém amou mais a família do que ele.

Pedro, representante do pai, cumprirá sua missão: “devolver o filho tresmalhado ao seio da família”.² Mas não devolverá a paz que outrora a família julgava ter. Uma vez revelado o segredo/pecado ao irmão/pai, não há mais como escondê-lo. Na festa, realizada para festejar o regresso do filho desgarrado, eclodirá a sombria revelação; assim, a lei foi usurpada, o patriarca foi ferido e o rebanho caiu exasperado.

² *Ibid.*, p. 18.

a família

Estamos diante de uma família patriarcal, apegada ao solo e às tradições. Aliás, o arcaico evoca as relações de trabalho e poder numa fazenda paulista. O arcaico é o antigo, sempre vivo dentro de nós. É o latente, mas pode eclodir a qualquer instante. É o existente, mas não mensurável. É o real sem sentido do qual ninguém escapa. Nem André, a personagem, nem nenhum de nós.

Por outro lado, lavoura é o labor literário, o trabalho astuto e minucioso com a palavra. Lavoura é o plantio, é o construir e desconstruir os laços do “complexo familiar”. Assim, o pai convoca os filhos e filhas a fazerem a lavoura. Contudo, a autoridade dele se confronta com a ternura excessiva da mãe. Portanto, há os que fogem do plantio e ficam à sombra da copa materna.

Nessa família, aparentemente, tudo está sistematizado: o pai senta-se à cabeceira da mesa, do seu lado direito está Pedro, o filho mais velho, bom e trabalhador, o modelo a ser seguido; depois dele vêm Rosa, Zuleika e Huda. Do lado esquerdo do pai, está a mãe seguida de André, Ana e Lula. Andrula (apelido de André) está entre as duas mulheres de sua vida: mãe e irmã. Pedro é o filho mais próximo do pai, André é o filho mais próximo da mãe e também serve de modelo para o caçula. O lado esquerdo do pai trazia “o estigma de uma cicatriz”, era como se a mãe fosse “uma anomalia”.³ Na outra cabeceira, há um lugar, agora vazio, antes ocupado pelo avô.

³ *Ibid.*, p.156-57.

O pai sempre pregava paciência, trabalho e união. É se entregando à família, acreditava o pai, que:

cada um em casa há de sossegar os próprios problemas, é preservando sua união que cada um em casa há de fruir as mais sublimes recompensas; a nossa lei não é retrair, mas ir ao encontro, não é separar, mas reunir, onde estiver um há de estar o irmão também...⁴

⁴ *Ibid*, p. 148.

A família se basta. Parece ter sido esta a compreensão que teve André. Pois, mesmo quando fugiu de casa, não se achava longe dela, ao contrário, “estamos indo sempre para casa”⁵ disse ele. Se, por um lado, os outros membros queriam sua volta, por outro, André aceita voltar porque nunca quis de lá sair: afinal, o que mais quer agora é o seu lugar à mesa.

⁵ *Ibid*, p. 36.

A fuga de André expunha a família a um mal estar. Mais que isso, a saída dele adoecia a mãe e amargurava a irmã Ana. Numa família, com os papéis já ordenados, a ferida aberta pelo filho balançou as estruturas da casa, derrubando as colunas da ordem. André reencarna a figura do filho pródigo – no romance só há a partida e o retorno. Porém a festa ofertada ao filho, pelo seu retorno, transformou-se numa tragédia. Ele não retornou para aplacar as feridas da família, mas para escancará-las. As quinquilharias dos cabarés, guardadas por André em uma mala, são descobertas por Ana, que as usa. Veste-se do profano para infringir o sagrado, furar a lei paterna.

o pai e a mãe

De um lado, um pai extremamente duro, sisudo, autoritário. Dono da lei, da palavra. Do outro, a mãe extremamente carinhosa, falava manso. Ele trabalhava na lavoura do campo, ela na da casa. Segundo André: “... se o pai, no gesto austero, quis fazer da casa um templo, a mãe, transbordando no seu afeto, só conseguiu fazer dela uma casa de perdição”⁶

⁶ *Ibid*, p. 136.

Ora, não é a mãe o primeiro objeto de gozo impossível? O pólo de efervescências? Nela André vê suas primeiras angústias. Diz “eu e a senhora começamos a demolir a casa.”⁷ Quando Ana

⁷ *Ibid*, p. 68.

⁸ *Ibid.*, p. 130.

quer fugir do amor, diz-lhe André “que culpa temos nós se fomos acertados para cair na trama desta armadilha?”⁸ Na armadilha da mãe, porque ela quer abocanhar o filho/falo. É ela que, pela possessividade, faz do filho seu refém fálico.

⁹ *Ibid.*, p. 139.

Conforme Lacan, “detrás dela se perfila toda a ordem simbólica da qual depende esse objeto predominante da ordem simbólica - o falo” É aí que o sujeito se faz alienado, alienado neste desejo. “Amar e ser amado era tudo que eu queria”⁹ diz André. Ana quer dizer-lhe não, mas já é tarde, pois não cabe a ela dizer não. Não é o pai representante da lei? Não é a entrada do pai no circuito mãe-filho que vai interditar a relação?

¹⁰ Freud. *Romances familiares* (1908/1996, p. 244)

“O menino tem maiores tendências a sentir impulsos hostis contra o pai do que contra a mãe, tendo um desejo bem mais intenso de libertar-se dele do que dela.”¹⁰ Indiscutivelmente, André é hostil ao pai, os sermões paternos não o atingem: “eram inconsistentes.”¹¹ Em retribuição, André manda, por Pedro, a caixa com as quinquilharias e escárnio. Os sermões não ecoam dentro do sujeito, porque o pai não se faz lei: “um arrotosco que valia por todas as ciências, por todas as igrejas e por todos os sermões do pai.”¹² A voz que se fazia ouvir era a do avô, agora morto.

¹¹ Nassar. *Lavoura arcaica* (2002, p.48).

¹² *Ibid.*, p. 91.

Contra a lei paterna, André responde com a libido, sua “*libido escura*”. Contra a austeridade paterna, há a “*prodigalidade*” do corpo – do corpo da família. André, ao conhecer os corredores da casa, conhece também os corpos desnudos da família. Essa prodigalidade do corpo desencadeia-se no incesto. Por meio de Ana, André desobedece a lei: pois “Quero com urgência o meu lugar na mesa da família.”¹³ O seu lugar, como já sabemos, é ao lado da mãe.

¹³ *Ibid.*, p. 133.

o filho

Quando ele nasceu, os papéis já estavam definidos. Do lado do pai, já existia Pedro. Sobrava-lhe o lado da mãe. É este que ele vai ter. É o querido da mãe. Conforme Freud, “Ao crescer, o indivíduo liberta-se da autoridade dos pais, o que constitui um dos mais necessários, ainda que mais dolorosos, resultados do curso do seu desenvolvimento.”¹⁴ Como podia André libertar-se de seus pais se a pregação foi a de sempre se fazer unido à família, se ele apreendeu que o verdadeiro amor se cultiva no seio fami-

¹⁴ Freud. *Romances familiares* (1908/1996, p. 243)

liar? Diz a Ana: “me ajude a me perder no amor da família com o teu amor, querida irmã.”¹⁵ É o amor que sente pela irmã/mãe que o reintegra à família. Trata-se do amor narcísico que não lhe permite direcionar-se a outros objetos. Vale ressaltar, o nome da irmã - Ana - significa o pronome eu em árabe.

André não podia mesmo se distanciar de casa. É como se ele estivesse preso à imagem materna. Diz Lacan (1981) que no complexo do desmame se fundam os sentimentos mais arcaicos e estáveis os quais unem o indivíduo à família.¹⁶ Então, André parece não ter se desvencilhado dessa representação, embora tivesse fugido de casa. Ele foge do lar, mas não escapa da imagem do seu primeiro amor.

Por isso, quando Pedro vai buscá-lo, mais do que brigar com o irmão, parece-nos confessar sua impotência. Aquilo que estava tentando esconder, escapa. Facilitado pela escuridão do quarto, pela frouxidão da consciência provocada pelo vinho, o sujeito denuncia-se pelo verbo. Um verbo represado agora estoura: um verbo que explicita a sua história, pois o sujeito se encontra na história, nela está o seu fantasma.

Também com o verbo desenfreado, André desafiou o pai. No retorno, André tenta explicar sua vida ao pai. Aliás, só o pai não percebe a história do filho. Diz o pai: “é muito estranho o que estou ouvindo.”¹⁷ e André responde:

Misturo coisas quando falo, não desconheço esses desvios, são as palavras que me empurram, mas estou lúcido, pai, sei onde me contradigo, piso quem sabe em falso... mesmo me confundindo nunca me perco.”¹⁸

É lógico ser tudo estranho para o pai, mas é do estranho que André fala. O inconsciente deslizando pelos significantes revela o proibido que o pai não pode saber. Então, o filho não se perde: por hiências se revela o que não pode ser revelado.

Ainda que André lhe pareça “perturbado”, é suportável ouvir do filho sobre a lei infringida, mas quando o real se revela aos seus olhos por meio de Ana – a filha pura profanada – o pai não suporta. O real do corpo é insuportável. Então, à noite, André tentava contar ao pai o “indizível”, mas no dia seguinte: “Ana,

¹⁵ Nassar. *Lavoura arcaica* (2002, p.129).

¹⁶ Lacan. *A Família*. (1938/ 1981, p. 27)

¹⁷ Nassar. *Lavoura arcaica* (2002, p. 164).

¹⁸ *Ibid*, p. 165.

coberta com as quinquilharias mundanas da minha caixa, tomou de assalto minha festa, varando com a peste no corpo o círculo que dançava...”¹⁹ e desvelava com o corpo o que André tentara contar por meio das palavras.

¹⁹ *Ibid.*, p. 188.

Por meio da dança luxuriante, o pai, a família é desmascarada. A lei é varada. O pai, “ferido nos seus preceitos”, surpreendido, diante do corpo libidinoso responde com o “alfange... atinge com um só golpe a dançarina oriental.”²⁰ Ele quer cortar o mal, o demônio do prazer incestuoso que entrara na sua casa.

²⁰ *Ibid.*, p. 192.

o incesto – um amor morte

Em seu estudo *Totem e Tabu*, Freud assinala: “as proibições totêmicas incluem a proibição contra o incesto verdadeiro como um caso especial.”²¹ Nesse trabalho, apresenta um apanhado dos estudos antropológicos até então realizados sobre os nativos australianos, no qual mostra como os grupos evitavam o incesto. Ele descreve ser tamanho o horror que diversas eram as regras de evitação, como, por exemplo, irmãos não podiam ver as irmãs. Quando aqueles chegavam a uma certa idade, mudavam de casa, não podiam nem pronunciar o nome delas. Em relação à mãe, mostra que os modos de tratamento eram os mais formais possíveis.

²¹ Freud. *Totem e Tabu* (1913/1996, p. 25)

Freud afirma, diante dessa amostragem, ser enorme o horror ao incesto, pois se havia diversas proibições é porque havia a tentação de cometê-lo. As punições eram também intensamente severas, como, por exemplo, a morte por enforcamento em algumas tribos, a mutilação de corpos em outras. Além disso, a ocorrência do incesto acarretava ao grupo, segundo suas crenças, castigos e calamidades de todos os tipos. Assim, o incesto passa a ser considerado um tabu.

O tabu é compreendido por Freud como uma proibição primeva forçadamente imposta (por alguma autoridade) de fora, e dirigida contra os anseios mais poderosos a que estão sujeitos os seres humanos. Apesar disso, o desejo de violá-lo persiste no inconsciente.

Assim, Freud passa a relacionar essa antiga proibição ao recente ensino da psicanálise: “a primeira escolha de objetos para amar por um menino é incestuosa e que esses são objetos proibi-

dos: a mãe e a irmã”²²

Evidentemente, em tantos outros estudos, a psicanálise vai mostrar-nos que o desejo não morre, ele é tão somente recalçado. Tantas evitações que os antigos faziam para se afastarem do incesto são comparadas por Freud aos rituais típicos na manifestação de uma neurose obsessiva.

Assim, em *Totem e Tabu*, os irmãos se unem para matar o pai, mas a morte dele, por sua vez, faz mais um laço de parentesco entre os irmãos: todos estão sob a égide da proibição do incesto.

Evidentemente, quando falamos em parentesco, vale lembrar que, conforme Lévi-Strauss, não se exprime unicamente numa nomenclatura; os indivíduos ou as classes de indivíduos que utilizam os termos sentem-se obrigados uns em relação aos outros a uma conduta determinada: respeito ou familiaridade, direito ou dever, afeição ou hostilidade. Para instituir a civilização, o tabu ao incesto faz-se necessário. Ele garante a exogamia, as alianças fora do grupo e entre grupos, além de favorecer a mistura genética.²³

A família apresentada no romance é a tradicional, mas o drama que nela existe é inerente a qualquer uma. A família de André se entrelaça por traços consangüíneos, parentescos e dolorosos. O romance, *Lavoura Arcaica*, não se destina a falar da família patriarcal. Embora se valha dela, a narrativa fala do amor que corrói o humano. Fala do amor que não se fez renúncia, do romance familiar.

Segundo Roudinesco, “o romance familiar freudiano supunha com efeito que o amor e o desejo, o sexo e a paixão estiveram inscritos no cerne da instituição do casamento.”²⁴ No complexo de Édipo há o desejo recalçado de matar o pai e casar-se com a mãe.

Para constituir-se família, o tabu ao incesto faz-se necessário. Segundo Freud, a sociedade repudia o incesto porque ele nos revela o que há de mais primitivo em nossos sentimentos. Ele desvela o recalque. Roudinesco, interpretando as lições de Lacan, diz:

O complexo de Édipo estava inscrito no âmago da personalidade humana e sua estrutura triangular verificava-se nas mais diversas culturas. Em sua forma positiva tinha a ver com o desejo de morte em relação ao rival do mesmo sexo e com o desejo sexual pela pessoa do sexo oposto; em sua forma negativa, com o

²² *Ibid*, p.35.

²³ Lévi-Strauss. *Antropologia cultural* (1993).

²⁴ Roudinesco. *A família em desordem* (2002, p.88).

amor pelo progenitor do mesmo sexo e com ciúme em relação ao progenitor do sexo oposto. Nessa perspectiva, a estrutura triangular do complexo obtinha eficácia da proibição do incesto. Essa proibição era, para Freud, a condição de toda cultura: o incesto era um fato anti-social ao qual a humanidade tivera de renunciar para poder existir.²⁵

²⁵ *Ibid.*, p. 157-58.

Através da teoria psicanalítica sabemos que o recalamento bem sucedido resulta da renúncia que o indivíduo realiza de seu desejo incestuoso pelo pai e pela mãe, a fim de conseguir se identificar com uma das figuras parentais e estruturar seu supereu. Em *Lavoura Arcaica*, André tenta desviar-se da barreira do incesto com a mãe, porém cai na teia incestuosa amando a irmã, ou seja, o lugar da sua própria mãe é ocupado pela irmã. O incesto foi facilitado pelas carícias da mãe “vem coração, vem brincar com teus irmãos.”²⁶ Na trama de Raduan Nassar, o incesto não só gera confusão de papéis e ambivalência de sentimentos, como também traz à tona o amor proibido, o ato vergonhoso. Esse amor invoca a morte para restaurar a lei.

²⁶ Nassar. *Lavoura arcaica* (2002, p.33).

referências bibliográficas

- FREUD, Sigmund. Romances Familiares. In: *Obras Completas*. Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. IX.
- FREUD, Sigmund O Estranho. In: *Obras Completas*. Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. XIX.
- FREUD, Sigmund Totem e Tabu. In *Obras Completas*. Edição Standard. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. XIII.
- LACAN, Jacques. *A Família*. Lisboa: Assírio&Alvin, 1981.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Cultural Dois*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.
- NASSAR, Raduan. *Lavoura Arcaica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- ROUDINESCO, Elisabeth. *A Família em Desordem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- ROUDINESCO, Jacques Lacan: *Esboço de uma vida, história de um sistema de pensamento*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

RESUMO

Esta comunicação almeja compreender o “complexo familiar” em *Lavoura Arcaica*, romance de Raduan Nassar. Como se estruturava a família do protagonista? Quem é o progenitor de André? Fez valer a lei? Possibilitar o entendimento do drama da personagem e revolver inquietações dos leitores, pois, ao se defrontarem com os dramas familiares, encontram-se na encruzilhada dos desejos amar/odiar, alienar-se/separar-se da mãe em busca de seu próprio caminho. Freud, Lacan e Roudinesco serão psicanalistas utilizados nessa compreensão. Enfim, num momento em que se questiona se famílias ditas “modernas” provocam ou não desestruturas doloridas em seus entes, este trabalho mostra que, na dita família “tradicional”, há imensas outras possibilidades de desmantelá-lo. Afinal, não se trata de moderno ou arcaico, trata-se da “lavoura”, isto é, da elaboração do conflito edípiano.

palavras-chave

psicanálise, família, incesto, literatura.

abstract

This communication has the purpose of understanding the “familiar complex” in *Lavoura Arcaica* Raduan Nassar’s novel. How was the protagonist’s family structured? Who is André’s father? Did he make the law to be valid? To make possible the comprehension of the character’s drama and to dig the readers’ fidgets, who, when face familiar dramas, find themselves in the crossroads of loving/hating desires, becoming insane/breaking up with his/her mother searching for his/her own way. Freud, Lacan and Roudinesco will be the psychoanalysts used in the understanding. At last, at a moment when we ask if the so-called “modern” families provoke painful disorders in their beings, this work shows that in the so-called “traditional” family there are many other possibilities of dismantles. After all it’s not matter of being modern or archaic, we are talking about the “farming”, that is, the elaboration of the edipian conflict.

key words

Psychoanalysis, Family, Incest, Literature.

recebido

21/10/2007

aprovado

30/10/2007

A transmissão da neurose nas relações familiares em “Cem anos de solidão”

FABIANO CHAGAS RABELO

Propomo-nos, neste trabalho, abordar a transmissão da neurose nas relações familiares através de um comentário do romance “Cem Anos de Solidão”, do escritor colombiano Gabriel Garcia Marques. Nosso intuito é problematizar os fundamentos teórico e ético da noção de hereditariedade em psicanálise, salientando sua especificidade.

O livro descreve o trabalho de decifração de uma escritura que atravessa a história de várias gerações de uma mesma família, os Buendia, tecendo uma rede de ditos e não-ditos na qual vários sujeitos são convocados a se situarem.

Redigida em sânscrito pelo Cigano Melquíades, amigo do patriarca José Arcádio, a escritura se retrata como um amontoado incompreensível de rabiscos e enreda uma maldição que, de acordo com os relatos dos primeiros Buendia, abateu-se sobre a família. Havia um tabu que proibia o casamento entre primos e acreditava-se que, em virtude das repetidas violações, acabar-se-ia por gerar crianças com rabo de porco.

O casamento de José Arcádio com Úrsula, primos entre si, desenrola-se sob influência dessa profecia. José Arcádio não faz muito caso do vaticínio: “não me importa ter leitõezinhos, desde que possam falar”.¹ Úrsula, por sua vez, guarda vivas na memória as palavras da mãe sobre uma tia avó, cujo filho nascera com uma cauda e morrera tragicamente tentando extirpá-la. No receio de gerar uma prole aberrante, adia por seis meses o contato sexual com o marido, utilizando-se de um cinto de castidade improvisado com lona, correntes e cadeados. Tal fato torna-se público e José Arcádio, questionado acerca de sua virilidade por um rival numa rinha de galo, acaba por assassiná-lo.

Assim, sob a égide de um cadáver, transcorre as núpcias do casal e tem início a descendência dos “condenados a cem anos de solidão”. Funda-se, ou, melhor dizendo, renova-se aí uma dívida simbólica que remete aos enigmas relativos ao sexo, à vida, à morte

¹ Márquez. Cem Anos de Solidão. (2006, p. 25-26).

e à procriação.

José Arcádio, atormentado pela culpa do assassinato, resolve partir numa jornada rumo ao mar – na direção contrária à trilhada por seus ancestrais - acompanhado pela esposa e por outros habitantes do vilarejo onde morara até então. Nessa travessia nasce o primeiro filho do casal, batizado com o mesmo nome do pai. Depois disso, instigado por um sonho premonitório, abandona o plano de chegar até o litoral e decide fixar residência em um local que denomina Macondo: “um nome que nunca tinha ouvido, que não possuía significado algum, mas que no sonho teve uma ressonância sobrenatural.”²

² *Ibid.*, p. 29.

No livro, chama-nos a atenção a valorização da ação do significante³ na narrativa. As palavras, no laço social que une os membros da família, não se reduzem aos seus efeitos de significado. Toda a história é transmitida e apropriada a partir de fragmentos de memórias e impressões pessoais, muitas delas infantis, carregadas por uma volúpia e colorido emocional peculiar. A pluralidade de vozes é outra característica marcante: o enredo desenrola-se na somatória de recortes de falas e histórias, tecendo uma linha narrativa que deságua na decifração das escrituras de Melquíades.

³ Lacan, Jacques. *A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud* (1957). In: *Escritos*. (1998, pp. 496 – 533)

A repetição de nomes próprios na família acentua a incidência do significante na urdidura do romance familiar. Os prenomes Aureliano, Arcádio, Úrsula, Amaranta e Remédios se alternam e se combinam para acentuar o jogo de repetição e variação da mensagem desse Outro que atravessa a história da família. No decorrer das gerações, em contextos e tempos variados, diferentes sujeitos, cada qual a seu modo, dependendo da posição ocupada na rede de relações simbólicas, reedita o enigma suscitado pela maldição dos Buendía: a solidão.

Nos primeiros anos, após a fundação de Macondo, dá-se o encontro do patriarca José Arcádio com Melquíades. Este chega de tempos em tempos ao povoado com sua tribo de ciganos, expondo o que chama de “as últimas maravilhas da ciência”, ao lado de números circenses e espetáculos de feira.

A paixão em comum pelo saber enseja uma longa amizade entre os dois. O fascínio de José Arcádio pelos objetos trazidos pelos ciganos é tanto que se põe a imaginar usos mirabolantes para eles: guerras, grandes obras, meios de obter

fortuna fácil, etc. Mais adiante, Úrsula reconhecerá aí um dos traços ressurgentes nas gerações seguintes: o gosto por obras grandiosas e estapafúrdias. Após várias visitas a Macondo e de um longo período de ausência, Melquíades regressa à casa dos Buendia para ali viver até a morte. Nesse período, redige as escrituras que velam e desvelam o destino da estirpe do Patriarca José Arcádio e declara: seus escritos não serão elucidados antes de se passarem cem anos.

Acreditamos ser pertinente falar sobre o lugar de Melquíades entre os Buendia: o de estrangeiro excêntrico, portador de um saber enigmático sobre o destino da família. Evocamos aqui o conceito freudiano de estranho⁴ – *das Unheimliches* – e a tradução que Lacan lhe dá de extimidade, neologismo integrando os sentidos de exterioridade e intimidade.

Enquanto os manuscritos do cigano repousam em esquecimento num quarto da casa dos Buendia, a matriarca Úrsula, no decorrer de sua longa existência, torna-se uma espécie de cronista das reedições dos dramas familiares. Com o tempo, passa a referir-se à sua residência como uma “casa de loucos” e o temor de que algum membro de sua prole venha ao mundo deformado vai perdendo força diante da constatação de que “as extravagâncias dos filhos eram uma coisa tão terrível quanto um rabo de porco.”⁵ Para Úrsula, os filhos herdam as loucuras dos pais.

Décadas depois de Úrsula chegar a essa conclusão, o último José Arcádio, homônimo do fundador de Macondo e seu tataraneto, elenca as paixões dos antepassados encarnadas em seus medos e terrores:

As mulheres de rua, que arruinavam o sangue; as mulheres de casa, que pariam filhos com rabo de porco; os galos de briga, que provocavam mortes de homens e remorsos de consciência para o resto da vida; as armas de fogo, que só com serem tocadas condenavam a vinte anos de guerra; as empresas audaciosas, que só conduziam ao desencanto e a loucura; e tudo, enfim, tudo quanto Deus criara com sua infinita bondade e que o diabo pervertera.⁶

⁴ Freud. O estranho (1919/1972)

⁵ Márquez. Cem Anos de Solidão. (2006, p. 44).

⁶ *Ibid*, p. 350.

Quanto ao último José Arcádio, Úrsula tomara para si o encargo de educá-lo de modo a mantê-lo distante dos desvarios da família e prepará-lo para a carreira eclesiástica:

Ninguém melhor do que ela (Úrsula) para formar o homem virtuoso que haveria de restaurar o prestígio da família, um homem que nunca tivesse ouvido falar de guerra, dos galos de briga, das mulheres da vida e das empresas delirantes, quatro calamidades que, conforme pensava Úrsula, tinham determinado a decadência de sua estirpe. “Este será padre”, prometeu solenemente. “E se Deus me der vida bastante, há de chegar a ser Papa.”⁷

⁷ *Ibid.*, p. 184.

Embora sua criação tenha sido direcionada por Úrsula para suplantar a maldição da família, algo das narrativas familiares, ainda que pelo avesso, fez-se transmitir. Na tentativa de afastá-lo do que considera as desgraças da família, acaba por torná-las mais vivas em sua fantasia.

Ressaltando o estilo cíclico do livro, a narrativa simultânea de fatos acontecidos em tempos diferentes, interligando passado, presente e futuro, temos as palavras da matriarca Úrsula: “É como se o tempo desse voltas sobre si mesmo e tivéssemos voltado ao princípio”⁸, e “num círculo vicioso.”⁹ Reconhecemos nessa temporalidade circular os efeitos da cadeia significativa, que engendra sentido retroativamente, numa lógica própria, na qual coexistem movimentos sincrônicos e diacrônicos.

⁸ *Ibid.*, p. 189.

⁹ *Ibid.*, p. 214.

No entanto, a repetição que ordena o desenrolar da história não se limita à simples reprodução do mesmo. No dizer de Pilar Ternera, vidente, cartomante, prostituta, além de mãe e amante de vários Buendía: “a história da família era uma engrenagem de repetições irreparáveis, uma roda giratória que continuaria dando voltas até a eternidade se não fosse pelo desgaste progressivo e irremediável do eixo.”¹⁰

¹⁰ *Ibid.*, p. 375.

Com isso, é importante chamar atenção para o fato de que, para além das repetições do significante, algo de novo irrompe.

¹¹ Lacan, Jacques. *O Seminário, livro 11, os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1964/1998b, pp.: 55 - 65)

Lacan, em *O Seminário*, livro 11 refere-se a duas diferentes apresentações da repetição¹¹. Propõe chamar de Tiquê uma

delas. Trata-se, diz ele, de algo que acontece como se por acaso e em relação ao qual nós, analistas, não nos devemos deixar tapear. É o encontro faltoso e traumático com o real. O real enquanto distinto da concepção de realidade: aquilo que resiste ao simbólico e sempre retorna ao mesmo lugar.

Em contraste à Tiquê, há o Autômaton, que remete a uma outra forma de repetição demarcada pela insistência dos signos. Porém, é a partir das circunvoluções do Autômaton que eclodem as manifestações da Tiquê. Podemos afirmar então: em psicanálise, a repetição, por estar em última instância sempre implicada em uma relação com o real, não é reprodução, mas uma incessante demanda pelo novo.

Essa irrupção do real que subjaz às repetições dos temas familiares, no livro, ocorre em paralelo à decifração das escrituras. Daí o tempo necessário – 100 anos – para que sua leitura seja viabilizada.

Sugerimos que o estilo realista-fantástico do autor constitui uma forma de cingir o impasse da relação sexual, questão que se sobressai no vínculo dos personagens do livro com a escritura que articula, no *a posteriori*, o fio condutor da narrativa. A solidão, à qual os membros da família Buendia estão irremediavelmente condenados, reflete a impossibilidade lógica de se fazer Uno pela relação sexual. Na história de todos os personagens, há sempre uma falta resistente a toda tentativa de sutura, condenando ao fracasso qualquer projeto de felicidade que busque se extraviar de sua verdade. A felicidade possível para os Buendia, a felicidade efêmera e circunstancial, é conseqüência da resignação diante da solidão e de sua aceitação.

Percebemos que os personagens “se humanizam na solidão”, compartilham a solidão entre si e atravessam o desamparo de suas existências para chegar ao seu outro lado, de modo a se reconciliarem com a solidão. Assim ocorre com o patriarca José Arcádio, amarrado a uma árvore na lucidez de sua loucura; com Amaranta, em seus encontros com a morte durante a confecção de sua mortalha; com o general Aureliano, em sua oficina de ourivesaria na fabricação de peixinhos de ouro; e com José Arcádio Segundo, na leitura dos pergaminhos de Melquíades.

Retomemos a pergunta de início: em quais paradigmas se assentam os princípios da hereditariedade em psicanálise? Para

ela, transmite-se o enigma da relação sexual pelo entrelaçamento de dois desejos - heterogêneos e irreconciliáveis - na constituição de um novo ser. Este ser, a partir dos significantes e das contingências que o afetam, haverá de responder à falta que está na sua origem. A neurose constitui, portanto, uma resposta - irredutivelmente única e singular - ao desejo do Outro.

referências bibliográficas

- FREUD, Sigmund. (1919) Das Unheimliches. In: Studienausgabe. Frankfurt a. M.: S. Fischer, 1972. Band IV.
- LACAN, Jacques. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud (1957). In: Escritos. Jorge Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1998 a
- LACAN, Jacques. O Seminário - Livro 11: Os Quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise (1964) . Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 1998 b
- MÁRQUEZ, Gabriel Garcia. Cem Anos de Solidão. Rio de Janeiro, Record Ed. 2006

resumo

A partir de um comentário do livro “Cem Anos de Solidão”, este trabalho visa a proporcionar uma discussão sobre a hereditariedade e a transmissão da neurose em psicanálise. Enfatizaremos a valorização dos efeitos do significante nas narrativas de seus personagens e as diversas modalidades de repetições que atravessam as gerações da família Buendia. A referência aos escritos de Melquíades é tomada como uma metafórica materialização da mensagem do Outro. Remeteremos aos conceitos de Tiquê e Autômaton, para destacar, como elemento central dessas repetições, o impasse sexual na função daquilo que se faz transmitir nas relações familiares. Com isso, salientaremos a especificidade da noção de hereditariedade em Psicanálise.

palavras-chave

hereditariedade, tiquê, autômaton, significante

abstract

From a commentary of the book "A Hundred Years of Solitude", this paper aims at proposing a discussion about heredity and transmission of neurosis in psychoanalysis. It will be highlighted in the aforementioned book the valuation of the effects of the significant from its characters' narrative as well as the various modalities of repetition which go through the generations of the Buendias. Melquíades Writings will be referred, taking it as a metaphoric materialization of Other's message. We will also refer to the concepts of Tiquê and Autômaton highlighting as central element of its repetitions the sexual impasse concerning what is transmitted in the family relationships. With this, we intend to accentuate the specificity of the notion of heredity in psychoanalysis.

key words

heredity, tiquê, autômaton, significant

recebido

20/10/2007

aprovado

10/11/2007

trabalho crítico com os conceitos



O sintoma e a estrutura familiar¹

BERNARD NOMINÉ

Propomos este tema para a conferência, pois na França estamos refletindo sobre os numerosos problemas postos pelas questões de parentesco, filiação, adoção e nomeação. São questões complexas, pois é preciso dizer que a teoria freudiana de que dispomos repousa sobre o Complexo de Édipo, que é historicamente datado, e o ensino de Lacan, bastante centrado na questão do pai, testemunha também um ambiente cultural que mudou muito desde então, ainda que possamos reconhecer em Lacan o talento de um visionário. Não podemos, portanto, fazer economia de uma reflexão que integre os novos dados sociais concernentes à instituição familiar na nossa cultura ocidental.

Os historiadores e sociólogos que consultei são unânimes em descrever as mudanças importantes que intervieram no modelo de organização familiar. Mas, não estão todos de acordo sobre as causas dessas mudanças. Alguns vêem as causas lá onde outros vêem as conseqüências; em resumo, isso é muito complexo e não estou certo de que a psicanálise tenha destaque nessas questões. O certo é que a sociedade sempre está mais ou menos organizada a partir de um modelo que é um modelo familiar. Para nós, leitores de Freud, isto não é tão espantoso, porque a psicologia coletiva deve muito à organização do eu que é constituída para cada um a partir de seus modelos familiares. Comportamo-nos em grupo como sempre nos comportamos na célula social primordial, quer dizer, a família. E, no entanto, vocês me dirão, nem todas as crianças de uma mesma família têm, forçosamente, o mesmo comportamento em sociedade, o que é verdade e isto me obriga a precisar que a família à qual nos referimos não é uma realidade social, é uma realidade psíquica – quer dizer que é uma formação essencialmente imaginária e fantasmática. Freud o havia reparado bastante cedo, a família é, primeiro, um mito individual, um romance. Cada um constrói seu romance familiar e é o modelo deste romance que cada um quer transpor para sua vida social. A família é, nesse sentido, para cada um, algo de muito íntimo e não é, portanto, tão surpreendente que os debates sobre esse tema

¹ Palestra realizada na PUC de São Paulo em 30/09/2005. Tema proposto pelo autor a Raul Pacheco Filho.

sejam, às vezes, tão agitados quanto certas refeições de família.

Dizemos logo de entrada que nossa intenção não é defender a todo custo o modelo da família tradicional, como o fazem certos psicanalistas assustados pelo mundo moderno e suas extravagâncias, e que localizam em todos os mal-estares atuais uma falha dessa estrutura tradicional que era a família patriarcal. A realidade social desse modelo desapareceu na nossa cultura há mais de um século, o que não impede ninguém, evidentemente, de sonhar com seu retorno, quer dizer que cada um pode mantê-la como modelo pessoal para seu romance familiar, ou seja, grosso modo, para sua neurose.

Para lançar um olhar um pouco mais claro sobre estas questões, é necessário referir-me aos trabalhos dos sociólogos. Eis o que pude ler. Na família tradicional, o que importava era a gestão do patrimônio, o pai era aquele que tinha toda autoridade pela gestão desse patrimônio e para decidir sobre sua herança. Somente o filho legítimo, isto é, portador do nome, poderia herdá-la, mas, sob a condição, é claro, de que fosse fiel aos ideais do pai; se seu comportamento fosse condenado por seu pai, ele corria o risco de ser deserdado. Este modelo familiar teria prevalecido desde o final do século XVIII até a Grande Guerra de 1914-1918.

Na etapa seguinte, que seguiu a Primeira Guerra, o acento se deslocou: é a educação das crianças que prevalece e não mais o patrimônio econômico da família. Trata-se de formar as crianças e de lhes dar o máximo de chances de ser bem sucedido socialmente. A família é fundada sobre o amor conjugal e os laços do casamento, e a educação é fundada sobre o prego da moral.

Enfim, desde os anos em torno de 1968, depois da grande contestação do poder dos pais e dos mestres, o modelo familiar que chamamos de “contemporâneo” está marcado por um ideal de igualdade entre os sexos, possibilitado por uma mudança na condição das mulheres que trabalham e que podem, cada vez mais, administrar as contingências da maternidade. Essas mulheres, que deixaram de ser dependentes de seus maridos, podem se divorciar, as famílias se recompõem e se aprofunda uma diferença entre a filiação e a parentalidade. Enfim, no nível dos princípios educativos, “a imposição dá lugar ao desabrochar da criança”²

Seria preciso acrescentar a este quadro o modelo da famí-

² De Singly François. *Le soi, le couple et la famille* (1996)

lia hipermoderna, facilmente homoparental: os papéis sexuais tradicionais se esfumam e serão, talvez, instados a desaparecer, se acreditarmos em certos especialistas, como Henri Atlan³, que nos predizem para amanhã a fabricação de crianças em úteros artificiais.

Seja como for, os psicanalistas, se eles ainda existirem, continuarão a escutar as fabulações dos sujeitos que deverão fazer cada vez mais esforços de imaginação para inventar um romance familiar, mas, *a priori*, não há nenhuma razão para se desesperar.

O que inquieta alguns é o declínio da função paterna que eles observam na organização familiar contemporânea e, portanto, na nossa sociedade. É certo que houve modificações notáveis, das quais falamos no nível sociológico, mas, não estou certo que essas mutações testemunhem de modo absoluto um déficit da função paterna. O que se percebe é um déficit da autoridade e, se permanecermos no modelo tradicional, então, associaremos toda autoridade àquela do *Pater familias*. Mas esta é uma dedução um pouco rápida, a função paterna não pode ser reduzida à encarnação da lei. É mesmo um contra-senso que Lacan corrige no final do seu ensino, sublinhando que o que dá ao pai sua autoridade é seu desejo. A lei, em si mesma, não se justifica em nenhum desejo particular, e é exatamente por isso que o recurso ao jurídico para solucionar os problemas familiares não passa, muitas vezes, de um “subterfúgio”. Neste nível, é certo que um déficit da função paterna se observa no recurso incessante à lei e, se isto se generalizasse, se o social respondesse desse modo, ou seja, ao pé da letra, aos apelos ao pai, veríamos se instalar uma ordem que Lacan qualifica de *ordem de ferro*⁴, e que testemunharia, segundo ele, um retorno do Nome-do-Pai no real. Quando olhamos o que se passa em certos países do Magreb, onde a cultura ancestral ficou sem norte pela invasão do modo de gozo dos nossos países ocidentais, vemos bem como o recurso à religião termina por impor uma ordem de ferro.

Mas, retornemos à nossa questão: as mudanças registradas na organização familiar traduzem verdadeiramente um déficit catastrófico da função paterna? Francamente, eu não creio: não estamos na era da psicose generalizada. Eu creio mais que, se há déficit, é no nível da autoridade do Mestre. É o discurso do Mestre que está desvalorizado, simplesmente porque o Mestre não é

³ Atlan, Henri. O Útero Artificial (2006).

⁴ Lacan. Séminaire - *Les non-dupes errent*. (aula de 19 de março de 1974).

mais o único a ter o saber que lhe dá as chaves do poder. O ideal democrático deu a todos um livre acesso ao saber, e o reconhecimento, hoje, não é mais esperado nem de um pai autoritário, nem de um mestre ciumento de seu saber, mas de um sistema social que controla os conhecimentos e valoriza o sucesso social. É o saber que está no posto de comando, mas este saber para todos, este saber sem mestre, não garante nenhuma ordem, e é tipicamente o que está em jogo com a rede internet, e nós ainda não temos verdadeiramente a medida das conseqüências dessa revolução.

Agora, resta medir o impacto desse déficit do discurso do Mestre sobre a figura tradicional do pai. É certo que, na tradição da neurose, o pai é aquele que protege contra as falhas do saber. Seja o que for, o pai sabe e ele tem razão. É o que lhe dá seu lado religioso; o Papa tranqüiliza os fiéis, ele sabe, ele é infalível, e o falecido papa teve uma conversa, digamos, irresistível, quando disse aos jovens: “não tenham medo!”. Todos aqueles que se apressaram a seguir suas exéquias em Roma repetiam isso: “ele nos disse: *não tenham medo*, e é por isso que nós estamos aqui”. Na neurose, a figura paterna está lá para assumir as falhas do saber. A neurose erige a figura do pai tradicional para não reencontrar a falha no simbólico. O pai é a primeira representação do sujeito suposto saber. Mas, o que ao pai é suposto saber? É a neurose que pode responder a essa questão: ao pai é suposto saber o que é o gozo que não tem nome, este continente negro misteriosamente oculto sob os véus da madona. Se o mito freudiano do pai que faz a lei – na medida em que ele impõe seu desejo a todo o resto da família – é tão necessário, é porque desse modo nós confiamos ao pai a função de saber, lá onde não há nada a saber, quer dizer, ao nível do que Lacan chamou de causa do desejo. E, sobretudo, não se vai verificar, o pai está lá e ele, ao menos, deve bem saber. “O pai é aquele que foi tão longe na realização do seu desejo para reintegrá-lo a sua causa”⁵. O que permite aos outros ficar no desconhecimento em relação a este objeto irreduzível ao saber, e é melhor assim, pois é isso que condiciona seu desejo.

Isto que acabo de introduzir como definição do pai – *O pai é aquele que foi tão longe na realização do seu desejo para reintegrá-lo a sua causa*, é uma definição que surge no discurso de Lacan no momento em que ele se distancia em relação à função simbólica, quase sagrada, do famoso Nome-do-Pai. Aqueles que conhecem

⁵ Lacan. O Seminário, livro 10: A angústia (1962-63/2005, p.365).

um pouco o ensino de Lacan sabem bem que a metáfora paterna não dizia nada sobre o desejo do pai, o Nome do pai vem aí como significante para responder ao enigma do desejo da mãe. Aqui, nós mudamos de registro, é o desejo do pai que está colocado primeiro. A história da metáfora paterna de Lacan agradou todo mundo, especialmente aos homens da igreja – um certo número de jesuítas seguiu o seminário de Lacan – o Nome-do-Pai como operador simbólico velava a questão do impensável desejo do pai e isto era cômodo a todo mundo. Em contraposição, na medida em que Lacan se aventura a falar do desejo do pai, isto o conduz inevitavelmente a desvalorizar o Nome-do-Pai e a começar a dizer que há *os nomes do pai*. Vocês sabem que ele pensou que tinha sido impedido de oferecer esse seminário ao qual ele só consagrou uma sessão. Em resumo, essa volta decisiva no caminho de Lacan não poderia agradar a todo mundo. A seqüência foi esclarecida dez anos mais tarde, quando Lacan formulou a especificidade do desejo do pai e designou seu objeto como sendo *uma mulher* como o objeto *a*. Vimos há pouco que o pai é suposto saber lidar com a falha no simbólico e, neste momento, podemos precisar que é o que ele faz muito naturalmente, situando neste lugar, *uma mulher* como objeto causa de seu desejo. Eu disse bem, *uma mulher* e não *a mãe*. Na constelação familiar, a mãe não é um objeto, é um significante. É mesmo sobre esta distinção precisa que repousa a ideologia feminista: que as mulheres advenham de um todo significante. Ora, o lado feminino implica, bem ao contrário, um *não todo*. E este *não todo* concerne àquele que sustenta a função paterna, que ele o saiba ou não, o importante sendo que ele tenha se aventurado a freqüentar esse *não todo* que ressoa especificamente como o que causa ordinariamente seu desejo.

Esta relação que caracteriza o pai na relação de gozo que o une à mulher que ele conquistou para nela fazer filhos, Lacan a nomeia de dois modos: ou ele a nomeia *père-version* – é um jogo de palavra entre a versão do pai e a perversão que caracteriza a sexualidade masculina – ou ele fala da função de sintoma, uma mulher como *sintoma* do pai, ou seja, como representando seu modo de gozo irreduzível e particular. “*Para quem é saturado pelo falo, que é uma mulher?*” – pergunta-nos Lacan – e ele nos responde: é um *sintoma*.” Isso deve ser escutado no sentido em que o *sintoma* representa a parte de gozo particular e irreduzível de

cada um, aquilo que resiste até o limite à decifração pelo sentido. É evidente que Lacan sublinha que o sujeito se sente, por sua vez, embaraçado por este gozo, mas, que ele também o retém, não aspira desembaraçar-se dele. Para um homem, fazer de uma mulher um objeto que cause perversamente seu desejo, é constitui-la como *sintoma*. É em 1975 que Lacan diz isso e nesse mesmo ano ele definiu o *sintoma* como uma função no sentido matemático do termo.

Uma função matemática é uma relação codificada entre dois registros, aquele das ordenadas y e o das abscissas x , e para cada elemento x deve haver ali um elemento y que satisfaça a função. Por exemplo

$$y=2x+3$$

Então, o que é que Lacan quer nos dizer com sua função do *sintoma*, $f(x)$? Ele nos diz que o x é aquilo que do inconsciente pode ser traduzido por uma letra, dado que o inconsciente é uma cifragem com letras. O inconsciente fornece a letra, o x , e o *sintoma* constitui-se a partir daí: $S= f(x)$. Uma função matemática deve ser válida para todo x . É isto o que faz Lacan dizer que o *sintoma* opera de forma selvagem, sem limite, de forma contínua; não cessa de se escrever a partir de qualquer x . Mas isso não dá lugar a qualquer y , quer dizer, a qualquer sintoma, definimos o *sintoma* como $f(x)$. Isso não dá lugar a qualquer sintoma, porque cada *sintoma* deve responder ao modelo imposto pela função, (por exemplo $2x+3$).

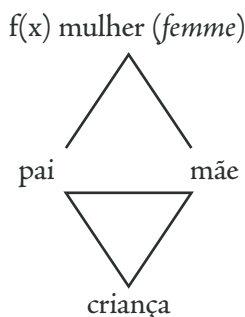
Qual é, então, o modelo para a função do *sintoma*? É algo bastante inesperado. Neste texto, Lacan nos adverte: “Vocês não vão acreditar nos seus ouvidos”⁶. É o pai. É como se houvesse uma conexão entre a função paterna e a função do *sintoma*. É isso que Lacan dirá sem rodeios em Genebra: o *sintoma* da criança é a expressão do tipo de pai e do tipo de mãe que ela tem. Dito de outra maneira, o modelo da função é dado pela relação entre pai e mãe. É isso o f , é o modelo da relação pai-mãe e para ser mais exatos, seria preciso dizer a relação pai-mulher. No $f(x)$ que caracteriza o *sintoma*, o f que vai dar forma ao *sintoma*, a partir do x do inconsciente, é o f do *feminino*. Uma mulher ocupa uma função no desejo, por essência, perverso do pai, - acabamos de vê-lo, é uma função de *sintoma*. Em síntese, com esta mulher função de *sintoma* para um homem, pode-se abordar esta nova versão da

⁶ J. Lacan séminaire RSI (aula de 21 de janeiro de 1975).

metáfora paterna que eu anunciava. O pai adquire sua função da função do *sintoma*. O que dá sua nobreza ao nome do pai, é seu *sintoma*. Ele não toma sua função do simbólico puro, como a religião nos sugere. Um puro símbolo não vale nada nesse aspecto. O *sintoma*, ainda que se pareça a um símbolo, não é um símbolo puro. O *sintoma* é o real ao redor do qual o inconsciente tece suas invenções.

O que é destacado então por Lacan nesta última parte de seu ensino não é o poder sagrado do pai simbólico, mas é o *sintoma* do pai, ou seja, o real do pai, a nota perversa de seu desejo, aquilo sobre o qual se quer geralmente fechar os olhos, já que se prefere o pai simbólico, o pai morto.

Esse impensável desejo do pai é o que fica escondido por trás da Santíssima Trindade, quero dizer, no trio edípico. O que Lacan traz de novo neste seminário é um quarto termo, é justamente o *sintoma*, digamos mesmo, o *sintoma* do pai para enodar o conjunto. O que se pode esperar de melhor, em relação à função do pai, é que ela faça sustentar a trindade pai, mãe, criança e que ela a sustente introduzindo um quarto termo.



O importante para o pai é que ele tenha um *sintoma*, aquele de sua pai-versão (perversão), que introduza o quarto termo, seu *sintoma*, o famoso $f(x)$, em outras palavras, a função de uma mulher no seu desejo de pai. É a partir deste modelo que a criança constrói seu inconsciente, a partir daquilo que há de sintomático no casal parental. Este é o modelo comum a partir do qual se constrói a neurose.

“O *sintoma* da criança está no lugar de responder ao que há de sintomático na estrutura familiar.”⁷ Isto é o que Lacan escreveu a Jenny Aubry. O que leva a dizer que a família é uma conjunção

⁷ Lacan, *Deux notes sur l'enfant*. (2001, p. 373).

de sintomas: de um lado há o pai e sua mulher, como sintoma – é aí que se funda o que há de sintomático na estrutura familiar –, e do outro lado há o sintoma da criança, no lugar de responder a essa relação sintomática.

Mas, por que dizer que o sintoma da criança está no lugar de responder? Por razões puramente estruturais. A família está fundada minimamente sobre dois pares de significantes: o pai e sua mulher, de um lado, a mãe e sua criança, do outro. O complexo de Édipo inventado por Freud é uma forma de escrever uma articulação entre esses dois pares de significantes. Ele repousa sobre a divisão fundamental entre mulher e mãe. A mulher é não-toda, uma parte de seu ser escapa ao que ela põe em jogo na sua função de sintoma para um homem. Ela tem seu próprio objeto, que pode ser uma criança, quer dizer, aquilo que ela acolhe como fruto da relação sintomática com seu parceiro. Poderíamos pensar também que, como mãe, ela poderia ter seu próprio sintoma, que respondesse ao que escapa a seu parceiro. Mas, contrariamente ao sujeito masculino, que faz de sua parceira um sintoma, ela não é toda-mãe, quer dizer, é não-toda, nesta relação que a une a seu objeto. Dito de outra forma, a criança não é geralmente um sintoma para sua mãe, porque ela não é toda mãe, e é aí que diremos, com Lacan, que o sintoma da criança representa a verdade do casal familiar. Porém, em certas circunstâncias, se o pai fracassa em fazer reconhecer seu desejo e, portanto, em fazer valer sua função, a mãe de seu filho pode se encontrar na situação de realizar a mãe toda, preenchida pela criança que satura seu desejo e que se apresenta como seu único parceiro, quer dizer, como seu sintoma, o que supõe, então, a estrutura da psicose.

A estrutura da psicose se caracteriza por uma profunda alteração das relações do sujeito ao Outro e isso supõe primeiramente uma falha simbólica desse Outro. Então, é chegada a hora de se colocar a questão: Quem é o Outro? Que é esta instância simbólica primordial descrita por Lacan? É preciso dizer, de entrada, que este Outro é uma criação própria de cada um. Cada um faz uma idéia de seu Outro, sempre a mesma, o que tece o habitual de suas repetições. Este Outro é uma criação do sujeito, mas ela não se realiza *ex-nihilo*. Há um modelo para cada um. Temos tendência a pensar espontaneamente numa figura de mãe

primordial; depois, quando se avança um pouco na leitura de Lacan, dizemos que o Outro, lugar onde o sujeito encontra sua inscrição simbólica, seria preferencialmente o pai. Hoje, depois daquilo que descrevemos como relação simbólica estruturada na família sobre o modelo do pai que faz de uma mulher seu sintoma, podemos deduzir que o Outro é o conjunto das relações significantes estruturadas pela lei do Édipo. Não é nem o pai nem a mãe, mas o pai e a mãe na sua relação sintomática, na qual um faz do outro seu sintoma, pela intermediação de uma função que assegura uma mulher no desejo de um homem. Se existe uma falha simbólica no lugar desta copulação significativa, a criança não encontrará seu lugar como quarto elemento, quer dizer, como sujeito com um sintoma. Ela ficará na posição aleatória de um objeto totalmente dependente de um ou do outro.

O Outro do psicótico não é um Outro sintomático, ou seja uma estrutura ternária frente à qual ele pode encontrar seu lugar como quarto. O Outro do psicótico é um Outro binário que só pode dar lugar a identificações maciças, em espelho, como se constata correntemente na paranóia. Ora, estas identificações, se podem dar um suporte imaginário ao eu, não são suficientes para sustentar o sujeito no encontro sexuado. Porque aí o sujeito tem um encontro com o sintoma e, se ele não recebeu o modelo de seu Outro sintomático, corre o risco de experimentar a catástrofe subjetiva que testemunha o desencadeamento da psicose.

Com estas precisões sobre a função paterna, espero haver mostrado a vocês a importância estrutural da família, como modelo do Outro que chamo sintomático, e penso que compreenderão que não serão as resistências de certos cientistas, de certas personalidades políticas, de certas mulheres ou da comunidade homossexual que poderão ameaçar um modelo que cada um recebeu e que tem, profundamente, impresso em si. Por certo, a psicose existe, mas ela não tem necessidade dessas extravagâncias para se desvelar. Não temos razão de temer o cenário catastrófico da psicose generalizada para as próximas gerações.

Pelo contrário, o que podemos temer, se não formos capazes de achar os meios de pôr um limite nesta inflação desenfreada de um saber em desordem, que desorganiza os laços sociais tradicionais, que são naturalmente os laços de transferência. O que podemos temer é uma desordem absoluta, que favorecerá a força

de uma figura patriarcal, à qual alguns recorrerão para acalmar suas angústias. Então, bem poderia ser o advento de uma ordem de ferro.

referências bibliográficas

- Atlan, Henri. O Útero Artificial. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.
- De Singly François. *Le soi, le couple et la famille*. Collection Essais e Recherches. Paris: Nathan, 1996.
- Lacan, Jacques. *Deux notes sur l'enfant*. In *Autres Écrits*. Paris: Seuil, 2001.
- Lacan, Jacques. O Seminário - livro 10: *A angústia* (1962-63). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- Lacan, Jacques. O Seminário - livro 21: *Les non-dupes errent* (1973-74). Inédito.
- Lacan, Jacques. O Seminário, livro 22: *R.S.I.* (1974-75). Inédito.

resumo

O artigo foi elaborado a partir de uma conferência do autor em 2005, na PUC-SP. Trata o tema da família como entendida pela psicanálise, uma realidade psíquica, formação essencialmente imaginária e fantasmática que tece o destino dos sujeitos e teoriza sobre o Nome-do-Pai e a trama edípica nos tempos atuais.

palavras-chaves

Família, Nome-do-Pai, sintoma, Complexo Edípico, sintoma

abstract

The article was developed starting from a conference given by the author in 2005, at PUC-SP. It deals with the theme of the family as understood by the psychoanalysis, a psychic reality, an essentially phantasmal and imaginary formation that weaves the destiny of the involved subjects, and it theorizes on the-name-of-the-father and the oedipal plot in the current times.

key words

family, the-name-of-the-father, symptom, Oedipus complex and symptom

recebido

10/11/2007

aprovado

20/11/2007

A infância generalizada na sociedade contemporânea: o que pode o dispositivo psicanalítico frente ao dispositivo de infantilidade?¹

ANA LAURA PRATES PACHECO

I - não existe "gente grande"

Recentemente vivemos um episódio lamentável no Brasil: jovens de vinte e poucos anos, da classe alta do Rio de Janeiro, espancaram uma empregada doméstica que estava em um ponto de ônibus. Presos e reconhecidos, alegaram pensar tratar-se de uma prostituta. O pai de um dos jovens agressores, ao ser interrogado sobre o ocorrido, alegou: "Eles são crianças, não podem ser presos, não podem ser colocados junto com bandidos. São crianças, não são bandidos". O discurso desse pai – que considera o filho de vinte e tantos anos uma criança e, portanto, irresponsável do ponto de vista do código civil, diferenciando-o dos outros: os bandidos – é nitidamente contrastante com as pesquisas de opinião mais recentes a respeito do rebaixamento da maioria penal como alternativa inibidora do crescente número de crimes cometidos por menores de 18 anos. A classe social à qual esse senhor pertence é amplamente favorável à redução da maioria penal, provavelmente porque jamais considerou a possibilidade de que seus filhos pudessem um dia ser condenados. Eles são as vítimas. Os criminosos são "os outros". Assim, parece evidente no discurso desse senhor que ele opera com a idéia de duas leis: uma para suas "crianças" e outra para a raça dos "bandidos". Ora, não seria esse um exemplo extremo de como a oposição criança-adulto, pelo menos no modo como aparece na sociedade, resiste a corresponder aos pretensos critérios objetivos e biologizantes do discurso científico hegemônico?

Essa questão remeteu-me ao que Sandra Corazza², inspirada em Foucault, chama de "dispositivo de infantilidade"³. A outra parte, inicialmente, do discurso atual sobre o fim da infância,

¹ Este texto teve como base o trabalho apresentado no VIII Encontro da EPFCL-Brasil, "Família e Inconsciente", Aracaju, novembro de 2007.

² Corazza. *História da infância sem fim* (2000).

³ "Dispositivo" é um conceito criado por Foucault que se refere à máquina abstrata de forças agenciadoras de poder, saber e ética. Encontra-se uma visão aprofundada desse conceito no livro de Deleuze (1990). *Qu'est-ce qu'un dispositif?* (O que é um dispositivo).

⁴ Postman. *O desaparecimento da infância* (1999).

do qual Neil Postman⁴ é o mais notável representante. Entretanto, em relação a esse discurso, ela coloca as seguintes questões:

Em que medida e com que forças o discurso da educação faz funcionar e mantém o dispositivo de infantilidade, contribuindo para assim fixar o ponto imaginário da “infância” e a identidade ideal da criança, instaurados há quase quatro séculos por este mesmo dispositivo? (...) Em outras palavras: existiria uma ruptura histórica entre a “Idade da Infância”, a análise crítica do “Fim da infância”, e os anseios e práticas culturais em prol de uma “Infância sem Fim”? Ou todos estes mecanismos integram as grandes e descontínuas linhas históricas que tecem e enodam os poderes, saberes e verdades do dispositivo de infantilidade? (E acrescenta) Essas dúvidas objetivam muito menos mostrar que o infantil não está desregrado do que recolocar tal identidade numa nova economia de poder-saber-verdade no seio das sociedades contemporâneas (...) Qual o sentido do dispositivo de infantilidade em conexão com o fim-da-infância, em termos de suas relações com a verdade do sujeito ocidental, a qual parece objetivar uma infância-sem-fim, matriz da tecnologia política do poder de infantilidade?⁵

⁵ Corazza. *História da infância sem fim* (2000, p.29).

A partir dessas questões, sua proposta de trabalho é realizar uma análise do “poder infantilizador” que parece contar com o conceito de infância como “um estágio, uma etapa, uma condição que, à primeira vista, deve ser reprimida e superada para irmos em direção a outros estágios, etapas, condições, tais como puberdade, adolescência, adulez ou velhice”⁶. A história, portanto, é abordada a partir do discurso sobre a infância e da análise do “dispositivo de infantilidade” que, segundo Corazza, participa de uma estratégia mais ampla de dominação sobre o sujeito contemporâneo. De fato, a idéia mais interessante extraída por ela dos

⁶ *Ibid* p. 32.

argumentos desenvolvidos é a de que o efeito do “dispositivo de infantilidade”, ao longo dos séculos, produziu a “instância moderna ‘adultos-infantis’”.

Gostaria de sublinhar agora uma articulação entre essa tese e aquela sustentada por Lacan quando de sua intervenção no encerramento das Jornadas realizadas em 1967 sobre “As psicoses da criança”. Nessa ocasião, ele correlaciona o problema mais intenso de nossa época com o fato dela ser “a primeira a sentir o novo questionamento de todas as estruturas sociais pelo progresso da ciência”⁷. No que diz respeito a essa especificidade da sociedade contemporânea, afirma:

⁷ Lacan (2003, p.360)

Os homens estão enveredando por uma época que chamamos planetária, na qual se informarão por algo que surge da destruição de uma antiga ordem social, que eu simbolizaria pelo Império, tal como sua sombra perfilou-se por muito tempo numa grande civilização, para ser substituída por algo bem diverso e que de modo algum tem o mesmo sentido – os imperialismos, cuja questão é a seguinte: como fazer para que massas humanas fadadas ao mesmo espaço, não apenas geográfico, mas também, ocasionalmente, familiar, se mantenham separadas?⁸

⁸ *Ibid*, p. 367

E em relação ao problema específico de nossa época – a segregação – Lacan conclui:

Problemas do direito de nascimento, por um lado, mas também, no impulso de ‘teu corpo é teu’, no qual se vulgarizou no início do século um adágio ao liberalismo, a questão de saber se, em virtude da ignorância em que é mantido esse corpo pelo sujeito da ciência, chegaremos a ter o direito de desmembrá-lo para a troca. Acaso não se discerne do que eu disse hoje a convergência? Haveremos de destacar pelo termo criança generalizado a consequência disso?⁹

⁹ *Id*

Com Lacan, podemos compreender que a “entrada de um mundo inteiro no caminho da segregação” assinala para uma única via: nesse “admirável mundo novo”, regido pelo dispositivo de infantilidade, “não existe gente grande”.

III - a infância moderna como criação do discurso universitário

É evidente que o parâmetro da maturação sexual biológica para distinguir a criança do adulto revela-se extremamente frágil, como vários autores têm apontado. A começar pelo já clássico trabalho do historiador francês Ariès, com o qual aprendemos o quanto as significações a respeito da infância foram se transformando no mundo ocidental.

As profundas transformações econômicas e sociais advindas com o Renascimento provocaram também modificações na concepção da infância, culminando, no século XVII, com o que Ariès nomeia de “a descoberta da infância” concebida enquanto adulto inacabado. A criança, então, deveria ser educada, moldada, disciplinada, de modo a transformar-se num cidadão racional e cristão. Vemos aí o quanto as idéias de desenvolvimento e de educação adotadas posteriormente pela psicologia e pela pedagogia apresentam-se, na origem, fortemente contaminadas por um ideal moralista.

No que diz respeito ao imperativo da educação, entretanto, pode-se atribuir a Rousseau um ponto de virada que inaugura o modo moderno de se pensar a infância. Ele funda a fantasia da inocência infantil, correlata a uma fase da vida na qual ainda é possível exercitar uma “educação natural”. Esta visão da criança como um pequeno inocente, por sua vez, influenciou de modo extraordinário a idéia de infância no século XIX. O aparecimento da infância moderna corresponde, portanto, ao ideal depositado na educação.

O imperativo “edue-se!”, entretanto, estende seus territórios para além dos limites da infância propriamente dita, passando a ser um dos principais instrumentos de controle e domínio da subjetividade no mundo capitalista. Por outro lado, o lugar que a criança passa a ocupar no narcisismo dos pais na família burguesa dá suporte, na vida privada, ao investimento de desejo nos filhos, os quais passam a ser depositários dos ideais

de sucesso que só poderão ser alcançados através da educação. O “tempo para se educar” corresponderá, então, ao tempo da passagem, da transição entre o *infans* e o chamado “adulto” – o sujeito formado, educado, maduro, desenvolvido e adaptado.

Para o bem ou para o mal, o *Discurso Universitário*¹⁰ cria a criança no lugar de objeto, deixando o sujeito do inconsciente sob a barra do recalque:

Saber	→	Criança
Mestre	//	Sujeito

Ora, mais além do saber colocado na criança, o aparecimento do significante “Criança” – com suas múltiplas significações – é rapidamente absorvido pelo Discurso do Mestre¹¹, que passa a agenciar, a partir de então, um saber sobre a “Criança”, sustentado numa determinada fantasia de infância. A consequência mais explícita de tal agenciamento é o aparecimento de uma série de disciplinas e especialidades cujo objeto de conhecimento é “A Criança”: a pedagogia, a pediatria, a pedopsiquiatria e, do outro lado da moeda – enquanto sintoma revelador da verdade da criança no lugar de objeto –, a pedofilia como a “patologia” temida por desvelar a verdade no horror.

Criança	→	Ciência
\$	◇	<i>a</i>

Em minha tese de doutorado¹² questiono se o risco atual seria realmente o de constranger a criança ao modelo do adulto, como alguns – na esteira de Postman – têm denunciado. Essa posição estabelece uma inversão, pois reforça o dispositivo de infantilidade sustentado no que chamei de “fantasia de infância” – que no Discurso do Mestre aparece sob a barra, escrito conforme o matema da fantasia: $\$ \diamond a$.

A partir da psicanálise, parece-me mais importante conseguirmos passar da oposição “adulto-criança” – própria de certo paradigma cultural – para a conjunção/disjunção “sujeito-objeto”. Afinal, esse foi o salto dado por Freud, ao substituir sua teoria

¹⁰ Os discursos são apresentados por Lacan em *O Seminário - livro 17: O avesso da psicanálise* (1969/70). Suas quatro fórmulas (Discurso do Mestre, Universitário, Histérico e Analítico) são compostas a partir dos elementos mínimos da estrutura do humano (S1, S2, \$ e *a*) e de quatro lugares fixos:

Agente	//	Outro
Verdade		Produção

Os quatro discursos são associados por Lacan aos três “impossíveis” de Freud (governar, educar e analisar), aos quais ele acrescenta mais um: o “fazer desejar”. No Discurso Universitário – que corresponde ao “educar” –, o saber é o agente e o outro está no lugar de objeto:

S2	//	<i>a</i>
S1		\$

S1	//	S2
\$		<i>a</i>

¹² Prates. *Da fantasia de infância ao infantil na fantasia: a direção do tratamento na psicanálise com crianças*. Tese apresentada no Instituto de Psicologia da USP. São Paulo, 2006.

sobre o trauma como causa da neurose pela teoria da fantasia inconsciente, escrita por Lacan $\$ \Delta a$, articulando o sujeito à *causa* do desejo.

Em outras palavras, tal salto permite à psicanálise substituir a idéia da *infância* como fase da vida em que ocorrem os traumas, fonte da neurose, pela idéia de *infantil*, enquanto “resto” não assimilável pela linguagem¹³. O sujeito do inconsciente não é exatamente compatível com o infantil, recalcado? O desejo não é sempre ligado ao infantil?

E quanto aos riscos de sermos tragados pela “fantasia de infância” sempre a nos rondar, parece-me que a psicanálise pode tematizar a questão da sexualidade infantil, levando a sério uma questão formulada por Foucault (1985): “O que é que pedimos ao sexo, além de seus prazeres possíveis, para nos obstinarmos tanto?”¹⁴ Desde o retorno a Freud, operado por Lacan, sabemos que o “além do prazer” e o “poder dos impossíveis” referem-se ao conceito de gozo¹⁵, remetendo necessariamente ao infantil e ao desencontro sexual chamado por nós de castração.

III - criancinhas

Convido, agora, a voltarmos nossa atenção para um livro de Tom Perrotta chamado *Little children* (Criancinhas) em que se baseou o filme que ficou em cartaz no Brasil sob o título “Peccados Íntimos”. Neste trabalho, não vou comentar o filme que, aliás, cega, com seu final moralista, a lâmina cortante e sarcástica presente no livro. O cenário do romance não poderia ser mais inspirador: um subúrbio norte-americano de classe média. As personagens são as famílias habitantes do bairro e freqüentadoras de um parquinho com suas crianças, num verão ensolarado do século XXI. As mães que levam suas crianças ao parquinho são apresentadas de modo quase caricatural:

Cheryl confessa que ela e seu marido às vezes adormecem durante o ato sexual. Theresa “sempre alude ao fato de ter bebido demais na noite anterior” e fuma escondido das colegas. Mary Ann é assim descrita: “uma daquelas supermães deprimentes, uma mulher miúda e elaboradamente maquiada que vestia roupas de ginástica de lycra, dirigia uma caminhonete do tamanho de um furgão dos correios e escutava aquela ladainha conservadora

¹³ Os argumentos em favor da distinção entre os conceitos de infância (enquanto fase da vida) e infantil (enquanto irredutível da estrutura) foram amplamente desenvolvidos em minha tese, especialmente no capítulo V: “A construção da fantasia: o lugar do infantil”. Algumas dessas idéias também foram antecipadas no texto “O trauma é o infantil – cena primária: verdade e ficção no caso do “Homem dos Lobos” publicado em *Stylus* n. 9 (2004, p. 105).

¹⁴ Foucault. *História da Sexualidade I* (1985, p.77).

¹⁵ Refiro-me aqui ao texto de Freud, *Além do princípio do prazer* (1920), onde é trabalhado o conceito de pulsão de morte, o qual será retomado no ensino de Lacan pela via do gozo do Outro. Por outro lado, “O poder dos impossíveis” é abordado por Lacan em *O Seminário - livro 17: O avesso da psicanálise* (1969/70).

no rádio o dia todo”. Ela acreditava que “a aderência rígida a um horário era a chave para se criar bem os filhos”. Bem como a chave para uma vida sexual saudável: todas as terças-feiras, depois que as crianças dormem.

Sarah, a personagem principal, aparentemente destoa do grupo, embora esteja paradoxalmente inserida nele. Fora uma estudante de antropologia, feminista e ativista durante a faculdade. Tivera uma relação homossexual que terminara junto com o curso. Sozinha, trabalhando numa lanchonete e sem saber o que fazer da vida após se decepcionar com a pós-graduação, conhece seu marido Richard. Homem mais velho, bem sucedido, divorciado, pai de duas filhas adultas. Quando deu por si, Sarah estava casada, grávida, e convertida a uma vida de dona de casa de subúrbio. Entretanto, quando se via junto às outras mães do parquinho, pensava: “Sou uma pesquisadora estudando o comportamento de suburbanas chatas de classe média alta. Mas não sou eu própria uma suburbana chata de classe média alta”.

A tristeza de Sarah frente ao casamento obviamente fracassado, o tédio frente à rotina da maternidade e a angústia frente à realidade de ser tão igual àquelas outras mulheres, que ela menospreza, são compensados por uma agressividade inadequada e provocadora. Em nome dessa provocação, ocorre seu primeiro encontro com Todd, o único pai a freqüentar o parquinho com seu filho.

Todd nos é apresentado como um bonitão, carinhoso e meigo com o filho, batizado pelas mães do parquinho de “o rei do baile de formatura”. É casado com Kathy: a bela e politicamente correta documentarista que sustenta a casa com seu trabalho mal remunerado, enquanto o marido toma conta do filho durante o dia e supostamente estuda para o exame da Ordem dos advogados à noite. Entretanto, nós, leitores, sabemos que ele finge todas as noites sair para estudar na biblioteca, mas fica durante horas observando adolescentes skatistas e suas manobras radicais. Jamais quis ser advogado, e não pode sustentar uma decisão que frustraria os projetos de prosperidade familiar da esposa. Todd, numa dessas noites com os skatistas, reencontra casualmente um conhecido chamado Larry, ex-policial conservador e deprimido, casado com uma ultra-católica, aposentado por “síndrome de stress pós-traumático” após ter assassinado, por engano, um

adolescente negro que julgara estar armado num Shopping Center. Larry convida Todd a participar de um time de *baseball* composto por policiais e é levado, assim, por inércia, a se reconciliar com um desejo colegial de ser jogador.

O encontro entre Todd e Sarah ocorre em virtude de uma aposta, feita entre ela e as outras mães, de que descobriria o nome do “rei do baile”. Para agredir as mães, ela pede que ele a beije – provocando indignação no grupo das mulheres: “Na frente das crianças?!”.

Naquele verão, freqüentando a piscina pública do bairro, e aproveitando a sesta das crianças, Sarah e Todd iniciam um tórrido romance. A princípio, somos conduzidos a uma torcida tímida pelo casal que, aparentemente apaixonado, esboça uma tentativa de libertar-se de suas vidas opressoras: Sarah, da armadilha provedora do marido Richard, que não a deseja mais depois da maternidade. Percebendo a repetição na qual havia caído naquele segundo casamento, Richard – o executivo – realiza suas fantasias sexuais através do site de “Kay, a Sacana” – que se proclama “uma exibicionista bissexual casada, que leva ativamente um estilo de vida adepto ao swing”. Todd, por sua vez, submetia-se com aparente resignação à cobrança adaptativa e normativa da esposa obcecada pelo ideal de família feliz que incluía, evidentemente, colocar o filho, com todo o cuidado, para dormir no meio do casal todas as noites. Ambos seriam, à primeira vista, vítimas de uma sociedade que aprisiona todos na inércia das escolhas pré-concebidas que mata o desejo – desejo esse que seria enfim resuscitado pela espontaneidade da paixão. Além disso, somos informados das biografias complementares do casal, apresentadas como um jargão psicológico que justificaria suas personalidades: ele, tendo perdido a mãe na adolescência, vítima de um acidente de carro; ela, oriunda de uma criação com uma mãe solitária, após a separação de um pai omissivo.

Mas e se a história fosse contada por Richard e Kathy? Daria na mesma? Richard não poderia colocar-se também como vítima da esperança do segundo casamento com uma mulher mais nova e liberada que se revelara uma dona de casa suburbana? E Kathy não poderia queixar-se de sustentar a eterna promessa do marido e pai de família responsável, enquanto é trocada por skates e jogos de *baseball*?

Dessa forma, o romance seria quase um chavão, não fosse pela presença de uma personagem inusitada, que faz um contraponto a esse lugar comum. Tudo estaria transcorrendo de modo perfeitamente previsível naquele verão ensolarado, não fosse o retorno de um pedófilo, chamado Ronnie Mc Goverly, para o bairro. Fora recentemente liberto após cumprir pena por exibicionismo, embora pesasse sobre ele a suspeita, não confirmada, do assassinato de uma menina de nove anos de idade.

Mc Goverly é o verdadeiro eixo em torno do qual giram as “criancinhas”, que dão título ao Romance. Às quatro personagens principais – o casal de amantes e seus respectivos cônjuges, agregam-se Mary Ann – a supermãe – e Larry – o ex-policial – como uma espécie de avesso, revelando pela caricatura a verdade que Todd e Sarah não querem enxergar em si mesmos.

Sarah e Mary Ann estão sempre em lados diametralmente opostos: Mary Ann considera que o “tarado” deveria ser castrado para não oferecer risco “aos nossos filhos” e defende tal idéia com a mesma fúria com que proclama às amigas de um grupo de leitura que Madame Bovary era uma vagabunda sem vergonha. Sarah é a única personagem a defender o direito de liberdade de Mc Goverly, pelo fato de já ter cumprido sua pena por exibicionismo – e, afinal, ela não considerava isso algo tão grave assim. Além disso, considerava que Emma Bovary, “à sua própria e estranha maneira, é uma feminista”. Todd, ao contrário, embarca passivamente numa cumplicidade incompreensível com Larry, que se dedica a criar o “Comitê de pais preocupados”, cujo slogan é: “Pessoas decentes, cuidado! Há um perverso entre nós!” Além de panfletos, cartazes e reuniões semanais, Larry acrescenta à sua militância pela decência uma vigília constante em frente à casa onde Mc Goverly mora. A vigília inclui xingamentos proferidos em auto-falante durante a madrugada, pichações e lançamento de bombas de estrume.

A presença dessas personagens secundárias aponta, desde o início, para a fragilidade do romance entre Sarah e Todd, pelo modo como se posicionam frente à presença de Mc Goverly. O pedófilo mantém-se enigmático, e talvez o mais infantil de todas as personagens. Morando sozinho com a mãe idosa, que não perde as esperanças de encontrar uma namorada por correspondência para o filho, ele define a si mesmo como “ex-prisioneiro,

acima do peso, ficando careca, que rói as unhas e fuma como uma chaminé. Gosta de pornografia infantil e noites tranqüilas diante da televisão”.

O verão vai passando, e a tensão do Romance vai subindo a um nível quase insuportável, já que ninguém é o que parece ser: Larry desespera-se ao ser abandonado pela esposa ultra-conservadora: ela não agüenta mais sua obsessão agressiva por Mc Govery. Mais uma vez dirige-se à casa do pedófilo para agredi-lo, mas, desta vez, sua idosa mãe reage rigorosamente, e a briga culmina em um ataque cardíaco ao qual ela não resiste. Mary Ann recebe um retumbante não do marido numa das terças-feiras rotineiras de sexo dormente, com um enfático e direto: “Hoje eu não estou a fim!” Kathy – num típico lance de dissimulação feminina –, ao desconfiar da traição de Todd, providencia a presença da mãe para vigiá-lo, nas vésperas do exame da Ordem. Richard inventa uma viagem de negócios para finalmente encontrar-se com Kay, a sacana. E Mc Govery está prestes a passar novamente ao ato. Enquanto isso, Sarah e Todd concebem um plano de fuga para os dias do exame – já que o fracasso na prova seria inevitável. Construiriam uma nova vida! O encontro seria à noite, no parquinho.

Na hora marcada, Sarah está presente no parquinho com sua filha – já que Richard havia viajado sem avisar. Empurra a menina no balanço quando sente a presença de alguém. Pensa ser Todd. Mas é Mc Govery. Ele a abraça aos prantos, desesperado pela perda da mãe. Entre perplexa e em pânico, Sarah tenta acalmá-lo e afastá-lo da filha que dorme no balanço, quando ouve um barulho. “Agora é Todd” – pensa aliviada! Mas é Mary Ann que fora ao parquinho, transtornada e fumando após a rejeição do marido que furou o seu sistema infalível. Em seguida, chega Larry – que Sarah imaginava ser portador de uma mensagem de Todd. Mas ele na verdade havia seguido Mc Govery para tentar pedir perdão e se redimir da culpa por uma segunda morte em seu currículo. Mas, ao vê-lo no parquinho, fica transtornado de raiva novamente e recomeça a agredi-lo falando da menina que ele supostamente teria matado. Sarah esboça uma defesa, mas Mc Govery diz: “Eu não queria. Ela disse que ia me dedurar!” A confissão espontânea, na frente de testemunhas, expunha paradoxalmente a fragilidade de Mc Govery. Todos filam cigarros de

Mary Ann. “Não sabia que você fumava” – comenta Sarah. “Eu não fumo!” – ela responde. Nessa espécie de cartel, no qual os quatro estão iguados pela fumaça pretensamente transgressora dos cigarros, resta uma questão sobre quem descompleta o conjunto: se a menina que dorme no balanço, ou se Todd que, saindo de casa para ir ao encontro de Sarah, deixou-se mais uma vez seduzir pelos skatistas.

Mas é a reflexão de Sarah, entre uma tragada e outra, que prevê, como num clarão, onde sua condição desejante a terá levado, bem antes mesmo de ter sido velada pela ilusão da paixão por Todd: “Não seria um futuro fácil, Sarah sabia disso, mas ele parecia tão real – tão palpável e próximo, tão de acordo com o que ela sabia acerca de sua própria vida – que quase parecia inevitável, o local ao qual tinha estado se dirigindo o tempo todo”.

IV - o que pode o dispositivo analítico frente ao dispositivo de infantilidade?

O livro *Criancinhas* é desconcertante por mostrar de modo explícito a infantilização do homem contemporâneo ao colocar-se na posição de objeto. A ironia da personagem do “pedófilo” encontra-se justamente nessa espécie de caricatura, pois nada mais é que uma produção do próprio Discurso do Capitalista.

Mas estaria a psicanálise a salvo desse risco? Ao contrário, ao longo da história, verificamos com preocupação que a clínica psicanalítica tem enfrentado as dificuldades inerentes ao risco de anular o conceito de *infantil*, sobrepondo a ele a idéia de *infância*, como fase da vida. Nesse caso – como denuncia Foucault¹⁶ – a psicanálise, em geral, certamente pode ser reduzida a “um murmúrio lucrativo”; e a psicanálise com crianças, em particular, a uma “pedagogização do sexo”.

Nesse sentido podemos dizer que o dispositivo analítico é uma resposta subversiva ao dispositivo de infantilidade. Como poderíamos entender a aposta ousada de Lacan de que somente o Discurso do Analista pode fazer obstáculo ao Discurso do Capitalista¹⁷, senão pela via de que apenas a análise possibilita ao sujeito sair da condição genérica de criança, à qual todos estão submetidos, enquanto objetos de gozo e consumo?

Assim, quando o analista não tampona com sua própria

¹⁶ Foucault. *História da sexualidade I* (1985).

¹⁷ Lacan. *O Averso da psicanálise* (1969/70).

fantasia de infância a questão *que sou eu?*, ele permite a emergência do sujeito do inconsciente que poderá construir sua resposta singular para o *infantil* estrutural.

S1	→	S2		\$	→	S1
\$	◇	A		<i>Infans (a)</i>	//	Saber

Portanto, a prerrogativa do Discurso do Analista é sustentar que haja, por estrutura, uma impotência entre a produção de saber sobre o *infans* e a verdade do gozo.¹⁸ Nesse sentido, há uma especificidade do Discurso do Analista quanto ao “tratamento possível” para o “impossível” do gozo. Só é possível tratar o *infans* por um saber que se acrescente ao Real, um saber no lugar da verdade:

<i>a</i>	→	\$
S2 //		S1

¹⁸ Representada pela notação: //.

¹⁹ Conforme propõe Lacan em *O Seminário – livro 8: A Transferência*: A resposta ao *que sou eu?* não é nenhuma outra coisa de articulável, da mesma forma em que lhes disse que nenhuma demanda é suportada. Ao *que sou eu?* não há outra resposta no nível do Outro que o *deixa-te ser*. E toda precipitação dada a esta resposta, qualquer que seja ela na ordem da dignidade, criança ou adulto, não passa de *eu fujo ao sentido deste deixa-te ser* (p. 239).

Dessa forma, contrariando a produção em série do *Mercado* que nos impõe a generalização da infância, só nos resta, enquanto psicanalistas, enfrentar nossas próprias fantasias, permitindo que fique aberta – para o sujeito de qualquer idade –, a questão *que sou eu?*¹⁹

Só assim ele poderá construir, em tempo, sua própria ficção. Afinal, todo verão acaba. E apenas permanece, como o discurso do psicanalista teima em mostrar, a possibilidade de cada um sustentar seu desejo singular, mais além do lugar comum.

referências bibliográficas

- ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Trad. Dora Flaksman. 2.ed. Rio de Janeiro, LTC, 1981.
- CORAZZA, Sandra. *História da infância sem fim*. Ijuí, Unijuí, 2000.
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. 6.ed. Rio de Janeiro, Graal, 1985.
- LACAN, Jacques. Alocução sobre as psicoses da criança (1967). *Outros Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.
- LACAN, Jacques. *O Seminário - livro 8: A transferência* (1960-61). Trad. Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro, Zahar, 1992.
- LACAN, Jacques. *O Seminário - livro 17: O avesso da psicanálise* (1969 – 70). Trad. Ari Roitman. Rio de Janeiro, Zahar, 1992.
- PERROTA, *Criancinhas*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2005.
- POSTMAN, Neil. *O desaparecimento da infância*. Trad. Suzana Menescal de Alencar Carvalho e José Laurenio de Melo. Rio de Janeiro, Graphia, 1999.
- PRATES, Ana Laura. *Da fantasia de infância ao infantil na fantasia: a direção do tratamento na psicanálise com crianças*. Tese apresentada no Instituto de Psicologia da USP. São Paulo, 2006.
- PRATES, Ana Laura. “O trauma é o infantil – cena primária: verdade e ficção no caso do “Homem dos Lobos””. *Stylus n. 9* (2004, p. 105).

RESUMO

Neste trabalho, opero com o conceito de infância generalizada apresentado por Lacan quando de sua intervenção no encerramento das Jornadas realizadas em 1967 sobre “As psicoses da criança”. Naquela ocasião, ele já afirmava que a especificidade da sociedade contemporânea é a segregação; indagando sobre como responder, nós, os psicanalistas, às conseqüências do discurso do capitalismo que nos reduz a objetos da ciência – ao que ele nomeia de “infância generalizada”. Com Lacan, podemos compreender, a “entrada de um mundo inteiro no caminho da segregação” assinala para uma única via: nesse “admirável mundo novo” regido pelo dispositivo de infantilidade, “não existe gente grande”. Proponho, em seguida, articular essa questão com o conceito de “dispositivo de infantilidade” criado por Corazza, inspirada em Foucault. A autora parte do discurso atual sobre o fim da infância, do qual Postman é o mais notável representante, indagando se “existiria uma ruptura histórica entre a “Idade da Infância”, a análise crítica do “Fim da infância”, e os anseios e práticas culturais em prol de uma “Infância sem Fim”. Ou todos estes mecanismos integram as grandes e descontínuas linhas históricas que tecem e enodam os poderes, saberes e verdades do dispositivo de infantilidade? (Corazza, 2000). Através desses conceitos, proponho uma leitura para o romance “Criancinhas” de Tom Perrotta que expõe, de forma exemplar, estas questões. Concluo com a defesa de que o dispositivo psicanalítico é uma resposta subversiva ao dispositivo de infantilidade, a partir da afirmação de Lacan de que o discurso de psicanalista faz obstáculo ao discurso do capitalista. Proponho que a análise possibilita ao sujeito sair da fixação à condição genérica de objeto de gozo e consumo, para construir uma “nova ficção do real”.

palavras-chave

infância, criança, psicanálise, sociedade contemporânea

abstract

In this paper, I work with the concept of generalized childhood presented by Lacan when he did his closing intervention in the event realized in 1967 about “The child psychoses”. In this occasion, he affirms that the specificity of the contemporaneous society is the segregation and questions about how we will answer, we, the psychoanalysts, to the consequences of the capitalist’s discourse which reduces us to science objects – to what he names “generalized childhood”. With Lacan, we can comprehend that the “entrance of a whole world in the segregation way” points out to only one way in this “brave new world” conducted by the childlike device, “there is no adult”. I propose, next, to articulate this question with the concept of “childlike device” created by Corazza, inspired in Foucault. The author starts from the current discourse about the childhood’s end, which has Postman as the most notable representative, questioning himself if “there would be a historical rupture among the “Childhood age”, the critical analysis of the “Childhood’s end”, and the longings and cultural practices in favor of an “Endless childhood”? “Or all of these mechanisms integrate the big and discontinuous historical lines that weave and tie the powers, knowledge and truths of the childlike device?” (Corazza, 2000). Through these concepts, I propose a reading of the romance *Little Children* of Tom Perrotta, which exposes in an exemplar way these questions. I conclude with the defense of the psychoanalytical device as one subversive answer to the childlike device, from Lacan affirmation that the psychoanalyst’s discourse makes an obstacle to the capitalist’s discourse. I propose that the analysis allows the subject to get out of the fixation in the general condition of object of the jouissance and consume, building a “new fiction of the real”.

key words

childhood, child, psychoanalysis,
contemporaneous society.

recebido

11/10/2007

aprovado

28/10/2007

Variações do fim da análise e sua incidência na formação dos analistas¹

MANUEL BALDIZ

Para esta ocasião, escolhi não prender na erudição ou no comentário detalhado de certos textos, e sim fazê-lo de modo mais próximo da experiência clínica e institucional. Ou seja, a partir das análises e de algumas dificuldades que surgem em nossas instituições analíticas.

Não desprezo, em absoluto, o discurso erudito (eu mesmo o pratico com certa frequência), porém acredito que, às vezes, não nos deixa ver algumas realidades.

Em relação ao título da minha palestra, devo esclarecer que a escolha se fez quando ainda não tinha acabado de estudar o que queria lhes transmitir. Agora, o título poderia ser ao contrário: variações na formação dos analistas e sua incidência nos finais de análise.

Não posso falar-lhes sobre a experiência do dispositivo do passe porque não tenho uma experiência direta em tal dispositivo. Não fui passador, nem passante, nem estive em nenhum cartel do passe. Recentemente passei a fazer parte, dentro da comissão DEL (Dispositivos das Escolas Locais), da subcomissão do passe e da garantia, porém, no momento, o trabalho da citada comissão é bastante escasso. Vale a pena acrescentar que não há muitas demandas de passe em nossa Escola.

Não obstante, o passe nos afeta a todos, ainda que não passemos diretamente pelo dispositivo. Afeta aos que estão em análise e aos analistas. Com o passe, acontece algo a todos. Desde o momento em que Lacan o inventou e sempre que alguém se compromete em uma escola lacaniana está inserido de uma forma ou outra no passe. As análises já não são todas iguais, como eram antes de sua existência.

Supõe-se que o analista em seu ato, enquanto tal, está no “não penso”. Os analistas iniciantes pensam muito sobre os casos em análise (é algo frequentemente constatado nas supervisões); porém, o pensar se vai detendo progressivamente. É comum

¹ Conferência proferida no Espaço Escola de Madrid no dia 20 de janeiro de 2007.

² Soler. "O passe, fracassos e medida dos êxitos" (2000) Debate na rede da Internacional dos Fóruns.

³ Lacan. Situação da psicanálise e formação do psicanalista em 1956 (1956/1998, p. 478).

⁴ Soler. Experiência en el dispositivo del passe (1993/1995, p. 09)

⁵ Wallerstein. Informe de la Internacional Journal of Psychoanalysis (1979). In: Safouan (1991).

comprovar-se que as astúcias tenazes estão bastante longe dos avanços efetivos no tratamento, como diz Colette Soler:² "Daí a concluir que não vale a pena pensar, é só um passo." A doença do não penso não é outra coisa senão o que Lacan chamou a "suficiência"³, provavelmente outro nome da enfatuação e podemos considerá-la uma perigosa "doença profissional do analista"⁴. Apóia-se, com frequência, na convicção de que é inútil elaborar ali, pois a eficácia do sujeito-suposto-saber parece bastar. Contra essa inércia, o passe obriga a pensar e, de certo modo, nos rejuvenesce e faz estarmos alertas.

Quando falamos da formação do analista, precisamos seguir valorizando o esquema do tripé clássico, o tamborete de três pernas: formação teórica, supervisão de casos e psicanálise pessoal ou didática. Não podemos esquecer completamente do dito esquema, ainda que seja necessário atualizá-lo.

Curioso que, segundo o informativo feito após uma extensão pesquisa na IPA por Robert Wallerstein⁵, esse tripé é o único em que coincidem todas as escolas, mesmo existindo diversas maneiras de articular seus três elementos. E existe uma vulgata afirmando que, no primeiro caso, se trata de trabalhar o conceito de inconsciente; no segundo, trabalha-se com o inconsciente do outro; e, no terceiro, com o próprio inconsciente.

Quem se orienta fundamentalmente pelo ensino de Freud e Lacan, deveria ter mais presentes o primeiro e o segundo pontos. Nem sempre o fazemos, pelo menos não de um modo explícito e argumentado.

Em nossas atividades, e nos textos, deveríamos falar mais a respeito da formação teórica e da supervisão. Não estamos questionamos apenas a maneira como organizamos nossas atividades de formação, de leitura, nossos seminários e nossos cursos. Existe uma certa inércia perigosa. No fundo, o fazemos na forma mais idônea para que acudam mais alunos, e não costumamos reservar um tempo para pensar, por exemplo: Quais textos priorizar, e por quê? Em qual ordem ler Freud e Lacan? Que outros autores são imprescindíveis? Que outras matérias contam realmente para o aprendiz de analista e/ou para a formação permanente dos analistas?

Em relação à questão das leituras, durante anos, nas instituições do Campo Freudiano sofremos (e ao mesmo tempo

fomos cúmplices mais ou menos passivos) de certa censura explícita ou implícita com referência a diversos autores. Às vezes, no âmbito dos Fóruns do Campo Lacaniano, parece que sofremos uma espécie de inércia desse fenômeno, afortunadamente já não em forma de censura, mas sim na forma de uma preguiça ou resistência na hora de se interessar por autores não-lacanianos, ou inclusive por discípulos de Lacan que puderam cair, há anos, em certo descrédito injustificado. Um exemplo significativo e preocupante é a bibliografia enviada para que se vá preparando a próxima jornada: não há nela um único autor fora do nosso campo.

Também não debatemos a supervisão. Sobre ela escrevi em um breve artigo na revista “Freudiana”⁶ (número 16), faz cerca de dez anos, e pude constatar que há muito pouca bibliografia lacaniana sobre tão importante assunto. E continua havendo muito pouca produção teórica a respeito. Sabe-se que na IPA há todo um método de práticas tuteladas. Talvez não tenhamos ido ao outro extremo.

O terceiro pé do tamborete é o mais fundamental, sem dúvida, porém não o único. Para ser analista, a psicanálise é condição necessária, porém não suficiente, como bem nos lembra o título da exposição que meu bom amigo Josep Monseny apresentará em Donostia no mês que vem.

É útil conhecer um pouco a história da análise didática e o modo como foi se institucionalizando. O autor-chave para isto é Siegfried Bernfeld, relata-o de forma magnífica Moustapha Safouan no seu livro “Jacques Lacan e a questão da formação dos analistas”⁷. Menciono deliberadamente Safouan, mas poderia exemplificar com muitos outros autores que já há alguns anos deixaram de ser bem vistos e não pareceria adequado citar suas obras.

Bernfeld dividia a história da análise didática em dois períodos perfeitamente discerníveis. O primeiro estende-se do começo da psicanálise até o inverno de 1923-24; e o segundo, a partir daí. No primeiro período não havia nenhuma regulamentação a respeito das condições da análise didática (duração, número de sessões, estabelecimento dos analistas capacitados para conduzi-la, seleção de candidatos), porém, a partir dessa data, a Comissão de Ensino da Sociedade Psicanalítica de Berlim decidiu regulamentar minuciosamente tais condições, após certo debate

⁶ Baldiz. A supervisão e o diagnóstico: entre a ética e a ciência, 1996.

⁷ Safouan. Jacques Lacan e a questão da formação de analistas, 1991.

da corrente vienense, mais livre, mais berlinense, mais decidida a entregar diplomas de psicanálises. Porém, o apaixonante da interpretação de Bernfeld é que ele destaca que se tratou – em grande parte – de uma espécie de *acting out* motivado por um acontecimento traumático sucedido no verão de 1923: o descobrimento de que Freud sofria de câncer. Diante da angústia pela perda eminente que se abateria sobre eles, sentiram-se responsáveis pelo futuro da psicanálise e quiseram estabelecer, o quanto antes, potentes diques contra a heterodoxia. Foi um pôr-do-sol em cena ao melhor estilo “Totem e tabu”, um arranjo fraternal ditado pelo assassinato inconfessado do pai, e acabaram castigando os seus discípulos por sua própria ambivalência, a deles mesmos.

Desde Lacan, dizemos que um analista é o produto de uma análise, desfigurando, assim, a antiga fronteira entre a análise didática e a simplesmente terapêutica: sustentamos que toda análise levada até o final produz um analista.

Pós-freudianos: Análise terapêutica / análise didática Lacan: Toda análise é didática Fim da análise = analista

Afirmar que toda análise é didática é uma concepção realmente subversiva, uma troca radical de perspectiva. Ninguém antes de Lacan tinha pensado em expô-la assim.

Isso nos leva à questão: Como pensar então em alguns tratamentos que não chegam nunca ao final? Aparentemente não produzem nunca um analista? Um modo fácil de resolver o expediente seria supor que esses tratamentos estão muito longe de chegar ao seu fim, ou que algo nelas não funciona como deveria. Se não há produção de analista é porque não há verdadeira análise, ou suficiente análise. Seria um problema, então, de qualidade ou de quantidade de análise efetuada. Todavia não existe a possibilidade de alguns tratamentos finalizarem verdadeiramente sem que o resultado responda claramente ao nosso *a priori* do que é um analista? Talvez uma primeira matização dessa idéia lacanian (fim da análise = analista) impõe-se na linha do que já escreveu anos atrás Colette Soler⁸: “O fim da análise é uma mutação que faz de um sujeito um analista virtual, não necessariamente operante, apontando que esse analista produzido em uma análise

⁸ Soler. *Finales de análisis* (1988, p.7).

nem sempre é alguém que se dedica, a partir de então, ao ofício da psicanálise”. Analistas virtuais? Analistas sem consultório?

Proponho um esquema “a quatro” que pode ser interessante ter em conta. Com ele não pretendo que se acrescentem mais siglas ainda ao nosso já extenso mundo de siglas, nossa cotidiana sopa de letras, e sim, que simplesmente nos ajude a pensar em algumas questões. Não o entendam como uma proposta solene, entendam-no, inclusive, com um pouco de humor. Os que me conhecem bem, já sabem quanta importância dou ao humor e à ironia⁹.

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none">- Analistas que exercem como tais (AA)- Analistas que não exercem como tais (AN)- Não-analistas que se dedicam à análise (NA)- Não-analistas que não se dedicam à análise (NN) |
|---|

⁹ Baldiz. “Notas (parcialmente psicoanalíticas) sobre el humor y la ironía” (2004).

A primeira letra designa a posição estrutural, por assim dizê-lo; a segunda, o exercício, a *praxis*.

Neste ponto, não posso evitar compartilhar com vocês uma curiosa piada. Quando apresentei este esquema em Barcelona, há algum tempo, vocês não podem imaginar o “escândalo” que suscitou em um colega. E sabem qual foi seu argumento? Que Lacan não utilizava esquemas e sim gráficos ou matemática! Argumento incrível, não é?

Primeiro, porque Lacan utilizava esquemas com frequência como se pode comprovar recorrendo à maioria de seus seminários. E segundo, no hipotético caso de não os haver utilizado nunca, invalidaria isso o fato de que algum de nós o fizesse? Por acaso temos de imitá-lo em tudo? Enfim, voltemos a questões mais sérias, mas valem para que vocês vejam como está “o quintal” de nossos debates em algumas ocasiões.

Aparentemente, os que estão situados nos extremos da lista, os AA e os NN, não estabelecem problemas especiais. Dá-se em ambos grupos uma “coerência” entre sua posição subjetiva e sua prática. Não obstante, podemos dizer algo sobre eles.

No caso dos AA, poderíamos discutir, por exemplo, se um analista sempre exerce como tal ou, inclusive, se pode fazê-lo com qualquer um que lhe peça uma análise. Ter cedido realmente à posição analítica, habilita o sujeito a se responsabilizar por qualquer

demanda de análise? Não é tão seguro. Além disso, existem situações nas quais o analista não pode ou não deve exercer a análise, e isto não é um demérito algum da sua condição de analista.

Um analista que pretenda sempre ser analista acaba sempre sendo suspeito de pouco analítico, não é coerente com a experiência dos limites inerentes da própria análise.

No outro extremo, entre os NN existem muitos analisantes que não exercem nem pretendem exercer nenhum tipo de prática clínica. Neles, a demanda explícita não contempla em absoluto essa possibilidade, embora seja muito interessante ver como, às vezes, em alguns deles emerge (ou se cria?) justamente como efeito do trabalho analítico, um interesse pela teoria analítica e, inclusive, vai-se abrindo caminho à idéia de poder se dedicar à prática da análise.

Os NN podem continuar a sê-lo sempre, toda a vida, porém também podem transformar-se em AN, chegar a ser AA, ou até – no pior dos casos – (por quê não dizê-lo assim?) transformar-se em NA.

Entre os NN existe um subconjunto formado pelos analisantes, os quais ainda não se intitulam como analistas. Embora acreditem poder fazê-lo algum dia, preferem se ocupar de práticas terapêuticas algo diferentes da análise. Logo voltaremos a esse ponto, que poderíamos chamar “a prática clínica dos analisantes”.

Muito mais problemas nos aparecem em relação às outras duas figuras. Poderíamos, mesmo, discutir sua existência.

Comecemos por aqueles analistas que não exercem como tais (AN). O que nos autoriza então a chamá-los analistas? Por que não exercem como analistas? Que fique claro, não se trata de considerar que todos “deveriam” exercer a análise. Seria absurdo imaginá-la como uma máquina de reprodução de analistas, principalmente se nossa concepção do fim de análise não passa pela identificação ao condutor do tratamento. Realmente não exercem como analistas? Por acaso somente se pode falar com conhecimento de causa de exercício da análise ou de prática analítica, se o sujeito em questão atende pacientes em um consultório e o faz de acordo com o ritual por todos conhecido? Não existem outras maneiras de conceber a prática analítica que nos ampliem um pouco mais os limites tradicionais do que costumamos denominar, às

vezes, com excessiva pomposidade, “a clínica”?

No esquema colocado no quadro negro, junto ao AN, poderíamos escrever “AV”, ou seja, analistas virtuais, seguindo a idéia de Colette Soler já mencionada.

O que pensar desses supostos “analistas virtuais”? Por exemplo, sujeitos que depois do seu trajeto analítico poderiam intervir em certos debates da cultura e trabalhar em certos âmbitos institucionais implementando uma escuta analítica derivada diretamente da conclusão da sua análise. Sujeitos com uma posição ética capaz de propiciar demandas de análise entre aqueles que estão ao seu redor. Impossível melhor “derivadores”.

Eles poderiam, talvez, ocupar o lugar que Lacan mencionava de vez em quando, ao se referir à função dos não-analistas na Escola e que fomos completamente incapazes de conseguir em nossas instituições. Quando Lacan falava dos não-analistas, não se referia simplesmente àqueles que não tinham acabado sua análise. Sugiro, portanto, certo paradoxo quanto a alguns dos não-analistas na Escola – os mais interessantes, sem dúvida – podem se vincular, de algum modo, a este esquema, com a função de “analistas”, sem trabalho clínico, mas analistas no fim das contas. E que bom seria se alguns “analistas” que não tivessem a servidão da busca incessante de transferências nos ajudassem, na Escola, a “analisar” diversos fenômenos dela.

Um analisante que chega até o fim lógico da sua análise pode não ter estudado psicanálise em todo o processo de seu tratamento e, assim mesmo, não exercer nenhuma prática clínica; portanto, não precisa de nenhum tipo de supervisão. De acordo com a idéia tradicional da tríade, em um caso assim, faltariam duas pernas do tamborete: a formação analítica seria, por isso, incompleta. No entanto, os questionamentos lacanianos são tão radicais que permitem questionar um pouco esse esquema triádico, apesar de tudo que disse antes. Como vêem, estou explorando todas as arestas destas questões tão complexas, ainda correndo o risco de me contradizer um pouco. Desde Lacan, vamos dizê-lo mais uma vez, a formação analítica é basicamente a análise. As três pernas do tamborete não têm a mesma grossura: há uma, a da análise, que é muito superior às outras duas. Inclusive pode-se afirmar, as outras duas não servem de nada sem ela, pois a ela estão interligadas por completo.

Logo, podemos conceber a existência de alguns analistas – no estrutural – que não conhecem muito a teoria, mas estão em ótimas condições para estudá-la, ao contrário de alguns grandes teóricos que, em ocasiões, suprem com sua erudição as lacunas do seu conhecimento analítico e sua precária posição subjetiva.

Recordemo-nos da diferença lacaniana entre o saber textual e o saber referencial. Poderia fazer o passe um sujeito assim? Faltar-lhe-iam, talvez, termos da teoria para dar conta do sucedido em sua análise. Entretanto essa seria uma maneira de voltar à concepção mais “pura” do passe antes de se contaminar com os critérios científicos e políticos, introduzidos por J. A. Miller e que foram um dos ingredientes da grande crise da AMP em 1998.

Contrariamente, uma excessiva instalação no saber referencial pode ser um obstáculo. Se o saber daquele que exerce como analista quer aparecer muito, mostrar-se em excesso, não se suporta bem a posição de a/S2 e produz-se um quarto de giro discursivo, e do discurso analítico passamos ao discurso universitário, o qual é problemático, tanto para as análises como para o passe.

Existem análises conduzidas sob citado modelo de discurso universitário. O agente é um suposto saber, (que não coincide com o saber da verdadeira transferência) sustentado na realidade pelo significante mestre (S2/S1), e o paciente fica no lugar do objeto que oculta a divisão subjetiva.

“O analista é uma formação do inconsciente” é um aforismo fascinante que sempre me encantou e admite, no mínimo, duas leituras perfeitamente complementares. A primeira é não haver analista nem transferência até o inconsciente do paciente amarrar-se a algo daquele que está escutando (algoritmo da transferência). Isso se coaduna com o que disse antes, de que nem os AA não são analistas todo o tempo ou em todos os casos que atendem: o analista se re-autoriza dos pacientes que lhe permitem colocá-los no lugar de analisantes a cada nova entrada no discurso analítico. A segunda maneira de entendê-la, mais extrema ainda, é que a formação do analista não se pode igualar

a nenhuma outra formação entre as que operam de acordo com uma acumulação progressiva de conhecimentos e/ou a um exercício cada vez mais elaborado de certas habilidades, pois nela se trata radicalmente de algo que se “forma”, se opera, ocupa espaço no próprio inconsciente.

E, o que dizer dos NA? Não-analistas que se dedicam à análise, ou acreditam dedicar-se à análise, ou dizem dedicar-se à análise? De certo modo, temos uma figura inversa ou especular da que acabamos de examinar. Trata-se de um assunto extremamente delicado. Entre as quatro figuras propostas, é a mais preocupante do ponto de vista ético. Na história da psicanálise poderíamos remetermo-nos ao que Freud denominou desde 1910 como “analistas silvestres”. Freud sempre defendeu os analistas “laicos” (em relação à suposta exigência de que fossem médicos), mas combateu ferozmente os analistas insuficientemente preparados; por isto cunhou esse termo de “silvestres”.

Vejam. Primeiro podemos dizer que são não-analistas não pelo fato de não terem recebido uma denominação da instituição analítica, e sim por não terem concluído de uma maneira lógica e efetiva seu caminho analítico particular. E, segundo, apesar disso - ou inclusive, talvez sendo conscientes disto, aqui haveria muitos matizes diferentes - praticam ou dizem praticar a análise nas análises que conduzem. Dilema ético, antes de tudo, o qual em alguns casos se articula com a posição dos NN.

Que quero dizer? Alguns NN, em dado momento de sua análise, de alguma maneira sentem-se “pressionados” a autorizar-se como analistas. Que tipo de pressão é essa? Pode ser uma pressão exercida pelos ideais do próprio sujeito, não suficientemente transpostos, ou certo impulso institucional que os leva a se declararem analistas e/ou a tentar praticar a análise quando ainda não trataram suficientemente sua divisão subjetiva (digo “trataram” e não “solucionaram”, porque na realidade não se soluciona nunca: há divisão na entrada da análise e continua havendo na saída). Nesses casos, o analista do analisante em questão tem a opção de intervir e procurar desvendar o que está sucedendo. Isso nem sempre é fácil porque o analisante não fala muito disto ou comunica-o *a posteriori*, quando já deu alguns passos; outras vezes porque o mesmo analista se deixa levar de alguma maneira pela satisfação narcísica de o seu pupilo analisante estar

se transformando aparentemente em analista. É o “proselitismo institucional” - explícito ou implícito- por parte do analista. Tudo isto pode influenciar também, tangencialmente, em algumas ocasiões, a suposta “necessidade” institucional de que os A.M.E. designem passadores. Trata-se de um fator a mais para se levar em conta.

Há NN que não têm como prioridade um interesse em se dedicar à análise, apesar de vinculados ao mundo da chamada saúde mental. Outros, no entanto, manifestam desde o início da análise o desejo de chegar a ser analista. Algumas vezes até com uma excessiva idealização. Em sua demanda de análise existem dois ingredientes: o terapêutico e o formativo. Nada a objetar contra a perspectiva lacaniana que considera didática toda análise. De qualquer maneira, é necessário ver se a demanda inicial de ser analista sustenta-se ao longo do tratamento e advém o desejo de analista. Uma coisa não leva necessariamente à outra, tendo estatutos lógicos muito diferentes.

Demanda de ser analista ↔ desejo do analista

O desejo de analista pode surgir mesmo se *a priori* não existisse uma demanda explícita. A manifestação dessa demanda, ao iniciar a análise, pode permanecer e ser um autêntico desejo. Em outros, no entanto, isso não acontece e o sujeito deixa cair esse desejo ou se fixa ao mesmo sem poder safar-se, criando uma posição em que fica muito difícil uma verdadeira conclusão analítica.

A partir dessa perspectiva, tornar-se analista (ou acreditar tornar-se analista) pode ser para alguns sujeitos a última defesa frente à castração. É uma saída da análise que não implica verdadeira conclusão, pondo esse suposto analista numa posição muito problemática.

Falemos agora alguma coisa que tem a ver com as crenças. O sujeito primeiro acredita no Outro. Os neuróticos são crentes no Outro, ao qual atribuem todas suas desgraças e/ou a chave de suas existências. Em um momento lógico posterior, acredita-se no sintoma e essa crença permite entrar na análise. Durante o processo analítico passa-se a acreditar na transferência e no

sujeito-suposto-saber. Porém, e depois da análise? Em que se acredita? Já não se acredita em nada? Ou só em si próprio? (como naquela estrondosa canção de John Lennon) Ou voltamo-nos para o Outro, mas chamando-o agora de “a Escola”? Seria necessário aprofundarmo-nos bem nestas questões.

Há outra pergunta complexa: a posição analítica e/ou o desejo do analista é uma disposição estrutural prévia ao trabalho da análise (uma “disposição nativa do ser” nas palavras de Colette Soler) ou um produto direto do tratamento? Alguns casos de sujeitos que não parecem poder aceder nunca a essa posição (ou, em suma, que só acendem à base de enormes dificuldades) permitem pensar em diferenças, inclusive no ponto de partida.

Vou me referir a dois exemplos clínicos, nos quais lamentavelmente não posso entrar em detalhes.

Um sujeito, cuja posição fantasmagórica era a de ser sempre “o admirado”, pôde atravessar referido fantasma, e agora, o gozo que antes estava fixado em ser o objeto da admiração não o impede de ocupar o lugar do analista: pode operar bem nos tempos iniciais da transferência, sem se acreditar o verdadeiro destinatário deste amor (não obstante, verdadeiro à sua maneira), e pode também nos finais das análises situar-se no lugar do dejetado e da queda.

No pólo quase oposto, uma mulher ocupava em seu fantasma, o lugar “da morta”, apesar de ter reduzido extraordinariamente o gozo vinculado a referido lugar e ter podido safar-se com êxito de toda uma série de sintomas articulados a essa tendência inconsciente, quando tentou ocupar a posição de semblante do objeto para seus pacientes, experimentou uma extrema dificuldade o que lhe impossibilitou conduzir esses tratamentos. Finalmente, decidiu se dedicar a um trabalho artístico muito gratificante para ela e totalmente distante da prática clínica.

Quanto ao primeiro caso, o sujeito, ao aceder à posição analítica, pode e deve renunciar ao gozo da admiração. Essa renúncia é propícia à prática da análise analítica. Além disso, outros fatos contingentes derivados dos significantes principais da história de referido sujeito favoreciam, de um modo especial, seu vínculo com o saber da análise. No segundo caso, pelo contrário, o gozo vinculado à posição de “morta”, que tinha se suavizado muito com o trabalho analítico, reativa-se de alguma maneira

inevitável quando se trata de ocupar o lugar morto (que não é a posição do cadáver) inerente à escuta do analista.

Retomo agora um problema que antes deixei entre parênteses. Os NN que se dedicam à clínica e querem adiar o início da sua *praxis* analítica até ter alcançado em sua análise certa posição que os autorize a isso, que tipo de clínica exercitam enquanto isso? É um dos aspectos mais delicados do espinhoso problema das psicoterapias e sua relação com a psicanálise. O “ouro puro” da psicanálise confrontado supostamente com o metal das “técnicas psicoterapêuticas”.

É fundamental distinguir bem entre a análise e as psicoterapias, e argumentar de forma rigorosa suas diferenças. Porém, às vezes, nesta questão em particular, transmitimos uma espécie de desvalorização quase total e absoluta das práticas terapêuticas. E isso, embora seja impopular dizer, não é justo.

O recurso às dualidades muito radicalizadas, tão freqüente no ensinamento de Miller, tornou-se muito útil para nos orientarmos e dar aparência de cientificidade ao nosso discurso. Mas, por sorte ou por desgraça, nem todas as dualidades têm a mesma consistência estrutural, nem são tão “opostas” como parecem à primeira vista. Frequentemente são preferíveis esquemas baseados em topologias moebianas e não tão oposicionais.

É o momento de dignificar certa prática psicoterapêutica de orientação analítica, sempre e quando se faça de uma posição ética e sabendo muito bem do que se trata. Tal prática pode ter, inclusive, certos “efeitos analíticos”, principalmente com a ajuda da supervisão. Pode ser exercida tanto por um AA, desde que o paciente em questão não esteja em condições de entrar em análise (e sem correr o risco de o condutor perder os méritos de “verdadeiro” analista por semelhante análise), como por um NN que aguarda (com honrada prudência) para exercer-se adiante como analista. Em ambos os casos, e principalmente no segundo, é fundamental não demonizar ou desvalorizar esse tipo de clínica. Pode ser a mais adequada às circunstâncias, a mais honesta. Quando se a demoniza ou desvaloriza, o NN pode sentir-se empurrado em direção à difícil posição do NA, quer dizer, a praticar a análise sem reunir ainda os requisitos estruturais imprescindíveis. Ou sentir a prática clínica exercida por ele como pouco menos que uma estupidéz ou como uma perversidade. Conheci casos como

esses de analisantes e supervisionantes na AMP, e agora começa a acontecer algo semelhante em nosso contexto. Filtra-se claramente uma mensagem dupla: o final da análise cada vez mais e mais distante, e a prática psicoterapêutica cada vez mais e mais desvalorizada.

Na IPA, o candidato a analista se compromete a não exercer como analista até estar habilitado a fazê-lo. Enquanto isso, pratica a chamada psicoterapia psicanalítica, com todo o apoio institucional. No entanto, entre nós, acontecem contradições realmente flagrantes e um tanto hipócritas (e que fique claro: não estou defendendo em absoluto o modelo da IPA). Desvaloriza-se qualquer prática que não seja a análise pura e dura e, ao mesmo tempo, se insiste ao longo e complexo que é chegar ao final da análise, além disso, todo o mundo sabe ou intui que muitos analisistas estão ainda em análise e que há pouquíssimos casos nos quais o passe haja coincidido com o início dos afazeres analíticos.

Antes de finalizar, troquemos um pouco o ponto de vista e introduzamos uma perspectiva temporal. Na prática cotidiana, tornou-se habitual os analisantes começarem a exercer como analistas antes de ter finalizado sua análise. Na realidade, a situação inversa, ou seja, alguém que não inicia sua prática como analista até depois de acabar sua análise e, inclusive, ter feito o passe, é muito pouco freqüente, quase insólita. A que se deve essa aparente contradição entre a teoria e a prática?

Duas hipóteses, duas respostas:

1 - Talvez o momento de aceder à posição de analista (a autorização de si mesmo) não tenha motivos para coincidir de forma exata com o final definitivo da análise. Poderíamos distinguir um momento, próximo ao final, porém não idêntico a ele, a partir do qual o sujeito possa analisar com certa garantia de não fazê-lo a partir de seu fantasma, e um momento posterior que é a separação definitiva do analista.

2 - Uma “precipitação” inevitável faz com que o aprendiz de analista tenha de passar pela experiência da clínica para que seja ela que, em outro momento lógico posterior (depois de um certo tempo de compreender), o autentique como analista. Um determinado obstáculo em um tratamento, uma supervisão, um paciente x, permitem em um dado momento concluir algo que ainda estava suspenso (lembremos que, para Lacan, a precipitação é

um ingrediente essencial da sua concepção do tempo lógico).

Nos testemunhos de final de análise, teremos que continuar indagando em relação a estas questões a coincidência (temporal) ou não dos seguintes momentos: aquele em que o analisante acredita ter alcançado a função de “desejo do analista”, aquele em que o sujeito decide iniciar sua prática como analista, e aquele em que deixa de ser analisante no convencimento arrazoado (e potencialmente transmissível) de ter finalizado seu tratamento.

referências bibliográficas

- BALDIZ, Manuel. A supervisão e o diagnóstico: entre a ética e a ciência. In: *Freudiana*, nº 16. Barcelona: EEP-Cataluña, 1996.
- BALDIZ, Manuel. Notas (parcialmente psicoanalíticas) sobre el humor y la ironía. In: *Intercambios/Intercanvis*, nº 12, 2004.
- LACAN, Jacques. Situação da psicanálise e formação do psicanalista em 1956. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- SAFOUAN, Moustapha. *Jacques Lacan e a questão da formação de analistas*. Campinas: Papirus, 1991.
- SOLER, Colette. *Finales de análisis*. Buenos Aires: Manantial, 1988.
- SOLER Colette. “O passe, fracassos e medida dos êxitos” (2000). In *Debate na Rede da Internacional dos Fóruns do Campo Lacaniano*.
- SOLER, Colette. Experiência en el dispositivo del passe. In: *Entedichos*, 1995.

resumo

O autor faz uma série de considerações em relação à formação dos analistas, apostando na conveniência de certa revisão e atualização do tripé clássico: formação teórica, supervisão e análise didática. Além disso, propõe um esquema de quatro partes para estudar diferentes figuras no que diz respeito à articulação entre o fim da análise e a prática clínica, analisando quatro posições subjetivas que não deixam de suscitar interrogações éticas fundamentais e perguntas que concernem também à política da Escola.

palavras-chave

formação. fim da análise. desejo do analista.
analistas e não-analistas

abstract

The author makes a series of considerations concerning an analysts' formation, betting in the convenience of a certain revision and updating of the classic tripod: theoretical formation, supervision and didactic analysis. Besides, it proposes an outline of four parts to study different features regarding the articulation between the end of the analysis and the clinical practice, analyzing four subjective positions that also raises fundamental ethical interrogations and questions concerning the politics of the School

key words

formation, the end of the analysis, the analysts' desire, analysts and non-analysts

recebido

10/10/2007

aprovado

02/11/2007

direção do tratamento



A dimensão trágica da escolha do sujeito

ALBA ABREU LIMA

introdução

O que a psicanálise tem a aprender com a tragédia grega?

Considerando que a tragédia clássica empresta seu cenário às diversas áreas das ciências humanas, constituindo-se como campo de produção teórica, pois, por meio dela, faz-se uma análise dos significados sobre a história da família e da condição humana. Também a psicanálise ressalta o destino do herói trágico e seus avatares. Freud, em sua obra, faz inúmeras referências à tragédia e oferece um novo modelo de funcionamento psíquico a partir do mito de Édipo, uma tragédia da decifração.

Lacan, no *Seminário sobre a Ética*, indica a tragédia como paradigma do desejo humano como desejo do Outro e a dimensão ética da escolha do sujeito: “agiste conforme o desejo que te habita?”¹ Ele articula o destino do herói trágico à experiência da ação humana na busca incessante do desejo inatingível.

¹ Lacan. *O Seminário*, livro 7, a ética da psicanálise, (1988, p. 376).

trágico e história da tragédia

A tragédia emergiu numa condição política, social, cultural e religiosa específica no século V a.C. e manteve sua presença até o declínio da antiga cultura greco-romana. A concepção de tragédia conhecida em nossa cultura é a da *Poética* de Aristóteles (2000), que aponta os dois conceitos que definem o gênero: a mimese, imitação da palavra e do gesto, despertando no público piedade e temor; e a catarse, efeito que proporciona o alívio dos sentimentos. A tragédia apresenta sua verve pedagógica quando busca o retorno ao equilíbrio, passando da *hybris*, ou seja, desordem, à recuperação da ordem, *nêmesis*, equilíbrio. Para tanto, é necessário o sacrifício do herói, denunciando a fragilidade humana frente ao acaso.²

Durante o período medieval houve um hiato: o gênero trágico desapareceu por força do contexto religioso dominante da época, que concedia a Deus o poder de punir e decidir os desígnios dos homens. Poucos documentos datam daquela época.³

² Ver o trabalho de Moisés de Andrade Júnior na *Stylus* n° 13

³ Gumbrecht. *Os Lugares da Tragédia*, 2001.

Na Renascença, ressurgiu na cultura de culto ao indivíduo o direito às expressões de sentimentos humanos. É nessa atmosfera que Shakespeare põe em cena sua tragédia: *Hamlet, Príncipe da Dinamarca*, traduzindo o ícone do homem moderno:

“Que obra prima é o homem! Como é nobre em sua razão! Como é infinito em faculdades! Em forma e movimentos, como é expressivo e maravilhoso! Nas ações, como se parece com um anjo! Na inteligência, como se parece com um deus!”⁴

⁴ Shakespeare. *Hamlet*, (2003, p. 47).

Hamlet é uma das mais importantes tragédias da vingança; vingança no sentido de justiça, busca da verdade, de um veredicto. Por outro lado, é também denominada tragédia da inteligência porque seu herói é o mais intelectual dos personagens shakespearianos. A psicanálise a toma como tragédia do desejo, à qual Lacan dedica parte do *Seminário 6: O desejo e sua interpretação*.⁵

⁵ Lacan. *Hamlet por Lacan*, 1986.

No Século de Ouro espanhol, a tragédia foi cultivada por grandes figuras da literatura, como Pedro Calderón de la Barca (2004), que escreveu *La vida es sueño*. O texto é considerado a obra-prima do teatro espanhol do século XVII, exemplo por excelência do teatro barroco, toma por núcleo temático a fugacidade e o ilusório da vida, ligando-o ao problema do livre arbítrio e dos bens transitórios na existência humana. É considerada a versão cristã do Édipo⁶, no sentido em que o herói trágico é portador de um destino adverso destrutivo aos outros e a si mesmo, que o faz desaparecer para que não se cumpra o vaticínio.

⁶ Szondi. *Ensaio sobre o trágico*, 2004.

A peça trata da vida do príncipe polonês Sigismund, trancado numa masmorra por seu pai, o rei Basílio, logo após o nascimento. O rei teme a predição dos astros, a de que seu filho o humilharia e seria imprudente se subisse ao trono. Submetido aos rigores da prisão e da solidão, o príncipe se torna um selvagem – homem e fera ao mesmo tempo, para pagar o pecado de ter causado a morte da mãe que não sobreviveu ao parto.

Comparando as duas tragédias – a de Sófocles e a de Calderón –, verificamos que os reis Laio e Basílio não conseguem ver o futuro e nem evitar o destino. Na obra espanhola, o incesto

edípico é substituído pela morte da mãe, causada pelo herói no nascimento, o assassinato do pai é substituído por uma insurreição militar e a profecia se dá por meio de duas fontes: o sonho profetizado da rainha e o saber astrológico do rei. No caso de Édipo, o oráculo se cumpre e, em Sigismund, o herói vence o destino pela via da mulher que representa o amor e a compreensão de que a vida é transitória como um sonho.

É no século XIX que o termo trágico adquire, depois de Ibsen, Strindberg e Tchekhov, que escreveram peças em prosa com temas mais adaptados às inquietações contemporâneas (norte da Europa no século XIX), um sentido generalizado, fora de sua ligação a uma forma literária, para designar simplesmente a condição humana.

literatura e psicanálise

A pergunta oracular da tragédia grega – o que meu deus me reserva como destino? – remete à questão do texto *Subversão do sujeito e dialética do desejo* – o que o Outro quer de mim? – Indagação explicada por Lacan (1998) ao se referir às implicações que o inconsciente freudiano tem para com o sujeito, nesse apólogo um pouco exagerado:

“Mas outra coisa é aquilo de que se trata em Freud, que é efetivamente um saber, mas um saber que não comporta o menor conhecimento, já que está inscrito num discurso do qual, à semelhança do grilhão de antigo uso, o sujeito que traz sob sua cabeleira o codicilo que o condena à morte não sabe nem o sentido nem o texto, nem em que língua ele está escrito, nem tampouco que foi tatuado em sua cabeça raspada enquanto ele dormia.”⁷

Na literatura, a tragédia estabelece uma tensão entre o herói e a palavra enigmática dos deuses. Por sua vez, a psicanálise demonstra que a tensão deriva da definição do sujeito, pelas articulações significantes.

Articular literatura e psicanálise é o que faz Ricardo Piglia

⁷ Lacan. *Subversão do sujeito e dialética do desejo* (1960/1998, p. 818)

(1999) em *Los sujetos trágicos*. Ele propõe a psicanálise como uma das formas mais atrativas da cultura contemporânea porque revela uma épica da subjetividade numa versão violenta e obscura do passado pessoal. O atrativo seria baseado na aspiração a uma vida intensa porque, no âmago do nosso ser, é o que Freud revela em *Romances Familiares* (1977), experimentamos um grande drama - desejo de sacrificar nossos pais, como Hamlet, ou de ser o filho abandonado de reis, como Segismundo. Ou seja, um lugar onde somos sujeitos extraordinários, heróis trágicos.

Dizer que o sujeito é trágico não é dizer que tudo está determinado desde antes, mas a rota que ele escolhe para se salvar da ruína pode tornar-se seu aniquilamento. O herói grego realiza seu desejo como desejo do Outro e aceita a responsabilidade de avançar até a queda final. A escolha o conduz até às últimas conseqüências: a imolação do herói é o preço pago para a preservação dos valores da comunidade.

Na lógica da psicanálise, desejar é buscar o que se perdeu na operação da castração, significa dizer que, quando se escolhe a alienação significativa, a história geracional, perde-se uma parte do seu próprio ser que é irrecuperável. É o modo como o sujeito entra na tragédia ao optar pela cadeia significativa, passando a ser mortal, ou ‘ser-para-a-morte’.⁸ No drama da passagem de vivente biológico para a existência simbólica não há nada senão vida conjugada com morte: essa é a dialética freudiana. A separação do objeto materno é sempre vivida como uma morte, desamparo.

Freud construiu, a partir das tragédias de Sófocles e Shakeaspeare, metáforas clínicas da existência humana e “se em cada um de nós há a via traçada para um herói, é como homem comum que ele a efetiva”, diz Lacan.⁹

Cada romance familiar carrega o enredo de uma trama onde o sujeito simboliza seu encontro com o real. O vazio central tem nome de castração e as modalidades subjetivas são as escolhas que o sujeito faz no confronto com a falta. Com sorte, o sintoma aparece como uma invenção metaforizada para fazer borda ao vazio e permitir ao sujeito um ordenamento do desejo contido na fantasia.

Na tragédia clássica, o romance familiar do herói revela no final que o personagem familiar era, desde o início, o inimigo. Isso significa dizer que o inimigo que ele tanto procura está no

⁸ *Ibid.*

⁹ *Ibid.*, p. 383.

interior dele mesmo, como nas palavras de Édipo: “Ah! Citéron! Por que tu me acolheste um dia? Por que não me mataste? Assim eu não teria mostrado aos homens todos quem eu sou!”¹⁰

Nada mais trágico para o sujeito desvendar o mais terrificante que provém de si mesmo, de sua própria profundidade. O Rei Édipo procura os assassinos de Laio temendo que eles se tornem seus próprios assassinos e só encontra a si mesmo.

O que Freud descreve como recalque é o que faz de Édipo um herói tanto psicanalítico como trágico, diz Rosset (1989) em *A lógica do pior*, porque o herói interroga uma exterioridade acerca de um tema que não concerne senão à interioridade. Rosset afirma:

“O mecanismo do recalque tem esse efeito de reunir o estranho e o familiar. É a noção moderna para designar o mecanismo dos trágicos gregos, exclusivo de toda força exterior ao homem – tal como a idéia de destino – afirmador de uma força interior e silenciosa, capaz de todos os terrores e todas as alegrias acessíveis àquele que dela está investido.”¹¹

De tudo que está próximo do homem, nada é tão temível como o recalque desconhecido, agitando-se dentro dele. A psicanálise interroga esse mecanismo excluído da consciência, mas que dispõe de energia para se manifestar inesperadamente e, por isso, aterrorizar.

Querer saber sobre o enigma do desejo, essa é a proposição que move Édipo e os sujeitos em análise. Em análise, o sujeito apreende algo de seu aparelhamento simbólico, a partir do deciframento do enigma que condicionava seu destino, para contornar e decidir, talvez por um novo caminho.

a dimensão trágica na clínica

Na neurose, trata-se de uma construção singular do muro contra o gozo a que o analista só tem acesso aos pedaços, verificando os caminhos da formação dos sintomas e o material ao qual o sujeito recorreu para engajar seu desejo na fantasia.

¹⁰ Sófocles. *Édipo Rei* (2001, p. 90).

¹¹ Rosset. *A lógica do pior* (1989, p. 71).

E como operar com o sujeito psicótico se as manifestações e circunstâncias de sua história não se abrem a uma dialética ou a uma interrogação sobre o enigma de seu destino?

Lucas, um analisante de longa data, se pergunta: “e se eu tivesse morrido naquele acidente aos três anos? Não seria quem sou hoje, marcado pela falta de personalidade, sem me reconhecer no que faço e sem saber pra onde vou”. Em virtude do atropelamento sofrido, ainda no hospital, demanda ao pai contra seu atropelador: ‘mata ele pai!’ E essa frase lhe retorna em todos os delírios. A partir de então, passa a ser o filhinho da mamãe, o doentinho, carente de cuidados e atenções. Não se sente mais uma criança como as outras, considera-se feminino e passivo no trato com as mulheres e um fraco diante dos homens.

Sua primeira crise foi desencadeada a partir de uma amizade com uma professora, ainda no ensino médio, que o escutava e aconselhava. Após um período de muita proximidade, inclusive freqüentando sua casa, a professora recebe um telefonema de ameaça cujo conteúdo é de que ela seria “aliciadora de menores”. O insulto dirigido à professora tem um peso fatal para Lucas, pois é disso que ele foi acusado e castigado quando, ainda púbere, divertia-se com as primas mais velhas (que o denunciam) em jogos sexuais. Esse telefonema, que Lucas acredita ter sido de sua mãe, é o fator determinante no desencadeamento e inicia daí a terapia medicamentosa. Ele pede à professora (mesma profissão que sua mãe): “Rosa, me segure que estou indo em direção à perda do meu eu, de minha personalidade”. Relata que foi quando sua cabeça “apagou, ficou leve, não tinha mais nada dentro”. Nas crises seguintes, está sempre hipnotizado pelo outro que guia suas ações, insulta, inferniza sua vida e o pune com a angústia.

Segundo Lacan¹², o neurótico tem a escolha ética de alienação na cadeia significante, de perda do objeto e conseqüentemente a sentença de morte que paira sob sua cabeça. Após um percurso de análise, ainda pode decidir abandonar seu posto de herói, aquele da dimensão trágica da vida, para simplesmente ser feliz no acaso. Porém, fatalista seria o psicótico, visto que de sua posição de objeto não cabem as dúvidas neuróticas: dormir, sonhar ou morrer?¹³

No fatalismo há a crença, certeza do destino: o futuro de todo ser humano está predestinado e é imutável, fixado, sem

¹² Lacan. *Televisão* (1973/1993).

¹³ São as palavras que expressam a dúvida de Hamlet em relação ao mundo: “Ser ou não ser, eis a questão! Que é mais nobre para a alma: sofrer os dardos e setas de um destino cruel, ou pegar em armas contra um mar de calamidades para pôr-lhes fim, resistindo? Morrer...dormir; nada mais! E como o sono, dizem, terminamos o pesar do coração e os inúmeros naturais conflitos que constituem a herança de carne! Que fim poderia ser mais devotamente desejado? Morrer... Dormir!...Talvez sonhar!” (Shakespeare, 2003, p.56)

possibilidade de alteração. Como Lucas, condenado em seu destino: aos três anos ‘perdeu a personalidade’ e não há uma mudança possível. Qual seria o dito oracular que condiciona o destino trágico de Lucas? Ser o menino bonzinho que aceita ser objeto passivo de todos, na escola, nas rodas de amigos, na profissão?

No entanto, é a psicanálise que ainda pode estabilizar sua posição diante do mundo estranho que o apavora:

“Antes de começar a análise com você eu tinha uma angústia enorme, mesmo com o analista anterior. Você me deu uma solidez para ficar de frente para a vida. Agora não me afundo, tenho um controle maior, não existe mais aquela fuga total dos pensamentos, só uns brancos de vez em quando... Fico oscilando entre o que sou e o que esperam de mim, mas já não tenho aquela angústia que a saída era a morte! É claro que ainda me sinto inadequado – tendo de tomar remédios e sendo um profissional que não pode exercer seu trabalho por problemas emocionais”.

Qual a escolha do analista no trabalho com a psicose, sobretudo ainda quando o paciente não tem o recurso da construção delirante da paranóia? Aprender com a literatura, buscando um sentido oracular do drama trágico do psicótico, para que novos circuitos da palavra possam se dar até mesmo fora da amarração simbólica. Pode ser uma aposta.

referências bibliográficas

- ANDRADE JR. Moisés. A Moira em psicanálise: gozo, repetição e desejo do analista em ato. In: Stylus 13. RJ: Contracapa, 2006.
- ARISTÓTELES. *Poética*. Coleção Os pensadores. SP: Nova cultural, 2000.
- CALDERÓN DE LA BARCA, P. *La vida es sueño*. Buenos Aires: Longseller, 2004.
- FREUD, Sigmund. Romances Familiares (1909[1908]), in: ESB, volume IX. Rio de Janeiro: Imago, 1977.
- GUMBRECHT, Hans Ulric. Os Lugares da Tragédia. Trad: Pereira, L. Fin: Rosenfeld, Denis (ed) *Filosofia e Literatura: o trágico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- LACAN, J. O Seminário, livro 7: *A ética da psicanálise*. RJ: Zahar, 1988.
- LACAN, J. *Televisão* (1973) Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- _____. Subversão do sujeito e dialética do desejo (1960), in: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- LACAN, J. *Hamlet por Lacan*. São Paulo: Escuta, 1986.
- PIGLIA, Ricardo. Los sujetos trágicos in: *Formas breves*. Buenos Aires: Temas Grupo Editorial, 1999.
- ROSENFELD, Denis (ed). *Filosofia e Literatura: o trágico*. Trad Pereira, L. F. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- ROSSET, C. *Lógica do pior*. Trad. FJF Ribeiro e Ivana Bentes. RJ: Espaço tempo, 1989.
- SHAKESPEARE, W. *Hamlet*. SP: Martin Claret, 2003.
- SÓFOCLES. *A trilogia tebana*. Trad: Mário da Gama Kury. RJ: Jorge Zahar, 2001.
- SZONDI, P. *Ensaio sobre o trágico* RJ: Jorge Zahar Editor, 2004.

resumo

Pretende-se, no artigo, discorrer sobre o conceito literário da tragédia, enfatizando sua relação com a psicanálise, seguindo os passos de Freud, que utilizou-se do gênero literário para formalizar sua tese do desejo inconsciente. Partindo do estudo da tragédia e do trágico, a reflexão está centrada na clínica psicanalítica, constatando em Lacan a dimensão trágica da escolha forçada do sujeito neurótico pela cadeia significante e a fatalidade da abolição da dialética no psicótico, ilustrada no recorte clínico.

palavras-chave

psicanálise, literatura, tragédia, neurose,
psicose.

abstract

It is intended in the article, to discuss the literary concept of tragedy, emphasizing its articulation with the Psychoanalysis, following Freud steps, which used the literary gender to formalize his thesis about the unconscious desire. Based on the study of tragedy and tragic, the reflection is focused on psychoanalytic clinic, noting Lacan in a the tragic dimension of the forced choice made by the neurotic in the significant chain and the fatality of the dialectics abolition on the psychotic, illustrated in the crop clinical case.

key words

psychoanalysis, literature, neurosis, psychosis.

recebido

28/09/2007

aprovado

25/10/2007

A criança: marca de que interesse?

MARIA VITORIA BITTENCOURT

O título para este trabalho me veio das formulações de Lacan sobre a função da mãe. No Seminário *A transferência*, ele se refere à criança como um objeto que traz consigo «a marca de um interesse privilegiado»¹ da mãe, um *agalma*, objeto precioso, metonímia de seu desejo de falo. Assim, tal interesse reenvia ao desejo da mãe, noção já presente em Freud ao estabelecer a equação simbólica criança-falo, substituição de seu amor pelo pai.

Na «Nota a Jenny Aubry», de 1969, Lacan retoma essa formulação em sua definição da função da mãe: «os cuidados dela trazem a marca do interesse particularizado»². Tais cuidados dizem respeito ao corpo da criança buscando a satisfação de suas necessidades no corpo da mãe. Inicialmente, o recém-nascido é um objeto real nas mãos dela que pode usá-lo como objeto de gozo. Freud já evocara esse prazer, sobretudo quando a criança é um menino, pois dá a ela uma «satisfação ilimitada»³.

Temos então dois elementos de uma parceria que faz relação sexual num primeiro tempo – a criança e a mãe –, um é tudo para o outro. A criança terá que percorrer todo um caminho para extrair-se dessa posição primordial. Por meio de que condições se faz a extração? Segundo Lacan, «a condição do sujeito (neurótico ou psicótico) depende do que acontece no Outro, A, e tal acontecimento se articula num discurso (o inconsciente é o discurso do Outro)»⁴.

Pois, os cuidados da mãe não são suficientes, é preciso que «tenham a marca de um interesse particularizado, mesmo se estiver presente somente pela via de suas próprias faltas»⁵. Interesse reenvia ao desejo, mas também ao que poderia vir compensar a falta, pois todo interesse reenvia ao lucro. Lacan indica que a falta da mãe (-□) e o lugar deixado por ela para a criança serão determinantes para o futuro sujeito. Produto de um encontro amoroso, de um desejo não anônimo, o destino da criança dependerá do lugar que o desejo inconsciente da mãe lhe atribuirá. Aqui não se trata mais somente da identificação da criança com o falo da mãe, mas da criança que pode tomar o lugar de objeto pequeno *a* na

¹ Lacan. O Seminário, livro 8: *a transferência* (1960-61/ 1994, p. 257).

² Lacan. Nota sobre a criança (2003, p. 369).

³ Freud. A feminilidade (1933/1998, p. 163).

⁴ Lacan. A questão preliminar a todo tratamento possível da psicose (1998, p. 555).

⁵ Lacan, J. Nota sobre a criança (2003, p. 369).

fantasia, suporte do desejo.

A partir disso, proponho identificar três posições da criança: o sintoma da criança como resposta ao sintomático na estrutura familiar; a segunda dimensão implica o sintoma como representante do objeto *a* na fantasia da mãe; a terceira é aquela em que a criança «realiza» a presença do objeto *a* na fantasia. Entretanto, há uma distinção a sublinhar entre estar no lugar do objeto *a* e realizar esse objeto, quer dizer, fazê-lo passar para o real.

Essas incidências da subjetividade da mãe não são sem conseqüências nem para a criança, nem para a psicanálise com crianças e seus limites. Nesse mesmo texto, Lacan indica ser bastante reduzida a nossa intervenção quando a subjetividade da mãe está implicada (*engagéé*).

Desenvolvi essas questões em torno do lugar da criança em minha própria experiência de vários anos de prática psicanalítica com crianças muito pequenas (dois a três anos), não escolarizadas e que começavam a falar. Se a ligação é anterior ao sujeito, trata-se aqui da fala enquanto endereçamento ao Outro, condição necessária para uma psicanálise com crianças. Minha questão diz respeito à natureza de nossa intervenção diante do par mãe-criança que se apresenta com frequência ao analista de forma colada. De que lugar o analista pode operar? Que estatuto para a interpretação e para o manejo da transferência? E, finalmente, como permitir à criança que tome a palavra? Se, antes de mais nada, é preciso escutar a criança, como suscitar a fala da criança que responde à falta materna no real? Haveria limites à intervenção, posto que a criança ainda está em vias de se estruturar em relação ao desejo materno, ainda se encontra em confusão com o desejo do Outro.

Para tentar responder a essas questões, proponho-lhes três exemplos clínicos.

Uma mãe, muito angustiada, vem falar-me sobre seu filho de dois anos e meio. Muito agitado, não consegue dormir mais e tem crises durante as quais grita tanto que até mesmo os vizinhos já começaram a se preocupar. Ela já tentou de tudo antes de vir ver-me, mas acabou constatando sua impotência diante do problema. Enquanto me contava o contexto do nascimento de seu filho, percebo que a criança, antes muito agitada, vai se acalmando, atento mesmo ao discurso da mãe. Quando ela evoca que ele

tem medo de tempestade, ele se manifesta para dizer à mãe que não tem medo e se volta para brincar com os bonecos do filme *Guerra nas estrelas* que trouxe com ele. Essa foi a primeira vez que tomou a palavra. Em seguida, me mostra seus brinquedos associados à ocupação do pai, jornalista que realiza coberturas de guerras. Assinalo essa coincidência, o que tem efeitos imediatos na fala da mãe, pois me relata sobre sua angústia diante do perigo real que ameaça seu marido, o que me faz acrescentar que ela tem direito de estar inquieta.

O material trazido pela criança já é, em si, uma interpretação que dá um sentido ao real, introduzindo a personagem de seu pai. Ele introduz um corte pois a agitação pode ser um sintoma surgido da angústia da mãe.

Ao distúrbio do sono se acrescenta um outro sintoma que, no entanto, não parece inquietar a mãe: desde seu nascimento, o filho apresenta uma gastrenterite persistente que causou um atraso em seu desenvolvimento físico. A mãe interpreta o fato como um sintoma dela, pois ela sofre há muito tempo desse mesmo problema. De seu canto, a criança diz: «o malvado vai cortar o muro da casa», palavras acompanhadas de muito barulho para presentificar o malvado que grita através dos muros de seu quarto.

Durante a primeira sessão, a criança, muito agitada, pega um tigre dizendo: «dorminhoco – cansado – trabalha muito, como seu pai». Pega esse tigre comilão e me mostra como comerá sua bunda. Quando então pode me falar de seu medo do malvado, dizendo finalmente que, por isso, não dorme mais. Em seguida, coloca o tigre e o leão na mesma cama, amigos, eles vão comer. A comida retorna ainda em uma outra brincadeira em que ele faz um omelete, coloca nele um veneno para dá-lo à bruxa. Nesse momento diz que quer ser cozinheiro como o pai de sua mãe. Ele encontrou uma solução para seus medos: no lugar de ser devorado, passa a identificar-se como aquele que pode envenenar.

Depois de algumas entrevistas, o sono e seu apetite voltam. Ele quer que sua mãe permaneça na sessão para que possa vê-la e para lhe mostrar como matar a bruxa com um biscoito envenenado. A mãe se torna assim testemunha da solução encontrada por ele para sua angústia localizada num significante – a bruxa – e uma identificação com aquele que representa o guerreiro. Teria ele encontrado assim sua identificação como falo da mãe?

Nesse caso, vemos inicialmente que a demanda da mãe re-
enviava à sua própria falha pois, fazer apelo a um terceiro teve
como efeito o confronto com sua impotência, o que abre para
uma mediação. A entrada em cena de um sujeito suposto saber o
sintoma de seu filho estabeleceu a transferência, que se deslocou
da mãe para a criança. Minhas intervenções, que designarei como
pontuações, cortes tanto no discurso da mãe quanto nos gestos
do menino que intervém em momentos cruciais, permitiram à
criança encontrar um endereçamento, saindo portanto desse lu-
gar de representar o sintoma da mãe e seguindo então no contex-
to de sua neurose infantil. Foi necessário acompanhar a criança
em sua construção durante os jogos, mas implicando a mãe.

Após as primeiras entrevistas, não é raro acontecer, que
o sintoma da criança desapareça, numa espécie de efetivação da
metáfora paterna.

O segundo caso é o de um menino de quatro anos cuja
mãe chega preocupada com as crises de raiva dele, bem como
com seu isolamento. Quando alguém se aproxima dele, grita para
não ser perturbado. Na primeira entrevista, o assunto foram
as circunstâncias dos primeiros meses de vida deste que é seu
primeiro filho homem. Quando ele estava com sete meses, ela
sofreu um acidente que levou-a a ficar incapacitada fisicamente.
Por um lado, ela se culpabiliza por não ter podido se ocupar do
filho, por outro, confessa a forte ligação com essa criança, que se
tornou a companheira dela em seu sofrimento. Com efeito, essa
criança dita raivosa apresenta-se para mim como uma retardada,
com um ar débil, inibida, com um atraso na linguagem bastante
importante. Presente, mas imóvel, só pronuncia uma única frase:
«tudo bem, mãe?». Comecei por me perguntar sobre essa identi-
ficação com a mãe «incapacitada», em seu retardo.

Durante algum tempo as sessões avançam na presença do
par, pois a criança recusa ficar a sós comigo – provocando, de
forma perceptível, um certo contentamento da mãe, seu filho lhe
mostrando o quanto é indispensável para ele, um apêndice. Além
disso, ele jamais se coloca fora do alcance do olhar materno, além
de seguir de forma bastante submissa as observações dela, tais
como: «fale com essa senhora, faça um desenho de menino, de
casa» etc. Tais intervenções, no entanto, acabaram permitindo à
criança que começasse a desenhar, ao mesmo tempo em que ela

precisava me traduzir sua linguagem de bebê.

Trata-se de um objeto para o «serviço sexual»⁶ da mãe, como se o efeito separador da metáfora paterna não tivesse operado ainda? Um único significante – incapacidade – fusiona esse par mãe-filho, selado (soudé) no sofrimento materno.

Pouco a pouco ele aceita entrar sozinho, com a condição de que a porta fique aberta para poder verificar se mãe ainda está lá – fazendo-o constantemente. Então começa a apresentar desenhos um pouco mais elaborados em torno da diferença sexual. Inicialmente todos os personagens têm «mamas» (seios) e, em seguida, todos têm um «pipi», o que ele distinguia do «peru» dizendo «pipi não é isso». O pênis é ligado a uma função do organismo e não à diferença dos sexos. Certo dia, faz três personagens: dois meninos e uma menina. Os meninos só têm cabeças e a menina tem um corpo, com pernas, braços. Ele diz «a menina tem um *peru* porque eu quero». Dessa vez, digo a ele que as meninas não têm *peru*. Ele não gostou disso, saiu da sala e ficou entrando e saindo com bastante angústia. Na sessão seguinte, para minha surpresa, ele toca o interfone anunciando sua chegada. Entra, a porta pode ser fechada, e ele diz: «vamos conversar». Conta que teve medo diante de um desenho que fez na escola – um lago com crocodilos – e me convida a jogar com ele jogos para os quais é ele quem estabelece as regras, sempre afirmando «os meninos sempre ganham». A propósito, ele joga durante horas em seu computador de casa, aliás, o instrumento de trabalho do pai. Após essa sessão ele me traz objetos para que eu os veja, instituindo assim a analista enquanto parceira real.

Devido ao fato de estar melhor, fala mais. Seu vocabulário foi enriquecido e a mãe acha que já está bom. Assim, as sessões foram interrompidas no final do ano, mas eu tomei o cuidado de dar à criança meu cartão para que ela pudesse vir quando quisesse.

No contexto deste tratamento, proponho a hipótese de que a criança ocupara o lugar do objeto da fantasia da mãe, querendo completá-la com seu retardo. No manejo da transferência, tratava-se de acompanhá-la em sua busca identificatória, ao mesmo tempo em que era necessário opor-se ao movimento da criança de permanecer no lugar em que respondia à falta da mãe. A saída via uma identificação com o pai – os jogos – permitiu a

⁶ Lacan. Do «*Trieb*» de Freud e do desejo do psicanalista (1966/1998, p.866).

saída do sintoma retardo.

Há casos em que a criança não está nesse lugar de objeto *a* na fantasia da mãe, mas no de um objeto de sua existência que aparece no real, o que introduz limites à nossa intervenção.

Um casal me procura para falar de suas dificuldades com a filha de três anos (a criança não está presente durante a entrevista, somente os pais). São duas as queixas apresentadas pela mãe: uma enurese episódica (*sic*) e um comportamento infantil demais que se manifesta sobretudo no momento das refeições. Observe-se que sempre come com a mãe, num ritual extenuante, deixando o pai muito irritado. Aliás, a mãe gostaria de fazer uma terapia de família para resolver esse problema, pois, desde seu nascimento, essa criança se tornou a causa de um conflito permanente do casal. Tratar-se-ia de um sintoma representando a verdade do casal parental? Uma enurese aos três anos não deve ser considerada um sintoma. Então, qual seria o sintoma? A entrevista mostra justamente que não basta um casal estar em conflito para que a criança responda a isso com seu sintoma.

Fica claro que os distúrbios da criança são evocados pela mãe, pois o pai não vê nenhum problema em relação a sua filha. Segundo a mãe, ela sabe do que se trata: por um lado é culpa da babá, pois não sabe cuidar de crianças; por outro, é culpa do marido, pois quer tomar o lugar dela junto à filha. Diz que ele quer «maternar» a menina e usurpar assim seu lugar de mãe. Depois dessa entrevista um tanto turbulenta, decido propor à mãe que venha a sós para me falar da criança. Imediatamente ela aceita. Em seu discurso, o lugar ocupado pela criança leva-me a crer que, apesar de me pedir uma ajuda para a filha, ela não suportaria um terceiro se interpondo entre ela e a criança.

Com efeito, essa criança se tornou um objeto real para essa mulher numa espécie de laço instintivo no qual não há lugar para um terceiro. Desde seu nascimento ela se colou realmente a sua filha, ninguém pode separá-las. Ela conta que várias pessoas achavam estranha a maneira como carregava seu bebê, uma espécie de colagem, como se a criança fosse o prolongamento de seu corpo. Essa criança fora «programada» para nascer numa data diferente do nascimento de seu próprio pai, personagem odiosa, responsável por todas as infelicidades da família. Mesmo tentando conceber a criança num período preciso, esta nasceu logo no

dia do aniversário do pai dela. No momento do parto, a mãe entrou em pânico. Isso teve um efeito interpretativo: sua filha traz nela toda a maldade dessa personagem odiada, uma forma de maldição, tornando-se assim a encarnação do perseguidor.

Nesse caso, a partir do momento em que a mãe aceitou vir me ver, o sintoma da criança desapareceu.

Vemos assim que, para cada caso, a tática pode variar, mas somente a transferência permite operar nos tratamentos com as crianças pequenas. Uma transferência que opera num primeiro momento com a mãe, e sem a qual não é possível intervir. Isso abre a possibilidade de levar em conta «a marca do interesse particularizado» da mãe, para dele subtrair o lucro, desembaraçando a criança do lugar de objeto a fim de que possa advir como sujeito do significante através da identificação.

É talvez por isso que Lacan evocou os cuidados paternos: «um pai não tem direito ao respeito nem ao amor [...] a não ser que faça de uma mulher a causa de seu desejo [...] para fazer filhos com ela e que com esses, quer queira, quer não, ele tenha cuidado paternal»⁷. Sublinhamos a virada no ensino de Lacan no que tange o cuidado: dessa vez, trata-se do cuidado paternal. De um lado podemos concebê-lo como a operação da metáfora paterna, o que habilita a criança enquanto sujeito a «ser edipianizada de pleno direito»⁸. De outro lado, trata-se do desejo do pai, «seu interesse particularizado» para com sua mulher, que ele deve transmitir a seus filhos, transmissão da causa de seu desejo.

Dessa maneira, pelo fato de confirmar as construções da criança e pontuar o discurso da mãe, a analista efetua uma forma de mediação para abrir à criança o acesso a sua própria resposta em torno do enigma do desejo do Outro, não aquele da mãe. Ou seja, para continuar com sua neurose infantil na construção de sua fantasia. Para isso, é também preciso um «interesse particularizado», desta feita, do analista, interesse que não é anônimo.

⁷ Lacan. O seminário, livro 22, R.S.I. (1975), inédito.

⁸ Lacan. O Seminário, livro 4: *a relação de objeto* (1956-57/1995, p. 217).

referências bibliográficas

- FREUD, Sigmund. A feminilidade. (1933). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Completas psicológicas de S. Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1976, Vol. XXII.
- LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 8, a transferência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 4, a relação de objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 22, R S I*. Aula de 21 de janeiro 1975, inédito.
- LACAN, Jacques. Nota sobre a criança. In: *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003..
- LACAN, Jacques. Uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- LACAN, Jacques. Do «Trieb» de Freud e do desejo do psicanalista. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

resumo

Trata-se de um texto sobre a experiência na clínica psicanalítica com crianças pequenas (2-3anos), não alfabetizadas e cuja domínio da linguagem é ainda precário. Através de três casos clínicos, se questiona a posição que a criança ocupa para o Outro, numa releitura do texto de Jacques Lacan *Note sur l'enfant* de 1969. Três posições são analisadas em relação ao lugar que a criança ocupa enquanto objeto articulado ao desejo materno: o sintoma da criança como resposta à sintomatologia familiar, o sintoma que representa o objeto *a* no fantasma da mãe e a criança realizando a presença do objeto *a* no fantasma. Uma distinção é ilustrada entre «estar no lugar do objet *a*» e «realizar esse objeto», cuja conseqüência vem determinar a direção do tratamento com crianças.

palavras-chave

psicanálise, criança, objet *a*, desejo materno, clínica.

abstract

In this paper, we question the place of the child in relation with the desire of the mother. Three clinic cases, with children of 2 or 3 years, with a language not structured and not yet alphabetized, will demonstrate the different places that the child can occupy in the mother's subjectivity. With the text of Jacques Lacan *Note sur l'enfant* (1969) we try to distinguish three positions of the child: a symptom who represents an answer to the family symptomatology, a symptom who represents the object *a* in the mother's fantasy and the child that «realizes» the presence of the object *a* in the fantasy. These distinctions will indicate the direction of the treatment and the place of the psychoanalyst.

key words

psyoanalysis, child, objet a, desire of the mother, clinic.

recebido

20/10/2007

aprovado

29/10/2007

Um sujeito entre o desejo e a devastação

CONSUELO PEREIRA DE ALMEIDA

A propósito do tema *Família e Inconsciente*¹, resolvi abordar a questão da família na adoção e suas conseqüências, a partir de um caso clínico de anorexia, no qual, através de seu corpo, o sujeito tenta dar algum tipo de resposta às perguntas que tratam do lugar que ele espera ter no desejo do Outro: “O que o Outro quer de mim?”; “Pode ele me perder?”. Lugar sempre e, inexoravelmente, enigmático.

Em 1909, Freud já aponta que, se de início os pais são supervalorizados, fonte única de conhecimento para os filhos, há um momento na infância no qual a criança tem a sensação de que sua afeição por eles não está sendo retribuída, ou sente-se negligenciada, ou mesmo que não está recebendo todo o amor de que gostaria, demonstrando, assim, na construção de seu romance familiar, a fantasia de ser adotada.

A chegada de uma criança a uma família, seja pela via da adoção, seja através da procriação, ou dos mais variados modos de concepção existentes na atualidade, reatualiza uma série de questionamentos não só para os sujeitos que dela já fazem parte, como também para o próprio sujeito no decorrer da vida. Questões sobre o que é um pai, de onde vêm os bebês, ou o que o outro quer de mim vão aparecer ao longo de toda existência humana.

A busca de um saber sobre a origem traz em si algo de irrepresentável quanto ao ser do sujeito. Um irrepresentável, que conforme Freud² designa, é também o lugar da morte. Contradição insolúvel, a morte é inevitável e inicia-se com o nascimento. É ao redor dessa primeira questão que o pensamento da criança, pela via da pulsão de saber, se põe em marcha, conforme demonstram as teorias sexuais infantis, desencadeadas a partir da experiência corporal da criança no investimento das zonas erógenas, na observação da sexualidade dos animais, ou com a chegada de um novo bebê. Balizada pela pulsão de saber, a criança dá início a sua pesquisa por vias particulares, guiada pelo motor de sua própria sexualidade. Pode imaginar que um bebê se produz a partir do comer, ou que sua chegada ao mundo se deu pelos intestinos.

¹ Tema do VIII Encontro Nacional da Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano.

² Freud. Reflexões para os tempos de guerra e morte (1915/1975, p. 338).

Enfim, uma série de perguntas se apresentam e se por um lado nunca cessam, por outro, a conduzem numa elaboração do pensar, organizando sua vida psíquica e seus sintomas.

Em seu seminário *A ética da psicanálise* (1959-1960), Lacan salienta que os laços sanguíneos não são importantes no que diz respeito à paternidade. O importante, na verdade, é quem ocupa o lugar tanto da função materna, como da paterna, ou seja, quem vai colocar em funcionamento a transmissão da lei simbólica, do Nome-do-Pai, e sua articulação com o desejo. Em *Televisão*, ele o reafirma, ao dizer que “a ordem familiar só faz traduzir que o pai não é o genitor e que a mãe permanece contaminando a mulher para o filhote do homem: disso resulta o resto”³. Aponta dessa forma o laço da filiação como um laço a ser construído, não é prévio. Todo pai é um pai adotivo e, mesmo quando se concebe uma criança pela via sexual, sabe-se disso e, aliás, nossa clínica aí está para confirmá-lo. É também na clínica que se verifica como pais adotivos freqüentemente se sentem inseguros para dizer a verdade da adoção a um filho, supondo que pais verdadeiros são os biológicos, quando o que está em jogo na paternidade é o desejo dos pais, sejam eles biológicos ou adotivos.

Laura, menina gordinha de nove anos, chegou ao consultório trazida pela mãe, por estar muito agressiva. O casal estava separado e a mãe, visivelmente descontrolada. No primeiro e único contato que tive com Laura, muito aflita disse: “Sinto-me responsável pela separação de meus pais”, frase que, segundo ela, era dita insistentemente pela mãe. Diante da aflição desse sujeito, pontuei que separação é assunto de adultos, do casal. Essa mínima intervenção talvez tenha colaborado para que mãe e filha não retornassem mais ao consultório, hipótese comprovada mais tarde. Três anos depois, a mãe me procura. Laura agora tem doze anos e emagreceu 25kg. Na entrevista inicial com a mãe, aparece pela primeira vez a questão da adoção, assim descrita pela mãe: “Me ligaram e eu tive 24hs para resolver. Sempre cuidei de bicho, mas criança é diferente: tem de ter responsabilidade!”. O dizer da mãe suporta um dito em que o desejo de filho vacila. Na época da adoção, o casal estava separado.

Laura foi adotada com dois dias de vida e, apesar de sua mãe dizer que desde pequena tudo sempre foi conversado sobre a adoção, o assunto permanece como um segredo e não pode ser

³ Lacan. *Televisão* (1973/1993, p. 55-56)

comentado fora da família. Ao colocar a criança numa creche ou no colégio, sempre inventa histórias sobre o parto. Interrogada sobre tal maneira de lidar com a adoção, alega ter medo de como o assunto vai ser abordado com a criança. A mãe de Laura é alcoólatra, bem como sua avó materna e um dos tios. Revelando acentuada ambiguidade quanto à adoção, a conduta materna divide-se entre a aceitação e a não-aceitação, como se, para senti-la como filha, tivesse de a ter parido.

Numa entrevista, o pai, relata que os problemas apresentados por Laura são múltiplos. Inicialmente cita o alcoolismo da mãe e as agressões verbais que dirigia a filha, a ponto de dizer que detestava mulher gorda, na época em que a mesma pesava 70kg. Em seguida, observa um “Édipo acentuado”, pois a filha dizia que ia se casar com ele e, finalmente, coloca que a sintomatologia da filha é uma maneira de libertar-se do domínio da mãe. Nas suas palavras, “o problema da mãe é que ela quer ser amada, então faz tudo o que Laura quer, só que ela gosta mais de mim”.

Nas entrevistas preliminares com Laura, aparece logo sua demanda aos pais: “Emagreci 29kg e eles nem ligaram. De três meses para cá é que ficaram preocupados, quando desmaiei. Minha mãe está fazendo um regime para mim. A cada coisa que eu como, ela diz: ‘Agora chega!’ Não consigo me controlar diante da comida, como tudo, e aí me sinto culpada e vomito. Não quero engordar. Como tanto que minha barriga fica inchada, direitinho como a barriga de uma mulher grávida”. Ao que eu então repito: Grávida! Laura estaria tentando ter uma barriga de grávida para atender ao desejo da mãe ou estaria tentando se parir com essa gravidez?

Durante várias entrevistas, o tema só gira em torno da comida, até que resolvo perguntar sobre a adoção. Laura muda completamente e diz não ser filha deles, mas que gostaria de ser filha da barriga. Não gosta que os outros saibam da adoção e não pretende revelá-la para o futuro marido, nem para os filhos. Traz vários episódios nos quais o furo do tal segredo familiar se presentifica. “Levei uma rasteira... pensava ser um segredo entre mim e meus pais”, diz ela.

Quanto ao enigma de sua origem, tenta construir algo por meio das teorias sexuais infantis e do kardecismo: “Acho que tem alguma coisa a ver com vidas passadas”. Os pais também não se

entendem quanto ao que dizer à criança sobre sua origem. A mãe diz que ela nasceu no Rio e o pai, no Sul. Certa vez, o pai lhe contou que seu pai biológico era loiro de olhos verdes e que ele a levaria para conhecê-lo, caso ela tivesse vontade. Numa outra sessão, traz um sonho: “Sonhei com um homem louro de olhos verdes que vinha me buscar e eu chorava muito”.

Os temas de suas entrevistas sempre giram em torno da comida: o modo como não consegue controlar-se, a culpa por comer em excesso; como gostaria de ter puxado à mãe, que come e não engorda; o desejo de querer ser como a mãe e só comer uma barra de chocolate. Certo dia retoma uma interpretação que eu havia feito e acrescenta um novo significante: “Acho que não tem nada a ver ficar com barriga de grávida e esvaziar!”.

No decorrer do tratamento, a mãe dedica-se a tomar conta de sua alimentação, verificando se comeu exageradamente ou se vomitou, vigiando todos os seus passos, além de trancar tudo dentro de casa. Isso é vivido por Laura como um desafio. Um desafio a essa mãe devastadora, através do ato de comer: “Eu ataco e destruo tudo”.

O sujeito vai receber sua marca do Outro primordial, essencial no desejo da criança: dele emerge a insígnia, S_1 . O desejo da criança como desejo do desejo da mãe implica que ela se identifique ao falo da mãe.⁴ Através das presenças e ausências maternas, a criança começa a perceber que algo lhe falta, a mãe quer algo para-além dela. E a mãe, como ser desejante, demonstra para a criança a possibilidade de desejar algo diferente, algo situado num para-além, o falo, como significante da falta, e que torna o sujeito desejante, colocando a criança na série de objetos fálicos.

A entrada do pai como suporte da lei, instaurado nesse lugar pela mãe, vem barrar-lhe o gozo em relação à criança. Ela deixa de ser um Outro absoluto para ser um Outro barrado, indicativo da castração materna, proporcionando à criança sua inscrição na ordem simbólica, e transformando o pai (biológico ou não) num significante. A confrontação da castração materna na menina implica no *penisneid*⁵ e provoca diferentes maneiras de lidar com a falta de ter o falo.

A mulher, por não estar toda submetida à ordem fálica, tem algo que escapa, um gozo que aparece na devastação. Em *O Aturdido*, Lacan se refere a devastação que “constitui em sua

⁴ Lacan. *O Seminário, Livro 5: as formações do inconsciente* (1957-58/1999, p.188).

⁵ Essa expressão aparece, pela primeira vez, em 1908, no artigo “Sobre as teorias sexuais infantis”. A inveja do pênis é vivida pela menina quando da descoberta da diferença sexual. Freud a menciona para designar a manifestação do complexo de castração na menina. Na concepção freudiana da sexualidade feminina, a inveja do pênis traz conseqüências na vida psíquica posterior da menina e na articulação de seu apego pré-ediipiano à mãe, tornando a mãe responsável pela falta de pênis.

maioria, a relação da menina com a mãe, de quem, como mulher, ela realmente parece esperar mais substância que do pai.”⁶

Em uma sessão, ao ser perguntada sobre o relacionamento dos pais, diz que eles brigam muito. Recordar-se de uma cena durante uma das brigas: ela tenta detê-los e sua mãe, alcoolizada, lhe dá um tapa. Nesse momento, o pai intervém partindo agressivamente para um confronto com a mãe. Com muito medo de que seu pai pegue o revólver e mate a mãe, Laura vai ao lugar onde sabe estar guardada a arma e acaba por colocá-la debaixo de seu travesseiro. “Eu ia para o meu quarto e ficava quieta com medo”. Pronuncia estes dois últimos significantes como se estivesse dizendo: comendo. Repito “comendo!” Ela ri. Os significantes “com medo” e “comendo” aparecem claramente ligados à morte. Afinal, quem pensou em matar e termina por colocar uma arma embaixo do travesseiro? Laura que, em sua angústia diante da briga dos pais, tem certeza de ter sido a causadora. O pai, com quem ela queria casar, pode matar a mãe por sua causa, fantasia que realiza a cena edípica e lhe traz culpa.

Na carta a Jenny Aubry (1969), Lacan recorda que a família conjugal, na sua evolução, coloca em evidência a irreduzibilidade de uma transmissão que não é da ordem das necessidades, mas de uma constituição subjetiva, a qual implica a relação com um desejo que não deve ser anônimo. Este preceito fica claro na medida em que os cuidados da mãe vão portar “a marca de um interesse particularizado” e, com relação ao pai, por seu nome ser “o vetor da encarnação da lei do desejo”. Dentro da concepção lacaniana, o sintoma da criança encontra-se no lugar de responder ao que há de sintomático na estrutura familiar, ou seja, ele é representante da verdade do casal. De outra forma, quando não ocorre uma mediação pela função paterna, a criança pode ficar exposta como objeto da mãe, revelando a verdade desse objeto. Nesse lugar, tampona a falta referente ao desejo da mãe, inviabilizando-lhe o acesso à própria verdade. No mesmo texto, Lacan faz o seguinte comentário:

“O sintoma somático oferece o máximo de garantia a esse desconhecimento; é o recurso inesgotável, conforme o caso, a atestar a culpa, servir de fetiche ou encarnar uma recusa

⁶ Lacan. O aturdido (1973/2003, p. 465).

primordial. [...] na relação dual com a mãe, a criança lhe dá, imediatamente acessível, aquilo que falta ao sujeito masculino: o próprio objeto de sua existência, aparecendo no real.⁷

⁷ Lacan. Nota sobre a criança. (1969/2003, p. 370).

Laura denuncia, com seu sintoma inscrito no corpo, um corpo que enche e esvazia, uma resposta ao que há de sintomático na estrutura familiar, uma mãe que só gosta de mulher magra, um pai que, como homem, é uma devastação para esta mulher. Laura, também devastada pela mãe que só gosta de mulher magra, segue com medo (de que o pai mate a mãe) e comendo/vomitando, tentando não só, [como no jogo do carretel, o jogo do *fort-da*], reconstituir o ato de seu nascimento em que é cuspidada para um outro, como também responder ao *Che vuoi*, um enigma afirmativo da existência de uma família, de um desejo, mesmo que mortífero.

referências bibliográficas

- LIMA, A.A. *Psicologia Jurídica: lugar de palavras ausentes*. Aracaju: Evocati, 2007.
- ANSERMET, F. *Clínica da origem*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003.
- FREUD, Sigmund. (1908) Romances familiares. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1975. Vol.IX.
- FREUD, Sigmund. (1915) Reflexões para os tempos de guerra e morte. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1975. Vol.XIV.
- FREUD, Sigmund. (1925) Algumas conseqüências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos". In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1975. Vol. XIX.
- LACAN, Jacques. *O Seminário, Livro 5: as formações do inconsciente*. (1957-1958). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1999.
- LACAN, Jacques. *O Seminário, Livro 7: A ética da psicanálise*. (1959-1960). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1988.
- LACAN, Jacques. (1969) Nota sobre a criança. In: *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2003.
- LACAN, Jacques. (1973) O aturdido. In: *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- LACAN, Jacques. (1973) *Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1993.
- LACAN, Jacques. (1984) Os complexos familiares na formação do indivíduo. In: *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

resumo

Este trabalho tem como objetivo demonstrar que tanto na questão da adoção, como na concepção de uma criança, seja pela via sexual ou através dos mais variados modos de concepção existentes na atualidade, o laço da filiação é um laço a ser construído, não é prévio. O mais importante, na verdade, é quem vai colocar em funcionamento a transmissão da lei simbólica, do nome-do-pai, e sua articulação com o desejo. Para tal, utilizamos um caso clínico onde o sujeito denuncia, com seu sintoma inscrito no corpo, uma resposta ao que há de sintomático na estrutura familiar.

palavras-chave

Sujeito, filiação, adoção, devastação.

abstract

This work shows that as in adoption as in a conception of a child either via sexual way or beyond many existing ways of conception, the family bond is something to be constructed, not a prior warning.

The most important thing is who will transmit the symbolic law of "The-name-of-the-father" and its articulation on its desire. So we lean on a clinical case where the subject denounces with its symptom written in its body, the answer to the symptomatic family structure.

key words

Subject, filiations, adoption, devastation.

recebido

09/09/2007

aprovado

09/10/2007

Entrevista



Entrevista com Luis Izcovich

POR ANA LAURA PRATES PACHECO E SILVIA FRANCO

ANA LAURA PRATES PACHECO: Na carta da IF está presente a separação entre os Fóruns e a Escola: “Esses Fóruns do Campo Lacaniano não são Escolas e não outorgam nenhuma garantia”. Gostaria de um comentário a respeito desse critério de organização institucional que separa fóruns de Escola.

LUIS IZCOVICH: Penso que em 1998, quando se fez a criação dos fóruns, lançou-se uma estrutura que já visava criar uma Escola. No programa dos fóruns já estava a perspectiva dessa criação. Mas em nenhum momento se pretendeu substituir a estrutura dos fóruns. Parece-nos haver aí duas estruturas funcionando quase independentemente e, ao mesmo tempo, conectadas por um objetivo comum. A pergunta de fundo seria se convém mantê-las ainda hoje, elas se justificam pelo seguinte: há pessoas interessadas pelo discurso analítico, querem pertencer a uma comunidade orientada pelo discurso analítico, mas não querem firmar-se mais em questões relativas à formação do analista. Elas têm um lugar nessa comunidade, inclusive por portarem objetivos diferentes: não visam, necessariamente, ser analistas, mas se sentem concernidas pelo discurso analítico. Essas pessoas têm um lugar nos fóruns.

Bem, por outro lado, a Escola apresenta uma especificidade: a de receber aquelas pessoas concernidas não só pelo discurso analítico, mas também pela formação do analista, perguntando o que é ser analista. Isso delimita dois campos diferentes, dois campos conectados, não dissociados, pois ambos são orientados pela Escola. Ela dá uma orientação ao conjunto, permitindo tal liberdade de estar dentro de uma associação sem necessariamente estar com a exigência da pergunta do que é ser um analista.

ANA LAURA PRATES PACHECO: Manter essa separação quanto ao modo de articulação entre os Fóruns e a Escola, considerando a maneira como nós temos conduzido a interseção entre esses dois

conjuntos, bem como o modo de funcionamento dessas instâncias, será que estamos propiciando uma orientação única ou estamos correndo o risco de deixar nos Fóruns uma organização mais administrativa?

LUIS IZCOVICH: Em princípio existe um campo delimitado dos Fóruns e outro campo delimitado da Escola. O dos Fóruns não concerne à prática da análise.

ANA LAURA PRATES PACHECO: É, digamos, uma associação de pessoas interessadas pelo discurso psicanalítico?

LUIS IZCOVICH: Isso! Concernidas pelo discurso analítico. Um exemplo: um historiador interessado por psicanálise e que venha regularmente apenas por esse interesse. Para mim ele tem lugar nos Fóruns.

ANA LAURA PRATES PACHECO: E as instâncias? Elas poderiam também ser ocupadas, por exemplo, por esse historiador? Ele poderia ser diretor do Fórum? Entende a questão colocada? Se o fórum não é Escola, mas está orientado por ela, quem ocupa as instâncias de direção dos Fóruns tem que estar preocupado por essa orientação?

LUIS IZCOVICH: Bom, este segundo problema parece-me fundamental, pois traz uma proposição que está incluída na pergunta: quem dirige os fóruns e quem dirige as Escolas? Porque há uma direção. O que acontece até hoje? Até hoje, a eleição é democrática, todos podem apresentar-se e todos votam. Bem, acredito que quanto às instâncias de gestão, isso é válido, justifica-se porque o fórum funciona como uma associação e deve, portanto, ter uma eleição democrática. Nesse sentido, se a comunidade de um fórum, por exemplo, o Fórum de São Paulo, aceita a inscrição de um historiador como candidato e o elege, não haveria objeção. É uma eleição democrática. Qual é o problema nisso tudo? O problema para mim não é esse, porque se trata de uma associação dirigida por um candidato que se apresenta e é eleito pelos outros. O problema é a questão de direção da Escola. Aí há um problema, pois acredito que há uma certa incompatibilidade en-

tre a democracia e a Escola. Explico: não acredito que a Escola tenha que ser anti-democrática, mas, como funcionamos até agora? Qualquer um pode ser candidato com algumas restrições, e todos votam. Não creio que esteja em condições de eleger um cartel de passe internacional alguém que se tornou membro da Escola hoje. Você entende?

ANA LAURA PRATES PACHECO: Que acabou de se tornar membro da Escola hoje?

LUIS IZCOVICH: Sim, alguém que acaba de ser recebido como membro da Escola não está em condições de votar em um cartel internacional. A outra possibilidade é só eleger como membro da Escola alguém que conheça tão bem a estrutura, que possa votar em um cartel internacional. Caso se espere isso, admitir um membro na Escola levará muito tempo. Há que se ver quais as condições para se admitir um membro da Escola. Ou se admite alguém concernido pela formação do analista, ou não se dá a ele as condições de votar em um cartel internacional. Logo, algo há que se revisar enquanto houver votos internacionais. Esse é o primeiro ponto. Segundo ponto: o que acontece atualmente. Passam-se quatro meses para fazer uma eleição internacional. Há as eleições locais, depois o voto internacional. Tudo isso exige quatro meses. Nossa comunidade fica mobilizada durante quatro meses para eleger o Colégio Internacional da Garantia. Parece-me algo desproporcionado. É preciso encontrar outros modos de eleição destes cartéis. Um terceiro ponto é que, no sábado¹, foi feita uma pergunta sobre os passadores, as pessoas participantes dos cartéis do passe e alguém que tenha sido nomeado. Perguntou-se se essas pessoas não deveriam participar mais dos cartéis do passe. Em todo caso, hoje não se privilegiam as pessoas que tenham passado pelo dispositivo. Deveriam fazer parte dos cartéis do passe aqueles que já tivessem passado pela experiência? Hoje isso quase não acontece. Poderíamos pensar em uma estrutura de constituição dos cartéis na qual, por exemplo, houvesse necessariamente um passador, alguém que já tivesse exercido essa função. Por exemplo, fazer uma eleição entre todo o corpo de passadores e eleger um que necessariamente tenha participado.

¹ Diagonal da Opção Epistêmica/ Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano – Conferência de Luis Izcovich: O tempo na Clínica Psicanalítica. 18 de agosto de 2007. São Paulo.

SILVIA FRANCO: Porque hoje na nossa Escola o passador pode se candidatar...

LUIS IZCOVICH: Mas não é o mesmo.

ANA LAURA PRATES PACHECO: Você está propondo uma espécie de “cota” de passadores?

LUIS IZCOVICH: Atualmente em nosso Colégio Internacional de Garantia houve passadores que se apresentaram e nenhum foi eleito. Não foi eleito por quê? Porque as pessoas elegem um nome mais conhecido, ou seja, não estão elegendo em função da experiência relacionada ao passe.

ANA LAURA PRATES PACHECO: Sim. Eu queria retornar um pouco a essa questão da democracia, por ser uma questão sempre presente nos nossos debates. Reli a Proposição² a partir desta questão, especificamente o trecho em que o Lacan fala da permutação e sublinha a questão “Isso não implica de forma alguma uma hierarquia de cima pra baixo, mas uma organização circular, cujo funcionamento fácil de programar se firmará na experiência”. A primeira coisa que me chamou a atenção: em nenhum momento ele fala de eleição, ele fala de permutação. Não sei como eram feitas as escolhas para as instâncias na EFP e na Escola da Causa Freudiana. Talvez esteja havendo uma confusão nessa questão da permutação, porque o princípio de permutação é certamente um princípio democrático, mas ele não é só isso. Lacan fez questão de frisar que isso não significa inverter a pirâmide. Isso eu acho um ponto muito sensível. A questão é ir além da democracia, não é ficar aquém da democracia.

SILVIA FRANCO: Eu queria acrescentar um ponto. Você agora está falando da Escola? Porque essa questão surgiu há algum tempo atrás, em uma discussão no Fórum São Paulo, relacionada ao Fórum e não à Escola, não é isso?

ANA LAURA: Sim.

SILVIA FRANCO: Essa questão é muito importante, gostaria de

² Jacques Lacan. Proposição de 9 de outubro de 1967 para o psicanalista da Escola. In: *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

entrar nesta discussão, é um ponto complicado na nossa organização a separação entre os Fóruns e a Escola. E, ainda, levando em consideração os e-mails sobre o balanço dos 10 anos dos Fóruns e dos 6 da Escola, comentava-se que essa organização resulta muitas vezes em uma distância entre os fóruns e os dispositivos de Escola e discute-se a simplificação da nossa montagem institucional.³ Observo que quase não há membros de fórum que não estejam às voltas com a formação analítica, mas muitos não fazem o pedido para entrar na Escola. Como você pensa essa separação?

LUIS IZCOVICH: Há duas coisas contrárias à junção dos fóruns com a Escola, duas razões para não juntar os dois. A primeira histórica: nossa estrutura foi criada assim, há um certo número de pessoas que vieram ao fórum por esta razão. Sabiam que haveria uma Escola, mas, para eles, interessa pertencer a uma comunidade na qual não, sintam-se necessariamente, implicados na questão sobre o que é ser analista. Sentem-se implicados pela análise, em termos gerais. Juntar os dois é dizer a essas pessoas que tudo isso já ficou pra trás e agora somos uma só estrutura, a Escola, e o interesse é a formação do analista. Parece-me que é não respeitar a estrutura de nossa história, essa é uma razão. E a segunda é que segue válido o fato de que haja quem se interesse pela psicanálise e não queira ser analista. Ele tem lugar em nossa comunidade. Agora, eu entendo bem os problemas, a questão é como tratá-los. A questão democrática – mantida por mim - deve ser clara desde a estrutura dos fóruns e de sua eleição, porém não é suficiente conceber que as instâncias dirigentes dos fóruns sejam eleitas democraticamente. Acredito que tenha que haver um discurso em todos os fóruns: o responsável pelo fórum tem que estar em transferência com a estrutura internacional. Porque hoje, por exemplo, se na prática alguém pode ser dirigente do fórum sem ser membro da Escola, não tem que ser alguém que tenha oposição à Escola.

ANA LAURA PRATES PACHECO: Você considera que seria antidemocrático formalizar que os diretores de fóruns sejam membros de Escola? Eu não considero. Essa questão de quem é elegível e de quem é eleitor faz parte da democracia, é a questão de como constituir um colégio eleitoral. Aliás, isso é um termo político,

³ E-mails eu circularam na rede IF-EPFCL e na rede da AFCL sobre o debate preparatório e balanço dos dez anos dos fóruns e seis anos da Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano. Debate preparatório para as assembléias de julho de 2008, em São Paulo.

colégio eleitoral é o conjunto dos votantes. Por exemplo, no Brasil, menores de dezoito anos até há pouco tempo não podiam votar. Agora, a partir de dezesseis anos, já podem votar, mas não é obrigado. Isso é um colégio eleitoral. Portanto, nós podemos instituir as condições, os critérios do colégio eleitoral, quem vota etc. Segundo: também podemos instituir condições para alguém ser candidato, isso também faz parte do jogo democrático. Por exemplo, para ser candidato tem que ter mais de vinte e um anos, pertencer a um partido político, no plano da sociedade. No plano dos fóruns, poderíamos também colocar algumas condições. Pois mesmo mantendo essa separação Fórum-Escola, não seria desejável que as instâncias de direção fossem ocupadas por membros de Escola, no sentido de garantir a orientação? Então, voltando um pouco: o tal do historiador interessado no discurso analítico poderia ser membro do Fórum, participar talvez de comissões, porém não ser diretor. Isso em termos ideais funciona, mas, na prática, a longo prazo, corre-se o risco de ter um diretor de fórum dissociado completamente das questões da Escola. Como você disse, é algo muito democrático que possamos acolher pessoas interessadas no discurso analítico, sem o imperativo superegóico: “você tem que fazer Escola!” O que temos visto nestes dez anos são pessoas chegando ao fórum e se contentando com isso.

LUIS IZCOVICH: Bom, estamos falando do estatuto. O que vocês estabelecem no estatuto do fórum, eu estabeleço fazendo existir um discurso de modo forte e suficiente para limitar. Mas não estou contra este princípio. Também acredito que os responsáveis têm que estar em conexão com a estrutura internacional. Não pode ser responsável alguém que somente se interesse pelo local. Um responsável tem que estar em transferência com a estrutura internacional, e mesmo que por alguma razão ele não seja membro da Escola, tem que estar em conexão com a estrutura internacional. Na prática, precisamos estabelecer tal critério, mesmo que de modo implícito, de tal forma que necessariamente seja um membro da Escola.

ANA LAURA PRATES PACHECO: Queria só introduzir mais um item nesta discussão. Talvez complexifique um pouco, force o argumento e o raciocínio. Por que não podemos considerar os Colégios

Clínicos ou as chamadas Formações Clínicas, por exemplo, como essa instância mais ampla e acolhedora? Pensando nessa questão, qual seria a lógica dos Colégios Clínicos, dos Institutos de Formação, ou seja, as instâncias de ensino?

LUIS IZCOVICH: Temos de estar muito atentos aos problemas que poderão advir, pois os Colégios Clínicos não podem ser uma finalidade em si. Há, em certos lugares da IF, quem se satisfaça com os Colégios Clínicos; é necessário ficar claro que o Colégio Clínico é um lugar de transmissão de conceitos e nada mais. Não é um lugar de formação de analistas. Não é um lugar para se interrogar o que é ser um analista. É um lugar de transmissão de conceitos, nada mais; por isso não se pode fazer uma associação na qual os membros que, ainda não são membros da Escola, pertençam ao Colégio Clínico. Pois este serve para transmissão de conceitos e há que buscar os limites disso. Para a questão da formação, tem que se dirigir a outro lugar. Isso é uma responsabilidade de cada Colégio: ser simplesmente um passo para orientar as pessoas que irão à Escola.

SILVIA FRANCO: No e-mail de Colette Soler que deu início ao debate preparatório e balanço dos 10 anos de funcionamento dos Fóruns e 6 anos da Escola, ela destaca o seguinte: “Conto com a idéia de que aquilo que decidimos instituir podemos decidir suprimir ou transformar”.⁴ Então, retomando, você considera que a junção seria o mesmo que apagar a história, o início, o por quê?

⁴ *Ibid.*

LUIS IZCOVICH: Eu não estou convencido da necessidade de juntar os dois. Isso é pessoal. Não estou convencido! Quais são os benefícios de um fórum? É um lugar de debate permanente, o qual é aberto a todos e é preciso tal abertura. A Escola tem, necessariamente, de se estruturar sobre o que é ser um analista, ou seja, limitar o debate. Que os debates da IF sobre como está a psicanálise no nosso mundo sejam orientados pela formação do analista, aí sim. Mas acredito na necessidade de manter esse espírito de iniciativa como a força de um início.

ANA LAURA PRATES PACHECO: Aqui no Brasil temos uma situação interessante: alguém que é membro do Fórum de São Paulo,

ipso facto também é membro da IF, porque ela é a Confederação dos Fóruns. Mas nós temos também uma associação nacional, quanto à qual se pode escolher pertencer ou não. Ou seja, há alguém que é membro internacional, mas não é membro da instância nacional. Por outro lado, se ele pede para ser membro de Escola, necessariamente deve ser membro da associação nacional, porque é ela a considerada “local” na Escola. Quer dizer, o que é considerado “local” na IF são os fóruns e o “local” na Escola é a associação nacional. Até porque cada fórum não tem um número suficiente de membros de Escola pra ter os seus dispositivos. Então essa organização cria as mais variadas situações. A impressão é que cada membro do Fórum São Paulo, por exemplo, tem uma situação diferente.

LUIS IZCOVICH: Trata-se de um problema interno no Brasil. Isso é muito fácil de resolver, basta como condição pertencer à estrutura nacional e ser membro de um Fórum. Uma vez resolvido esse problema, há duas categorias: o membro do Fórum que é membro da IF e o membro da Escola que é membro do nacional e do internacional. Duas categorias e nada mais.

ANA LAURA PRATES PACHECO: Sim, mas existem pessoas membros de Fórum que não são membros de Escola, mas são membros nacionais também.

LUIS IZCOVICH: Esse é um problema suplementar que vocês criaram no Brasil.

ANA LAURA PRATES PACHECO: Ah, é um problema local!

LUIS IZCOVICH: Sim, porque não há nenhuma necessidade, do ponto de vista da IF, de criar uma estrutura nacional. O Brasil decidiu criar uma estrutura nacional.

ANA LAURA PRATES PACHECO: Na França não tem isso?

LUIS IZCOVICH: Não. Na França só há um Fórum, o Fórum Francês.

ANA LAURA PRATES PACHECO: Não tem vários Fóruns?

LUIS IZCOVICH: Não. Só um Fórum nacional. Assim não há muitas possibilidades.

ANA LAURA PRATES PACHECO: E as instâncias locais, são como?

LUIS IZCOVICH: Chama-se de Pólo. Uma instância dirige em conjunto. Os responsáveis do Pólo são ao mesmo tempo delegados. Chama-se Escola de Psicanálise Fórum do Campo Lacaniano França. Uma só e todos os membros dentro desta estrutura. Nela há alguns que são membros de Escola e outros que não o são, nada mais. Então, é certo, vocês têm alguns problemas suplementares. Queria perguntar a vocês para que serve a instância na estrutura nacional.

ANA LAURA PRATES PACHECO: Como o Brasil é um país continental, se ficar só com fóruns locais, não há interlocução em nível nacional. Por exemplo, nós temos congressos anuais, temos *Stylus*.

LUIS IZCOVICH: Não me meto na política do Brasil, mas vendo que os responsáveis locais se põem em acordo para organizar jornadas, criar uma rede internacional e para criar os dispositivos nacionais, seria melhor haver só uma estrutura nacional.

ANA LAURA PRATES PACHECO: o Fórum Brasil, o qual daria uma orientação e depois cada um, localmente, decidiria como articular o local em função da política nacional. É interessante isso porque aqui no Brasil o princípio de autonomia foi entendido como autonomia das cidades. O Fórum Rio é totalmente autônomo em relação ao de Salvador, de Belo Horizonte, de São Paulo. Por exemplo, o Fórum São Paulo é uma associação jurídica inscrita na cidade de São Paulo.

LUIS IZCOVICH: Acredito que haja uma razão histórica.

ANA LAURA PRATES PACHECO: Há uma razão histórica.

LUIS IZCOVICH: A razão histórica traz desconfiança, age por fora. Depois que revisarem o funcionamento, deverão se passar outras coisas.

ANA LAURA PRATES PACHECO: Sim. Até porque as instâncias nacionais também são eleitas, a direção nacional também é eleita. Desse modo, a democracia está garantida aí, na representatividade.

SILVIA FRANCO: Quando se fala na questão de reduzir e simplificar as nossas estruturas, quais outras questões estão envolvidas com essa simplificação ou com esse significante refundação, por exemplo?

LUIS IZCOVICH: Eu não estou muito de acordo com o significado de refundação, o qual quer dizer mudar tudo. Primeiro há que se fazer um balanço para verificar se há satisfação com o que foi feito. Levou-se muito tempo para criar as estruturas. Agora o fundamental, essencialmente, não é muda-las, mas sim como fazer para que o passe esteja no centro da Escola, coisa que não se fez. Se há algo que deve ser feito é colocar o passe no centro da Escola. Por exemplo, está previsto para o próximo Encontro em São Paulo⁵, que haja um primeiro dia de debate sobre o passe. Será a primeira vez que iremos fazer isso. E só surgiu a idéia porque em Paris começaram a dizer que temos de fazer debates sobre a evolução do passe. Não é uma crítica, mas é preciso fazer um diagnóstico. Por exemplo, até agora, em dez anos, não há um só AE da América Latina, salvo uma pessoa da Colômbia. Isso é um sinal.

ANA LAURA PRATES PACHECO: E o modo como temos feito a indicação de AMEs? Também no Colégio Internacional, essa dificuldade para avaliar alguém que está longe, como você tem avaliado isso?

LUIS IZCOVICH: É a primeira vez que estou trabalhando no Colégio da garantia. Não nos ocupamos deste tema até agora porque faz menos de um ano que estamos trabalhando. Em princípio, não vejo nenhum problema. Deve ser simples, nele se nomeia, designa-se a partir de uma proposta local. Evidentemente o Colégio da garantia é autônomo, deveria ser simples o problema da designação dos AMEs, acredito.

⁵ 5º Encontro da Internacional dos Fóruns/ Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano – OS TEMPOS DO SUJEITO DO INCONSCIENTE: a psicanálise no seu tempo e o tempo na psicanálise. 5 e 6 de julho de 2008. São Paulo. Universidade Paulista (UNIP) – Campus Paraíso.

SILVIA FRANCO: Desculpe-me insistir na questão, mas quando li todos esses e-mails⁶, as discussões a respeito do balanço dos dez anos, fiquei com a idéia de que um dos motivos do passe não estar no centro é justamente a distância entre os Fóruns e a Escola, a relação dos fóruns com os dispositivos de Escola.

⁶ E-mails que circularam na rede IF-EPFCL e na rede da AFCL sobre o debate preparatório e balanço dos dez anos dos fóruns e seis anos da Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano. Debate preparatório para as assembleias de julho de 2008, em São Paulo.

ANA LAURA PRATES PACHECO: Concordo. Talvez isso não tenha de ser regulamentado, instituído. Forçá-lo via institucionalização indica que algo não está funcionando. Então desloquemos a questão para: o que não está funcionando no nosso discurso que faz com que as pessoas se contentem em ser apenas membro de Fórum?

SILVIA FRANCO: É esta a minha questão.

ANA LAURA PRATES PACHECO: Por isso fazemos a pergunta se daqui a dez anos ainda teremos a Escola.

LUIS IZCOVICH: Essa pergunta é muito sensível. Acredito que seria um erro pensar que a solução dos problemas passa por utilizar o Encontro de São Paulo para começar a mudar as regras do Estatuto mundial. Não. Ela passa por uma mudança em nosso discurso.

ANA LAURA PRATES PACHECO: A ênfase no Estatuto, ao invés de enfatizar o discurso.

LUIS IZCOVICH: Porque senão começamos a mudar uma coisa e outra...

ANA LAURA PRATES PACHECO: Burocracia. Vamos chamar os advogados para resolver o problema. Isso aí responde a outra questão, não é?

LUIS IZCOVICH: Por isso a questão de como arrumar estatutariamente nossa estrutura pode trazer muitas mudanças. Se propusermos muitas coisas, nada irá mudar! A questão é se foi estabelecido que o fato de o passe não estar no centro é a causa disso. Entendo que não está no centro porque falta um tempo

para torná-lo o centro. Ainda não houve o tempo para criar as estruturas, o funcionamento, a confiança, nos conhecermos. De agora em diante é uma vontade de discurso, e essa vontade você tem ou não. Nenhum estatuto a colocará, pois é um desejo. E o desejo tem que ser do conjunto, nesse sentido. Dai a questão de criar uma instância de consulta.

ANA LAURA PRATES PACHECO: O que seria uma instância de consulta?

LUIS IZCOVICH: É algo que está aparecendo no debate. Para mim isso não é decisivo, pode-se pensar e deve-se pensar! Mas o importante é se há uma vontade de mudar, um desejo de dar uma orientação ou outra, de deixar debaixo da mesa tudo o que se deve saber sobre o passe ou deixa-lo exposto a todos. É uma questão de decisão coletiva. É preciso que as pessoas sintam que vale a pena falar de suas experiências das análises, porque falar dos textos pode-se fazê-lo com qualquer público.

ANA LAURA PRATES PACHECO: A aposta política de Lacan no conceito de Escola é uma aposta que ultrapassa o ponto no qual o indivíduo se encontra na sua análise, na sua relação com o outro, enfim, tem uma aposta no laço social. Bem, acredito que já avançamos no debate desta questão: ela não vai ser resolvida pelo Estatuto e pela burocracia. Por outro lado, precisamos pensar nos dispositivos, porque não podemos apostar todas as fichas nas pessoas. Como a gente pode conceber dispositivos que fomentem essa questão?

LUIS IZCOVICH: Para mim, a escolha é fomentar o passe e fomentar os cartéis. Quando alguém no fórum está trabalhando em cartel e quer apresentar seu trabalho de cartel, é suficientemente percebido na Escola, porque os cartéis são da Escola. Se alguém aceita fazer um cartel e o inscreve em uma Escola, já é automaticamente da Escola. Por isso, é necessário acompanhar os discursos, pois a postura da política do cartel é fundamental.

ANA LAURA PRATES PACHECO: Em outras palavras, colocar a Escola no centro. Eu queria saber algo sobre o estatuto jurídico da Escola.

LUIS IZCOVICH: Sim, até agora funcionamos com uma estrutura jurídica dos fóruns, pois a Escola não tinha estatuto jurídico. De agora em diante é pensar em como obter uma estrutura jurídica que acentue a Escola. Para nós, fundamentalmente. Já que temos uma responsabilidade em relação ao exterior, em relação às autoridades de cada lugar, temos de acertar isso do modo jurídico.

recebido

20/09/2007

aprovado

15/10/2007

Resenhas



Modalidades do gozo

ANDRÉA RODRIGUES

Resenha do livro *Modalidades do Gozo*, de José Antonio Pereira da Silva (org.). Salvador: Campo Psicanalítico, 2007.

Lacan expressou o voto de que o campo do gozo fosse chamado de campo lacaniano, pois demonstrou como ele é uma das molas mestras no funcionamento do mundo. Freud, por sua vez, não conceituou o gozo, mas lançou as bases do seu campo, situando-o mais além do princípio do prazer. Ele chegou a afirmar que “tal como nos foi imposta, a vida nos é demasiado pesada”¹ e tudo o que conseguimos são formas de evitar o sofrimento e uma maneira bastante paradoxal de satisfação, pois a própria pulsão nutre a civilização e suas exigências de renúncia. A invenção da pulsão de morte deu a Freud um instrumento que pode ser utilizado tanto na clínica – pois dá conta de como o sujeito está preso no círculo de suas repetições – quanto no estudo da civilização, ao introduzir a lei moral e a culpa.

Se, no princípio, Lacan pode ter usado o termo gozo no mesmo sentido de prazer excessivo, como Freud, logo as diferenças entre eles começaram a aparecer. Se, para Freud, a libido é o cimento das relações sociais, para Lacan, a partir do *Seminário 17: O avesso da psicanálise*, é o objeto *a*, aqui chamado mais-de-gozar, que compõe e estrutura o campo do gozo. Ele volta a tratar do gozo, apresentando suas modalidades, em *O saber do psicanalista* e no *Seminário 20: Mais ainda*.

Tal preâmbulo se fez para dizer que o gozo e suas modalidades foi o tema escolhido para esta sexta coletânea da Associação Científica do Campo Psicanalítico, da Bahia. Citando José Antônio Pereira da Silva, organizador desse volume:

“Modalidades do Gozo’ foi o tema de estudo do Campo Psicanalítico em 2006. Foi pesquisado e debatido o conceito de gozo na psicanálise, circunscrevendo-o nas suas diversas categorias discursivas. Para traba-

¹ Freud. *El malestar na cultura* (1929/1973, p. 3024)

lhar as modalidades do gozo, foram tomadas como referências iniciais: a teoria aristotélica das frases declarativas assertóricas, cuja afirmação ou negação da castração do sujeito é considerada como real, distinguindo-a entre Universal e Particular; a teoria da Lógica Modal, também de Aristóteles, que consiste em opor as categorias Necessário e Contingente, Impossível e Possível, e o ensino laciano sobre o campo do gozo que, ao tratar das modalidades do gozo, relaciona os quadros assertórico e modal de Aristóteles com as fórmulas quânticas da sexuação (...)"

O livro compõe-se de cinco partes: na primeira delas, intitulada Conferências, e que ocupa cerca de um terço da publicação, temos – como o nome já indica – duas de Joel Birman; nas demais, encontramos os diversos artigos equilibradamente agrupados segundo quatro temas: Modalidades do Gozo; Figurações do Gozo; Estruturas e Gozo e Discurso e Gozo. Gostaria de iniciar meus comentários pelas conferências de Birman.

Na primeira delas, "A biopolítica na genealogia da psicanálise: *da salvação à cura*", ele nos brinda com uma extensa análise histórica da passagem entre o discurso dominado pela religião, com sua idéia de salvação, à entrada em cena do discurso médico, que traz para o primeiro plano a idéia de saúde e cura. Faz em seguida um exame da teoria freudiana a partir das teorias dominantes na época do seu surgimento. Aprendemos então o quanto a psicanálise deve à biologia vitalista no seu princípio, até a descoberta da pulsão de morte modificar esse quadro: "é a morte o que se encontra no fundamento da vida". No final, o autor discute a influência da pulsão de morte sobre a clínica, para concluir que um dos desafios constantes da aventura psicanalítica seria não cair na sedução da normalização. Pena não ter havido espaço para aprofundar esse viés clínico, inclusive com discussão de caso.

Isso não falta, no entanto, na segunda conferência, na qual parte de um caso real para debater a passagem ao ato, baseando-se na noção de vidas infames, de Foucault e trazendo-nos uma discussão que, como bem colocou José Antonio, "se inscreve no li-

mite retórico entre uma narrativa clínica e um inquérito policial”.

Quanto aos artigos componentes das demais partes do livro, comentá-los um a um seria excessivamente extenso, além disso já ter sido feito na sua introdução pelo organizador da coletânea. Enfatizemos o quanto seus autores realmente se puseram ao trabalho sobre o tema proposto, resultando numa publicação rica e variada, por contar com textos de diversos matizes, ou seja, tanto teóricos quanto clínicos, versando sobre os vários aspectos do gozo.

Ressalte-se, ainda, o fato de que nem todos os autores fazem parte do Campo Lacaniano, possibilitando-nos conhecer o que colegas de outros grupos e instituições estão trabalhando, bem como fomentando um debate que tem tudo para ser produtivo. Prova disso é a presença de nomes de articulistas que, mesmo não pertencendo à nossa Escola ou a algum de nossos fóruns, estão presentes em outras publicações ou atividades do Campo Psicanalítico.

Deve-se louvar, também, a iniciativa dos colegas baianos de publicar sempre seus trabalhos, pondo em prática a intenção de Lacan, explicitada no seu *Ato de Fundação*, de que “nada será poupado para que tudo o que eles (aqueles que vierem para sua Escola) fizerem de válido tenha a repercussão que merecer, e no lugar que convier.”² Que nos sirva de exemplo, então, para todos nós do Campo Lacaniano no Brasil.

² Lacan. Ato de fundação (1964/2003, p.235)

referências bibliográficas

- FREUD, Sigmund. El malestar em la Cultura. Obras Completas de Sigmund Freud. Madrid: Editorial Nueva, 3ª ed., 1973.
- LACAN, Jacques. O Seminário, livro 17: o avesso da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.
- LACAN, Jacques. Seminário 20: mais, ainda. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- LACAN, Jacques. Ato de fundação. In: *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

recebido

29/10/2007

aprovado

06/11/2007

Comédias familiares: Rei Édipo, Príncipe Hamlet, Irmãos Karamázovi

HÉLIO TAVARES DA SILVA MARTINS

Resenha do livro *Comédias familiares: Rei Édipo, Príncipe Hamlet, Irmãos Karamázovi*, de Jairo Gerbase. Salvador: Campo Psicanalítico, 2007.

(...) Cada fato à idéia tão avesso,
Que os planos ficam sempre insatisfeitos;
As idéias são nossas, não os feitos. (Shakespeare).

Há muito acompanho a trajetória intelectual de Jairo Gerbase, cuja inquietude não lhe permitiu apenas ser um psicanalista no mero exercício de sua função. Mais que isso, é um pesquisador, um teórico, e sabe, com maestria, dispor suas idéias no papel, estruturando-as numa escritura clara e lúcida à qual não falta, sequer, o tempero da ironia. De nada adianta pensar bem se a pena não é súdita do pensamento. A boa congruência das idéias exige a boa congruência da escritura.

Uma simples olhada no sumário e se perceberá o ordenamento do seu discurso. Os capítulos se subdividem de uma forma extremamente analítica, mas perfeitamente conectados, cada um abordando um espaço dentro do que o próprio título anuncia, a relação entre a psicanálise e a literatura e, mais ainda, entre certas obras clássicas, Édipo, Hamlet e os Irmãos Karamázovi. A discussão interna sobre certos conceitos básicos da psicanálise expandidos por Lacan se avoluma até, num lance de argúcia e erudição, rever aspectos mais aprofundados das “comédias” em si e em comparação com visões freudianas ou transfreudianas.

O exímio conhecimento de seu instrumental teórico permite o esgrimir do autor que chega a assumir atitudes um tanto “blazées” a certos momentos, a cavalheiro de uma planície que domina muito bem. Seria a psicanálise uma forma de literatura ou seria a literatura uma leitura psicanalítica? Eu queria perguntar. Desde o início Freud conectou sua ciência à literatura, apesar de negar-se como literato para André Breton.

É fascinante o tema que o autor se propõe: investigar a angústia humana a partir do núcleo freudiano assentado em *Édipo Rei*, de Sófocles, e nas variantes que se seguiram, incluindo o chamado Complexo de Hamlet. Mas destaque para as lições de Lacan.

Das obras-primas literárias em que o autor se detém, a exemplo dos mestres analistas em cujo pensamento ele navega com ventos à feição, fiz leituras simples, de curioso, mais leituras de ficcionista do que de analista, pois, aliás, não o sou. A essa altura, considero um exagero jungir-se a psicanálise a dramatizações de angústia humana tomadas como referência coletiva. Afinal de contas, seus autores (Sófocles e outros, Shakespeare, Dostoiévski) refletiram pontos de vista críticos, resultantes de sua época e formação intelectual, sobre um tema, por assim dizer, eterno: porque o homem, enquanto existir, tentará exprimir o inexprimível pela linguagem, ou para dizer com um significante bem singelo, o inefável — e tal linguagem procura veicular também suas inquietações e dores. Ah, o homem e suas inadequações às circunstâncias que o envolvem e à precariedade do ser, desde que, na escala evolutiva, adquiriu a capacidade de raciocinar. Se dotado apenas do instinto animal, sem a pulsão cognitiva que o faz indagar, talvez fosse menos operoso e certamente mais feliz.

Quanto às leituras das obras literárias, nas quais os exegetas foram beber, eu levantaria algumas questões. Em Hamlet, por exemplo, não costumo ver o príncipe hesitante e procrastinador da missão prometida ao fantasma do pai, mas apenas um ator, um dissimulador que, por força da palavra empenhada na vingança, estorvada por questões morais e políticas, demora a realizar o que dele se espera — ou, por estratégia, busca o momento culminante. A repulsa à Ofélia me parece o nojo temporário pela feminilidade, ao descobrir Hamlet a sexualidade exultante e permissiva da mãe, que, com o corpo do marido envenenado por ela e pelo amante, ainda quente no túmulo, contrai segundas núpcias. A traição inominável e o golpe de Estado fazem do até então alegre Hamlet um príncipe melancólico.

Uma intriga de poder, mais um trono manchado de sangue, como ocorre na obra shakespereana. Não vejo o que certos analistas chamam desejo-da-mãe ou desejo pela mãe, e tampouco o disfarçado ódio ao pai, que viria a se concretizar contra o tio

Cláudio, usurpador do trono.

Quanto a *Os Irmãos Karamázovi*, trata-se da tragédia antecipadora do niilismo profundo, cínico e aparentemente irremediável do mundo moderno, entregue a genocídios, ou para o qual os genocídios se tornaram fatos banais. Se um parricídio é monstruoso, que dizer dos genocídios? Estaremos todos a matar os nossos irmãos por pulsões incestuosas? Ivan, como o autor lembra no seu livro, raciocinou que “se Deus não existe, então tudo é permitido”. Raskólnikov, de *Crime e Castigo*, raciocinou da mesma maneira com outras palavras. Esta é a desgraça mais completa e cruel, a tragédia suprema — a da permissividade sem freio moral.

Sem dúvida, o livro é instigante, concebido como um ensaio, dividido em capítulos curtos, de fácil leitura, de modo a não fatigar o leitor, porém muito densos. Começa com uma discussão suposta contemporânea, mas que de fato foi proposta por Descartes, sobre o conceito de evidência. Questiona a evidência tanto da psiquiatria, da psicologia, quanto da psicanálise.

O livro é um ensaio sobre os paradigmas da psicanálise. O paradigma de Freud – o Complexo de Édipo, o paradigma de Lacan – a Impossibilidade da Relação Sexual – IRS, e um terceiro paradigma, também inspirado em Lacan, que propõe como fundamento da psicanálise a perda de gozo verificada na passagem do significante ao significado – a *Jouissens*, o gozo do sentido.

O autor põe em questão, em primeiro lugar, a idéia de tragédia para a psicanálise. Por isso, em lugar de falar de Tragédias familiares, mesmo em se tratando de Édipo, Hamlet e Karamázov, prefere falar de Comédias familiares.

Tudo indica que ele se inspira em “A gaivota” de Anton Tchekhov, porque lá o autor acrescenta a rubrica Comédia em quatro atos. Comédia? A gaivota é uma comédia? Afinal uma peça que termina com o suicídio de Trepliov é uma comédia? Tchekhov não se explica sobre tal escolha, embora sugira a um dos diretores de cena, Konstantin Stanislávski, que Trigorin devia usar um sapato furado, vestir calça xadrez e fumar um charuto fedorento, em vez de mostrar-se como um dândi.

De acordo com o comentário do tradutor e autor do posfácio, Rubens Figueiredo, Tchekhov evitava toda ênfase sentimental. E como são raros os momentos de riso ou de mera alegria

na comédia “A gaivota” (ao contrário, não faltam aos personagens motivos para tristeza ou mesmo para o desespero). O autor do posfácio propõe que a noção rigorosa de comédia equivale menos ao riso do que ao estilo baixo – em contraste com o estilo elevado, da tragédia.

Tchekhov negava crédito aos ideais alçados além da medida do cotidiano e da vida comum. Não pretendia pôr em cena gênios, heróis ou mártires desses ideais, nem os vilões que por força os acompanham. Em vez de fazer soar, no palco, falas graves a todo instante em meio a uma sucessão de acontecimentos terríveis, Tchekhov imaginara personagens que comentavam o calor, o frio ou as doenças, que se calavam por falta de assunto e pouco agiam em uma história quase desprovida de acontecimentos. Pois assim a vida se mostrava, na maior parte do tempo, aos seus olhos.

Mais, ainda, creio haver o autor se inspirado em Lacan, conforme se pode ler na página 37 de seu ensaio, que ora comentamos. Nele diz que a vida não é trágica, mas cômica, o curioso é que para designar isso, Freud não tenha encontrado nada melhor que o complexo de Édipo, e não se entende porque ele não tomou um caminho mais curto como seria o de designar por intermédio de uma comédia o que importa na relação que liga o simbólico, o imaginário e o real.

Em segundo lugar, o autor põe também em questão a idéia de que o sintoma mental, que é discurso, seja designado de familiar, seja tragédia ou comédia. Ele parece querer indagar de onde partiu essa tendência da psicologia, em geral, e da psicanálise, em particular, de atribuir ao meio ambiente a motivação do sintoma neurótico. Isso se lê na página 62, quando, citando Pondé, ele diz que Dostoiévski é também mestre do romance psicológico, e ele tirou um grande sarro dessa teoria do meio, dessa compreensão do homem do ponto de vista da sociologia e da psicologia, e ainda que a psicanálise rouba no jogo, e recusa essa leitura porque desapropria o autor de seu objeto, sugere um certo apodrecimento subjetivista.

O autor recusa a psicobiografia. Ao contrário, defende que há sintoma neurótico porque o homem fala, porque é um *falasser*, ou, para dizer em linguagem mais acessível, há sintoma porque o homem pensa, e porque pensa pode pensar bobagem, por exemplo, pode ter medos. Como diz Dostoiévski: “O homem teme a

morte porque ama a vida... Engano... A vida é dor, a vida é medo, e o homem é um infeliz. Hoje tudo é dor e medo. Hoje o homem ama a vida porque ama a dor e o medo. Haverá um novo homem, feliz e ativo. Aquele para quem for indiferente viver ou não viver será o novo homem. Quem vencer a dor e o medo, esse mesmo será Deus. E o outro Deus não existirá... Deus é a dor do medo da morte”.

O autor ainda recusa o ponto de vista da psiquiatria biológica, pois ela reduz o sintoma mental a uma disfunção, à dos neurotransmissores cerebrais. Desta vez se apóia melhormente em outro diretor de cena, Peter Brook: na página 55, ele cita que o comum entre a neurologia e um mito é o fato das formas mudarem, mas o essencial continua a mesma coisa. O inevitável na tragédia grega se chamava destino, a maldição. Hoje dizemos genética, neurônio. É uma maneira de se colocar diante do inevitável. Essa idéia de o indivíduo ter a escolha, o livre-arbítrio – eu quero, por minha vontade posso ser livre – não era aceita pela tragédia antiga. No momento em que entramos no movimento dos neurônios no cérebro, somos obrigados a reconhecer o mesmo fenômeno. Não importa qual seja a aspiração e a vontade pessoal: há qualquer coisa de fatalidade. E essa fatalidade cria situações que colocam o ser face ao inevitável. O ser diante do inevitável é o tema de Hamlet e das tragédias.

Enfim, o que o autor defende em seu ensaio? Defende ser o paradigma do complexo de Édipo um teorema restrito, que se apóia apenas no gozo ou significação fálica, que não dá conta da complexidade do sintoma analítico, conforme o próprio Freud aponta terminando seu artigo ‘Fantasias histéricas e sua relação com a bissexualidade’: “No tratamento psicanalítico é extremamente importante estar preparado para encontrar sintomas com significado bissexual. Assim não ficaremos surpresos ou confusos se um sintoma parece não diminuir, embora já tenhamos resolvido um dos seus significados sexuais, pois ele ainda é mantido por um, talvez insuspeito, que pertence ao sexo oposto. No tratamento de tais casos, além disso, podemos observar como o paciente se utiliza, durante a análise de um dos significados sexuais, da conveniente possibilidade de constantemente passar suas associações para o campo do significado oposto, tal como para uma trilha paralela”.

Defende também que o paradigma da Impossibilidade da Relação Sexual – IRS – que se apóia no gozo do Outro barrado, apesar de comportar uma teoria generalizada do sintoma analítico, não dá conta do sentido do sintoma que, por ser real, por conservar um sentido apenas no real, não pode ser interpretado, pelo menos não-todo.

Tal argumento Freud também anuncia em “Análise terminável e interminável” dizendo existir algo na análise que não se reduz, um resto que não se resolve e vai chamá-lo de repúdio à feminilidade.

Defende finalmente que o paradigma da psicanálise é o gozo do sentido, o gozo verificado na passagem do significante ao significado, isto é, a possibilidade de, por intermédio do simbólico interpretar o sentido real do sintoma.

recebido

20/10/2007

aprovado

29/10/2007

sobre os autores

ALBA ABREU LIMA

Psicanalista. AME da Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano-Brasil. Docente e fundadora do Projeto Frediano. Especialista em Psicologia Jurídica, autora de “Psicologia Jurídica: lugar de palavras ausentes”. E-mail: albabreulima@hotmail.com

ANA LAURA PRATES PACHECO

Psicanalista. AME da Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano-Brasil-Fórum São Paulo. Doutora em Psicologia Clínica pela USP. Coordenadora da Rede de Pesquisa de Psicanálise e Infância do FCL-SP e da Rede Clínica do FCL-SP. Professora convidada da Especialização “Psicanálise e Linguagem: uma outra psicopatologia” da PUC-SP. Autora de “Feminilidade e Experiência Psicanalítica” (Hacker Editora). E-mail: analauraprates@terra.com.br

ANDRÉA RODRIGUES

Psicanalista. Psicóloga. Membro da Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano. Membro da Internacional dos Fóruns do Campo Lacaniano (IF). E-mail: andrearh@secrel.com.br

BERNARD NOMINÉ

Psicanalista. Psiquiatra. AME da Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano-França. Docente do Colégio Clínico Psicanalítico do Sudoeste-França. E-mail: ber.nomine@free.fr

CARMEM GALLANO

Psicanalista. AME da Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano-Espanha. E-mail: cgallano@lar.e.telefonica.net

CONSUELO PEREIRA DE ALMEIDA

Psicanalista. Psicóloga. Membro da Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano. Membro de Formações Clínicas do Campo Lacaniano-RJ. Mestre em Pesquisa e Clínica em Psicanálise pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: amaggest@unisys.com.br

ELZA FERREIRA SANTOS

Licenciada em Letras Vernáculas pela UFS. Mestra em Ciências da Educação pela ULHT. Professora de Língua portuguesa do CEFET-SE.

Membro do FCL-Aracaju e da Internacional dos Fóruns do Campo Lacaniano (IF). E-mail: elzafesantos@yahoo.com.br

FABIANO CHAGAS RABELO

Membro da EPFCL, psicólogo, mestre em Psicologia pela UFC – Universidade Federal do Ceará -, psicólogo do CAPS de Russas – CE. E-mail: fabrabelo@hotmail.com.

HÉLIO TAVARES DA SILVA MARTINS

Jornalista, colunista do jornal “A Tarde” e do jornal “Tribuna da Bahia”.

LUIS IZCOVITH

Psiquiatra. AME da Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano-França. Professor do Colégio Clínico de Paris. E-mail: alizco@wanadoo.fr

MANUEL BALDIZ

Psicanalista e médico psiquiatra. AME da EPFCL-FPB (Escola dos Fóruns do Campo Lacaniano-Fórum Psicanalítico de Barcelona). Docente de ACCEP (Associação Catalana para a Clínica e o Ensino da Psicanálise). Autor do “A Psicanálise e as Psicoterapias” (Editorial Biblioteca Noa, 2007). E-mail: 9567mbf@comb.es

MARIA VITÓRIA BITTENCOURT

Psicanalista. AME da Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano-França. Mestrado em Psicanálise da Universidade Paris VIII-Sorbonne. Professora do Collège Clinique de Paris. E-mail: mvbittencourt@free.fr.

SILVIA R. R. FONTES FRANCO

Membro da EPFCL,(da AFCL),Docente de Formações Clínicas do Campo Lacaniano -FCL-SP, e coordenadora do Seminário do Campo Lacaniano em Piracicaba. E-mail: silviafranco@terra.com.br

orientações editoriais

STYLUS é uma revista semestral da ASSOCIAÇÃO FÓRUNS DO CAMPO LACANIANO e se propõe a publicar os artigos inéditos das comunidades brasileira e internacional do CAMPO LACANIANO, e os artigos de outros colegas que orientam sua leitura da psicanálise principalmente pelos textos de Sigmund Freud e Jacques Lacan. Serão aceitos artigos provenientes de outros campos de saber (a arte, a ciência, a matemática, a filosofia, a topologia, a lingüística, a música, a literatura, etc.) que tomam a psicanálise como eixo de suas conexões reflexivas. Aos manuscritos encaminhados para publicação, recomendam-se as seguintes Orientações Editoriais.

Serão aceitos trabalhos em inglês, francês e/ou espanhol. Se aceitos serão traduzidos para o português. Todos os trabalhos enviados para publicação serão submetidos a no mínimo dois pareceristas, membros do CONSELHO EDITORIAL DE STYLUS (CES). A EQUIPE DE PUBLICAÇÃO DE STYLUS (EPS) poderá fazer uso de consultores “ad hoc”, a seu critério e do CES, omitida a identidade dos autores. Os autores serão notificados da aceitação ou não dos artigos. Os originais não serão devolvidos. O texto aceito para publicação o será na íntegra. Os artigos assinados expressam a opinião de seus autores.

A EPS avaliará a pertinência da quantidade de textos que irão compor cada número de STYLUS, de modo a zelar pelo propósito dessa revista : promover o debate a respeito da psicanálise e suas conexões com os outros discursos.

O fluxo de avaliação dos artigos será o seguinte:

1. Recebimento do texto por e-mail pelos membros da EPS de acordo com a data divulgada na “home page” da AFCL (<http://www.campolacaniano.com.br> :: Publicações : Stylus).
2. Distribuição para parecer.
3. Encaminhamento do parecer para a reunião da EPS para decisão final.
4. Informação para o autor: se recusado, se aprovado ou se necessita de reformulação (neste caso, é definido um prazo de 20 dias, findo o qual o artigo é desconsiderado, caso o autor não o reformule).
5. Após a aprovação o autor deverá enviar à EPS no prazo de sete dias úteis uma cópia de seu texto em disquete e outra em papel. A revista não se responsabiliza pela conversão do arquivo.

O endereço para o envio do original será fornecido nessa ocasião pela EPS. 6. Direitos autorais: a aprovação dos textos implica a cessão imediata e sem ônus dos direitos autorais de publicação nesta revista, a qual terá exclusividade de publicá-los em primeira mão. O autor continuará a deter os direitos autorais para publicações posteriores. 7. Publicação.

Nota: não haverá banco de arquivos para os números seguintes. O autor que desejar publicar deverá encaminhar seu texto a cada número de Stylus.

Serão aceitos trabalhos para as seguintes seções:

Artigos – análise de um tema proposto, levando ao questionamento e/ou a novas elaborações (aproximadamente 12 laudas ou 25.200 caracteres, incluindo referências bibliográficas e notas). *Ensaios*: apresentação e discussão a partir da experiência psicanalítica de problemas cruciais da psicanálise no que estes concernem à transmissão da psicanálise (aproximadamente 15 laudas ou 31.500 caracteres, incluindo referências bibliográficas e notas). *Resenhas*: resenha crítica de livros ou teses de mestrado ou doutorado, cujo conteúdo se articule ou seja de interesse da psicanálise (aproximadamente 60 linhas (3600 caracteres)). *Entrevistas*: entrevista que aborde temas de psicanálise ou afins à psicanálise (aproximadamente 10 laudas ou 21.000 caracteres, incluindo referências bibliográficas e notas). Stylus possui as seguintes seções: ensaios, trabalho crítico com os conceitos, direção do tratamento, entrevista e resenhas; cabe a EPS decidir sobre a inserção dos textos selecionados no corpo da revista.

apresentação dos manuscritos

FORMATAÇÃO: os artigos devem ser enviados por *e-mail*, no mínimo, em arquivo no formato “Word for Windows 6.0/95, 98 ou 2000 (doc.)” à EPS conforme indicada na “home page” da AFCL e endereçados à EPS em tamanho A4, letra Times New Roman, corpo 12, espaço 1,5, margens 2cm, lauda do texto em torno de 2100 caracteres. A primeira lauda do texto original deve conter apenas o título do trabalho, nome completo do autor (se for único) ou dos autores (no caso de co-autoria), biografia(s) e seu(s) respectivo(s) endereço(s) completo(s). As demais páginas (contendo título e texto) devem ser numeradas, consecutivamente, a partir de 2.

ILUSTRAÇÕES: o número de figuras (quadros, gráficos, imagens, esquemas) deverá ser mínimo (máximo de 5 por artigo, salvo exceções, que deverão ser justificadas por escrito pelo autor e avaliadas pela EPS) e devem vir em separado em arquivo JPEG nomeados Fig. 1, Fig. 2 e indicadas no corpo do texto o local dessas Fig.1, Fig. 2., sucessivamente. As ilustrações devem trazer abaixo um título ou legenda com a indicação da fonte, quando houver.

RESUMO / ABSTRACT: todos os trabalhos (artigos, entrevistas) deverão conter um *resumo* na língua vernácula e um *abstract* em língua inglesa contendo de 100 a 200 palavras. Deverão trazer também um mínimo de 3 e um máximo de 5 palavras-chave (português) e *key-words* (inglês) e a tradução do título do trabalho. As resenhas necessitam apenas das palavras-chave e *key-words*.

CITAÇÕES NO TEXTO: as citações de outros autores que excederem 4 linhas devem vir em parágrafo separado, margem 2cm à esquerda (além do parágrafo de 1,25cm) e 1cm à direita, tamanho e letra igual ao texto. Os títulos de textos citados devem vir em itálico (sem aspas), os nomes e sobrenomes em formato normal (Lacan, Freud).

citações do texto nas notas

1. As notas não bibliográficas devem ser reduzidas a um mínimo, ordenadas por algarismos arábicos e arrumadas como nota de pé rodapé ou notas de fim de texto antes das referências bibliográficas (citadas no corpo do texto);
2. As citações de autores devem ser feitas por meio do último sobrenome seguido do ano de publicação do trabalho. No caso de transcrição na íntegra de um texto, a citação deve ser acrescida da página citada;
3. As citações de obras antigas e reeditadas devem ser feitas da seguinte maneira: Kraepelin (1899/1999);
4. No caso de citação de artigo de autoria múltipla, as normas são as seguintes: A) até três autores – o sobrenome de todos os autores é mencionado em todas as citações, usando e ou &, conforme exemplo (Pollo & Rossi & Martiello, 1997). B) de quatro a seis autores – o sobrenome de todos os autores é citado na primeira citação, como acima. Da segunda citação em diante só o sobrenome do

primeiro autor é mencionado, como abaixo (Pollo, 1997, p.). C) mais de seis autores – no texto, desde a primeira citação, somente o sobrenome do primeiro autor é mencionado, mas nas referências bibliográficas os nomes de todos os autores são relacionados.

5. Quando houver repetição da obra citada na seqüência da nota deve vir indicado *Ibid.*, p. (página citada.)
6. Quando houver citação da obra já citada porém fora da seqüência da nota, deve vir indicado o nome da obra em *itálico*, *op. cit.*, p. (*Fetischismus*, *op. cit.*, p.317).

referências bibliográficas

Outras informações: consultar a nbr 6023 da ABNT.

Os títulos de livros, periódicos, relatórios, teses e trabalhos apresentados em congressos devem ser colocados em *itálico*. O sobrenome do(s) autor(es) deve vir em caixa alta.

1. Livros, livro de coleção:

- 1.1. LACAN, Jacques. *Autres Ecrits*. Paris: Editions Seuil, 2001.
- 1.2. FREUD, Sigmund. (1905) Die Traumdeutung. In: *Studienausgabe*. Frankfurt a. M.: S. Fischer, 1994. Band II.
- 1.3. FREUD, Sigmund. (1905) A interpretação dos sonhos. In: *Edição Standard Brasileira das Obras completas psicológicas de S. Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1994. Vol. II.
- 1.3. LACAN, Jacques. *O seminário - livro 8: A Transferência (1960-1961)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1992.
- 1.4. LACAN, Jacques. *O seminário: A Identificação (1961-1962)*: aula de 21 de março de 1962. Inédito.
- 1.5. LACAN, Jacques. *O seminário: Ato psicanalítico (1967-1968)*: aula de 27 de março de 1968. (Versão brasileira fora do comércio).
- 1.6. LACAN, Jacques. *Le séminaire: Le sinthome (1975-1976)*. Paris: Association freudienne internationale, 1997. (Publication hors commerce).

2. Capítulo de Livro: FOUCAULT, Michel. Du bon usage de la liberté. In: FOUCAULT, M. *Histoire de la folie à l'âge classique* (p.440-482). Paris: Gallimard, 1972.
3. Artigo em periódico científico ou revista: Quinet, Antonio. A histeria e o olhar. Falo. Salvador, n.1, p.29-33, 1987.
4. Obras antigas com reedição em data posterior: Alighieri, Dante. *Tutte le opere*. Roma: Newton, 1993. (Originalmente publicado em 1321).
5. Teses e dissertações não publicadas: Teixeira, Angélica. A teoria dos quatro discursos: uma elaboração formalizada da clínica psicanalítica. Rio de Janeiro, 2001, 250f. Dissertação. (Mestrado em Teoria Psicanalítica) – Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
6. Relatório técnico: Barros de Oliveira, Maria Helena. Política Nacional de Saúde do Trabalhador. (Relatório Nº). Rio de Janeiro. CNPq., 1992.
7. Trabalho apresentado em congresso mas não publicado: Pamplona, Graça. Psicanálise: uma profissão? Regulamentável? Questões Lacanianas. Trabalho apresentado no Colóquio Internacional Lacan no Século. 2001 Odisseia Lacaniana, I, 2001, abril; Rio de Janeiro, Brasil.
8. Obra no prelo : No lugar da data deverá constar (No prelo).
9. Autoria institucional : American Psychiatric Association. DSM-III-R, Diagnostic and statistical manual of mental disorder (3rd edition revised.) Washington, DC: Author, 1998.
10. CD Room – Gatto, Clarice. Perspectiva interdisciplinar e atenção em Saúde Coletiva. Anais do VI Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva. Salvador: ABRASCO, 2000. CD-ROM.
11. Home page – Gerbase, Jairo. Sintoma e tempo: aula de 14 de maio de 1999. Disponível em: www.campopsicanalitico.com.br. Acesso em: 10 de julho de 2002.
12. Outras dúvidas poderão ser encaminhadas através do e-mail do(a) diretor(a) da AFCL :: afcl@campolacaniano.com.br que se encarregará de transmitir à Equipe de Publicação de Stylus.

pareceristas do número 14



Ana Laura Prates Pacheco (AFCL)
Andréa Fernandes (AFCL/UFBA)
Ângela Mucida (AFCL/Newton Paiva)
Ângela Diniz Costa (EPFCL)
Bernard Nominé (EPFCL-França)
Clarice Gatto (AFCL/FIOCRUZ)
Daniela Scheinkman-Chatelard (EPFCL/UNB)
Eliane Z. Schermann (EPFCL)
Edson Saggese (IPUB/UFRJ)
Elisabete Thamer (doutoranda Sorbonne-Paris)
Eugenia Krutzen (UF de Natal)
Gabriel Lombardi (U. Buenos Aires)
Kátia Botelho (AFCL/ PUC-Minas)
Luiz Andrade (AFCL/UFPB)
Nina Virgínia Araújo Leite (UNICAMP)
Vera Pollo (AFCL/PUC-RJ/UVA-RJ)

stylus, m. 1. (*Em geral*) Instrumento formado de haste pontiaguda. 2. (*Em especial*) Estilo, ponteiro de ferro, de osso ou marfim, com uma extremidade afiada em ponta, que servia para escrever em tabuinhas enceradas, e com a outra extremidade chata, para raspar (apagar) o que se tinha escrito / / *stilum vertere in tabulis*, Cic., apagar (servindo-se da parte chata do estilo). 3. Composição escrita, escrito. 4. Maneira de escrever, estilo. 5. Obra literária. 6. Nome de outros utensílios: a) Sonda usada na agricultura; b) Barra de ferro ou estaca pontiaguda cravada no chão para nela se estetarem os inimigos, quando atacam as linhas contrárias.

Descobrir que desdobramentos tão importantes para o ser humano como são os da repressão sexual e do sexo psíquico estavam sujeitos à regulação e aos acidentes de um drama psíquico da família era fornecer a mais preciosa contribuição para a antropologia do grupo familiar, especialmente para o estudo das proibições que esse grupo formula universalmente, e que têm por objeto o comércio sexual entre alguns de seus membros. Por isso mesmo, Freud veio rapidamente a formular uma teoria da família.

Jacques Lacan,
Os complexos familiares na formação
do indivíduo, Outros Escritos



ISSN 1676-157X



9 771676 157138